UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (UNICENTRO)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

ELIS MARINA CARRARO

TRABALHO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS: ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

IRATI
2019

ELIS MARINA CARRARO

TRABALHO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS: ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Dissertação apresentada como requisito Parcial à obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento Comunitário, Curso de Pós Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração em Desenvolvimento Comunitário, da UNICENTRO.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

IRATI
2019

Catalogação na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

CARRARO, Elis Marina.
C313t Trabalho com homens autores de violências: estratégia para o enfrentamento das violências de gênero / Elis Marina Carraro. – Irati, PR : [s.n.], 2019.
120f.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Área de Concentração em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR.

1. Políticas públicas. 2. Violência – mulher. 3. Masculinidades. 4. Rede de atendimento. I. Klanovicz, Luciana Rosar Fornazari. II. UNICENTRO. III. Título.

CDD 362.7

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIS MARINA CARRARO

TRABALHO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS – ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Dissertação aprovada em 26/03/2019 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Instituição: UNICENTRO

Prof. Dr. Emerson Luis Velozo
Instituição: UNICENTRO

Prof. Dr. Rafael Siqueira de Guimarães
Instituição: UFSB

Guarapuava, 26 de março de 2019

A todas as mulheres e todos os homens que lutam e acreditam na igualdade de gênero.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a minha mãezinha do céu e à Santa Rita de Cássia por estarem sempre iluminando meus caminhos, guiando-me e me protegendo a cada passo.

Aos meus pais, Ari Carraro e Rosilda da Cruz Carraro, por sempre acreditarem em mim e me proporcionarem as possibilidades para que pudesse realizar o mestrado. Especialmente a minha mãe, pelo seu amor incondicional, por sempre estar me ouvindo, orientando e ensinando a crescer como ser humano e profissional. Agradeço por todas as lutas, esforços e renúncias que fez para que eu realizasse meus sonhos. Por ser meu grande amor, dedico-lhe todas as minhas conquistas e vitórias.

A minha orientadora, Profa. Dra. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz, pela paciência, ajuda e orientações. Obrigada pelas palavras de incentivo e por acreditar nessa pesquisa.

Às profissionais que aceitaram participar desta pesquisa, que contribuíram para minhas reflexões e foram as motivações para a realização desta dissertação. Sem as contribuições de vocês, este trabalho não seria possível.

Aos professores Adriano Beiras e Alexandra Bittencourt Madureira, membros da banca de qualificação, pelas valiosas contribuições e pelo direcionamento que serviram para aprimorar e finalizar a pesquisa. Em especial ao professor Adriano Beiras, agradeço imensamente pelo apoio, pelos materiais bibliográficos enviados no início da pesquisa, que foram base fundamental do estudo.

Aos professores Emerson Luis Velozo e Rafael Siqueira de Guimarães por aceitarem fazer parte de minha banca de defesa.

Ao Igor Saul Martin, meu anjo na vida, por ter segurado a barra quando eu só queria desistir. Por estar ao meu lado em todos os momentos. Por acreditar em mim mais do que eu acreditava; pela paciência e companheirismo, por me levantar e lembrar por várias vezes quem eu sou e o porquê eu quis o mestrado. Amo você.

A minha irmã que Deus colocou em minha vida, Gabriela Gomes Weber (Farina rs), seu coração está sempre comigo e o meu com você. Amiga de todas as horas, obrigada por existir e ser do jeitinho que é. Amo você!

A minha prima querida, Bianca Cararro Duda, obrigada por me ouvir e sempre me incentivar; por acreditar em mim nas muitas vezes em que eu não acreditava mais.

À Valeria Aparecida Monteiro, amiga que o mestrado me deu. Primeiramente agradeço por sua amizade e, em seguida, por ter sido minha companheira durante o mestrado. Já disse a você milhões de vezes que sem você eu não sei se conseguiria. O caminho do mestrado foi por vezes difícil, pesado, cansativo. Nos momentos de desespero e desânimo em que o tema da pesquisa se tornou pesado demais, você sempre se fez presente. Dividimos tudo, angústias e alegrias. Só tenho a agradecer pelo companheirismo, pela amizade, pela nossa convivência diária. Você, eu levo para a vida.

À Cibeli Aparecida Tozzi, querida amiga que ganhei nesse momento de pós-graduação. Obrigada pelos desabafos, orientações e risadas. Seu apoio e amizade foram fundamentais.

As minhas queridas amigas e amigos que o Patronato me deu, em especial à Joice Tesseroli Fadel, Fernanda Keli Pienegonda, Maria Thereza Neiverth e Marcelo Zadra. Obrigada pela amizade, pelos incentivos, força, vibrações positivas, orações. Obrigada pelo carinho, sempre. À Sttela Maris Nerone Lacerda e Marcelo Zadra, por me proporcionarem a oportunidade de atuar no Patronato, que permitiu o despertar para esta pesquisa de mestrado. Meu eterno agradecimento.

Às amigas queridas que a Apadevi proporcionou: Marceli Christina Struz, Gislaine Aparecida de Paula e Elenise Daldin Dias. Vocês são luz em minha vida.

Agradeço a todas e todos, amigas, amigos e familiares que não estão listados aqui mas que estão em minha vida e meu coração. A vocês que sempre me incentivaram e estiveram ao meu lado dividindo momentos de alegria, de descontração, de conquistas, mas principalmente, que me apoiaram nos momentos difíceis. Meu muito obrigada!

CARRARO, E. M. **Trabalho com homens autores de violências:** estratégia para o enfrentamento das violências de gênero. 2019. 126f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati, 2019.

RESUMO

Este estudo buscou refletir sobre o atendimento proporcionado para os homens autores de violências (HAV) no município de Guarapuava/PR. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que buscou compreender de que forma o município tem dado respostas à questão do enfrentamento à violência contra mulheres, praticada por homens, com vistas a verificar se existe atendimento a eles e quais são os encaminhamentos oferecidos, no que se refere aos organismos de Assistência Social do município. Para a coleta de dados foi utilizada entrevista temática como procedimento, aplicada à secretária de políticas públicas para mulheres de Guarapuava, que coordena a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, bem como a profissionais dos serviços da política de assistência social que compõem a rede. A pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro foram são analisadas as principais vertentes teóricas relativas ao conceito de gênero, bem como contextualizado historicamente o conceito de masculinidades. Essas duas perspectivas teóricas são adotadas como categorias de análise da violência contra as mulheres. O segundo capítulo apresenta os principais marcos históricos em relação ao enfrentamento da violência de gênero, bem como a evolução legislativa da área no Brasil, buscando identificar qual o lugar dos homens nas políticas de enfrentamento à violência de gênero, além de um mapeamento dos serviços que atendem aos homens envolvidos em situação de violência contra mulheres em âmbito nacional. No terceiro capítulo são apresentados os dados coletados durante as entrevistas, afim de identificar como funciona o entendimento dos HAV no município de Guarapuava. A partir deste estudo, pode-se perceber que não existem atendimentos direcionados aos HAV via política de assistência social do município pelos organismos CRAS e CREAS. Existe preocupação por parte dos profissionais da rede para que o trabalho com homens comece a ser desenvolvido. Essa demanda é suprimida devido a alguns impasses que foram levantados. Por fim, demonstro a importância de se fomentar o trabalho reflexivo e de responsabilização com HAV, na medida em que a prática promove o enfrentamento da cultura machista e o rompimento de ciclos de violência e, como consequência, possibilita a criação de uma nova cultura da não violação dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Gênero. Masculinidades. Homem autor de violências. Políticas públicas. Rede de atendimento. Violência contra as mulheres.

CARRARO, Elis M. **The work with men who committed violence: strategy for confronting gender violence.** 2019. 126f. (Master's Degree Thesis). Graduate Program in Interdisciplinary Community Development. Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati, 2019.

ABSTRACT

This study aimed to reflect on provided care for men who commit violence (MCV) in the city of Guarapuava/PR. It is a qualitative approach research, which sought to understand in what way this city has answered the issue of confronting violence against women committed by men, and it focuses on checking if there is appropriated care for such man and what are given routes concerning to Social Assistance organizations in the city of Guarapuava. In order to collect data, one administered a themed interview as a method procedure that was applied to the secretary of Public Policies for Women in Guarapuava, who coordinates Network to Confront Violence Against Women, as well professionals that work with Social Assistance in the network mentioned. This study is divided into three chapters. The first chapter brings main theories related to concept of gender, as well as historically constituted concept of masculinities. Both theory concepts are approached as analysis categories to discuss about violence against women. Second chapter presents main historical milestones on the subject of confronting gender violence, just as its legislative development in Brazil, in quest of identifying men's place related to confronting policies against gender violence, and it presents a survey of provided care for men involved in situations of violence against women in national context. Third chapter presents collected data from the interview aiming to recognize what MCV – in the city of Guarapuava – understand concerning to the questions presented. One may realize that there is no specific care to them, above all, when we bear in mind two public entities responsible for Social Assistance, among which we cite CRAS and CREAS. Professionals from these networks are concerned that is necessary to start developing it. This demand is suppressed due to some issues which were raised. Finally, this study demonstrates the importance of fostering reflexive work and accountability with MCV, as far as such view promotes practices that deal with machismo and break the cycles of violence and, consequently, it establishes a new culture that does not infringe women's rights.

Keywords: Gender. Masculinities. Men who commit violence. Public Policies. Service network. Violence against women.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
HAV	Homem Autor de Violência
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PMPPM	Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres
PBF	Programa Bolsa Família
SESP	Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária
SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SPM-PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
USF	Universidade sem Fronteiras

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxas de mortalidade por causas externas específicas segundo sexo e sobremortalidade masculina. Brasil, 2000 40

Gráfico 2: Percepção da violência contra as mulheres em nossa sociedade nos últimos 10 anos, por região (%) 46

QUADROS

Quadro 1: Informação das participantes da pesquisa 78

Quadro 2: Localização e abrangência dos CRAS em Guarapuava/PR 89

TABELAS

Tabela 1: Tipo de violência perpetrada contra a mulher, segundo o ano de registro da ocorrência. Guarapuava, 2005 a 2009 81

Tabela 2: Motivos que levaram ao desfecho da violência, segundo o tipo de violência sofrida pelas mulheres. Guarapuava, 2005 a 2009 81

Tabela 3: Evolução do número de boletins de ocorrência registrados na polícia militar, nos anos de 2013, 2014 e 2015 82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO I - GÊNERO, MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA 18

1.1 Conceito de gênero 18

1.2 Homens e masculinidades 26

1.3 A violência contra mulheres: de que violência estamos falando? 44

CAPÍTULO II - POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO E OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTOS A HAV NO BRASIL 51

2.1 Marcos históricos 51

2.2 Políticas públicas de enfrentamento as violências de gênero no Brasil 54

2.3 Mapeamento dos serviços que atendem os HAV contra mulheres 61

CAPÍTULO III - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AOS HAV CONTRA MULHERES EM GUARAPUAVA 74

3.1 Os procedimentos metodológicos da pesquisa 74

3.2 De que realidade estamos falando? Guarapuava e suas particularidades 79

3.3 Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e a Rede de Enfrentamento à Violência contras as Mulheres em Guarapuava 82

3.4 Serviços de atendimento aos Homens autores de Violências (HAV) 86

3.5 Os homens são atendidos pelos CRAS e CREAS no município? 92

3.5.1 Os homens no enfrentamento à violência de gênero 93

CONSIDERAÇÕES FINAIS 108

APÊNDICE A I

APÊNDICE B II

APÊNDICE C III

APÊNDICE D IV

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres apresenta-se como uma das principais formas de violação dos direitos humanos, onde os homens ocupam, na maioria dos casos, a autoria das violências nas relações conjugais. A declaração sobre a Erradicação da Violência contra a Mulher, adotada pela 25ª Assembleia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres indica que "a violência contra a mulher permeia todos os setores da sociedade, independentemente de classe, raça ou grupo étnico, renda, cultura, idade ou religião, e afeta negativamente suas próprias bases" (BRASIL, 1996).

Conforme o Mapa da Violência 2015, o Brasil possui taxa de 4,8 homicídios femininos para cada 100 mil mulheres, fazendo com que ocupe a 5ª colocação de homicídios, em um grupo de 83 países. O Paraná ocupa a 12ª posição do ranking dos Estados, com taxa de homicídios femininos de 5,2 para cada 100 mil mulheres. O município de Guarapuava, conta com a taxa de homicídio de 6,5 para cada 100 mil mulheres, ultrapassando o índice nacional (WAISELFISZ, 2015).

No Brasil, pelo menos 12 mil mulheres já foram vítimas de agressão física e pelo menos 45% de adolescentes e jovens entre 16 e 24 anos já foram vítimas de algum tipo de violência no período de um ano. Ou seja, os dados demonstram que praticamente metade das jovens brasileiras já sofreu algum tipo de violência (DATAFOLHA, 2017).

Diante desta realidade violenta e de números alarmantes, mostra-se relevante repensar formas de prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres. Assim, com este trabalho, temos como objetivo refletir de que forma tem sido pensado o atendimento, especialmente dos serviços públicos de assistência social, aos homens autores de violências contra as mulheres e de que forma o município de Guarapuava tem dado respostas à questão de enfrentamento a violência contra as mulheres no que tange aos homens. Buscamos assim, identificar qual é o fluxo de atendimento em situações de violência e quais são os encaminhamentos oferecidos aos homens, no que se refere aos organismos de assistência social do município.

Para tanto, analisamos nesta dissertação as vertentes teóricas relativas ao conceito de gênero, bem como, contextualizamos historicamente o conceito de masculinidades, para utilizar a perspectiva de gênero e de masculinidades como categorias analíticas e históricas. Além disso, discutimos as principais políticas e avanços no que se refere ao enfrentamento à violência contra mulheres, dando ênfase

em âmbito nacional, a um mapeamento dos tipos de serviços voltados aos HAV, em busca de soluções que incluem os homens dentro da esfera do combate à cultura da violência. Fomentando tal discussão, buscamos demonstrar a importância desse atendimento enquanto uma alternativa para a prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres, com o objetivo de desconstruir valores culturais que legitimam essa violência, promovendo a equidade de gênero, para romper com este ciclo e prevenir a ocorrência de novas relações violentas e novas vítimas.

A invisibilidade dos Homens Autores de Violência (HAV)[1] contra as mulheres é verificado nos serviços de atendimento e enfrentamento a violência de gênero, onde as intervenções existentes, em sua maioria, são direcionadas apenas às vítimas. Neste sentido que salientamos a necessidade de pesquisar essa problemática, considerando tal intervenção como estratégia para o enfrentamento da violência de gênero, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, contribuindo diretamente no desenvolvimento da própria comunidade em que a violência vem se perpetuando. Entende-se que a mudança é ponto fundamental no processo de desenvolvimento comunitário, e a participação comunitária possibilita que as pessoas envolvidas sejam agentes de mudanças.

Muito embora haja indicação desses serviços, tanto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulher e na Lei nº 11340/06, a maioria das discussões e serviços referem-se à vítima, sendo raras as intervenções com o HAV. Em grande parte, a abordagem com o autor é acarretada de um caráter punitivo, deixando de lado reflexões socioeducativas que tenham intenção de realmente romper com o ciclo da violência. Entende-se que somente a pena privativa de liberdade não possibilita que esses homens reflitam sobre suas ações, aumentando a possibilidade de que a vítima, ou novas vítimas, sofram novas/outras situações de violência.

Importante considerar que o desenvolvimento dessa pesquisa foi fruto de minhas inquietações e experiências profissionais em relação ao enfrentamento a violência contra as mulheres. Durante três anos trabalhei como Assistente Social no Projeto de Extensão Patronato/Unicentro - Práticas Colaborativas Multidisciplinares de Guarapuava/PR, onde desenvolvi grupos reflexivos com homens autores de violência contra mulheres.

---

[1] "O termo 'agressor' foi amplamente utilizado pelo movimento feminista como estratégia na luta pela criminalização dos homens que cometem atos de violência contra as mulheres. Contudo, opto por utilizar a expressão 'homem autor de violência', por acreditar que, ao nomeá-lo 'agressor', corre-se o risco de reduzi-lo ao ato de agressão cometido, cristalizando-o nesse lugar, tipificando-o. Nesta dissertação, o uso do terno 'agressor' se justifica, porém, quando faz referência ao modo como os textos e documentos fazem referência a esses homens." Cf. GRANJA; MEDRADO, 2009, p. 21.

O Projeto Patronato/Unicentro é um projeto de extensão da Unicentro que integra o Programa Estadual Universidade sem Fronteiras (USF), é financiado pelo Fundo Paraná - SETI e SESP. É uma unidade da execução penal em meio aberto que tem por objetivo promover ações de inclusão social, reintegrando os cidadãos assistidos pelo projeto. Neste sentido, a equipe de Serviço Social, da qual fazia parte, era responsável em realizar grupos reflexivos com os HAV contra as mulheres, esses homens estavam em cumprimento de penas alternativas, e eram encaminhados pela Justiça. Assim, com minha entrada no Projeto em 2013 e com a necessidade em desenvolver o grupo, foi que obtive as primeiras leituras relacionadas à masculinidade, e grupos destinados a homens.

Com essa aproximação teórica e aproximação com os HAV que começaram a frequentar os encontros, passei a perceber na realidade a discrepância existente entre serviços destinados às vítimas de violência de gênero e os serviços destinados aos HAV e até mesmo, os atendimentos oferecidos para eles no município. Assim percebendo que além da mulher vítima da violência, tínhamos do outro lado, o homem que a cometeu. Questionei-me: que posição esses homens possuíam em meio ao processo todo? Haviam passado por escuta qualificada em algum momento? Quais intervenções haviam sido realizadas com esses homens?

Cabe destacar que esses questionamentos não me colocaram em posição contraria aos trabalhos, atendimentos ou serviços desenvolvidos com as mulheres, ou que os considere desnecessários, ou ainda que isentem os homens de suas responsabilidades frente ao crime cometido, ao contrário, a minha preocupação foi e ainda é, com a falta de olhar para o outro lado da violência, e com a questão da efetividade de trabalhos de prevenção e enfrentamento se continuarmos a considerar apenas as vítimas. Os questionamentos são no sentido de repensarmos nosso papel na sociedade e o que podemos fazer para enfrentar a violência contra as mulheres.

Assim, na ocasião da realização do grupo reflexivo, ao deparar-me com os resultados positivos (escritos e verbalizados espontaneamente pelos participantes, bem como por seus familiares) que o grupo estava proporcionando para a vida dos homens participantes, de suas companheiras, de seu contexto familiar e em geral, da convivência comunitária, passei a questionar-me quais eram os atendimentos realizados em Guarapuava para homens que estavam em situação de violência, e que ainda não haviam sido processados, que não estavam cumprindo medida judicial.

Destaco que o atendimento com os homens envolvidos em situação de violência é previsto no arcabouço legislativo atual que fornece base legal para o combate e enfrentamento da violência contra as mulheres.

A partir do levantamento bibliográfico, identificamos autores, lugares e institutos, que são referências na discussão de masculinidade, homem autor de violência e gênero. Os programas que apresentam experiências de intervenções com os homens, bem como que realizam pesquisas sobre o tema, são em sua maioria, muito recentes, limitados e pouco explorados no Brasil. O Instituto Noos no Rio de Janeiro é pioneiro nas atividades com os HAV, trabalhos datados nos finais dos anos 90, e deste instituto, destacamos Marcos Nascimento e Adriano Beiras, que utilizamos como referenciais teóricos. Dois outros institutos serão listados tendo em vista seu engajamento com o tema, sendo o Instituto Promundo, também do Rio de Janeiro e o Instituto Papai em Recife/PE, com o pesquisador Benedito Medrado, também utilizado como referência.

Entende-se que com a Política de Assistência Social, o município possui dois organismos essenciais que acompanham e fornecem subsídios, programas e ações para o acompanhamento de famílias, sendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que se encontra em territórios de maior vulnerabilidade, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares, e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que trabalha com os vínculos familiares já rompidos. Dentro da política, temos a tipificação dos serviços socioassistenciais, que, nos dois organismos, deve promover o atendimento de inúmeras situações, entre elas a violência. Assim, delimito a pesquisa para esses espaços que possuem tais atendimentos, bem como tem em suas equipes profissionais que estão inseridos na rede de enfrentamento da violência contra mulheres no município de Guarapuava/PR.

Divido a dissertação em três capítulos: no primeiro, busco analisar as principais vertentes teóricas relativas ao conceito de gênero, bem como contextualizo historicamente o conceito de masculinidades, para utilizar as perspectivas de gênero e de masculinidades como categorias analíticas e históricas. Por fim, exploro os conceitos de violência contra as mulheres.

No segundo capítulo, identifico os principais marcos históricos em relação ao enfrentamento da violência de gênero, bem como a evolução legislativa da área no Brasil sobre Política Pública de Enfrentamento à violência contra as mulheres, buscando pontuar as principais ações e objetivos, verificando qual o lugar que homens ocupam nessa política. Também discuto, em âmbito nacional, como se dão os serviços voltados

aos HAV a partir de mapeamento dos serviços que atendem aos homens envolvidos em situação de violência contra mulheres.

No terceiro capítulo, com base nos dados coletados, verifico quais tem sido os atendimentos proporcionados aos HAV e de que forma o município de Guarapuava/PR tem dado respostas à questão de enfrentamento da violência contra as mulheres no que tange aos HAV por meio de organismos de assistência social do município.

Por fim, importante destacar que esta pesquisa se insere na perspectiva interdisciplinar, utilizando *gênero* e *masculinidades* como categorias analíticas. A técnica que se propõe e se considera mais adequada para tratar desse assunto é qualitativa, pois ao possibilita desvendar a realidade, trabalha-se com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações (MINAYO, 1994, p. 21-22).

A interdisciplinaridade revela a necessidade de superar a fragmentação da produção de conhecimento. A necessidade de despir-se dos "pré-conceitos" acadêmicos que trazemos de nossas formações, bem como o aceite de outras e diferentes especialidades, tanto na conjugação de um fim comum, mas também no intento da aprendizagem (LEIS, 2005).

É indispensável ir além dos limites disciplinares para buscar compreender as demandas contemporâneas, que se apresentam como realidade. Essas realidades solicitam um olhar abrangente da cientificidade, a qual deve provocar a busca do rigor teórico metodológico e o constante desenvolvimento da crítica intelectual na produção de conhecimento (LEIS, 2005).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista temática. A entrevista é entendida como um processo que preconiza a interação, a comunicação o dialogo, onde o entrevistador visa obter informações com o entrevistado (COLOGNESE e MELO, 1998 *apud* CEDRO, 2011, p. 129). Os critérios para a seleção das pessoas entrevistadas foram definidos a partir do sistema de rede no qual pessoas que são indicadas pelo “ego” indicam as outras que serão sujeitos importantes para a pesquisa (DUARTE, 2002, p.143). Nesse sentido as participantes foram, principalmente, a Secretária de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava/PR, que coordena a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres; também os profissionais dos serviços de política de assistência social que compõem a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. O critério de seleção dos profissionais para a participação na pesquisa foi o de dupla atuação: os mesmos participam da rede deveriam atuar nos

CRAS ou CREAS do município. Tais profissionais foram identificados após a entrevista com a secretária. Assim, foram desenvolvidos dois modelos de entrevista temática, conforme apêndices A e B.

As discussões acadêmicas e pesquisas contribuem para instrumentalizar a sociedade para repensar padrões socialmente aceitos, principalmente no que refere à temática de gênero, masculinidade e violência. Tais serviços podem representar uma estratégia para prevenção e enfrentamento da violência de gênero pois podem produzir mudanças comportamentais, reconstruir valores culturais, sugerir aprendizagem de novas relações entre homens e mulheres, produzir reflexões que questionem a cristalização de modelos de relações hierárquicas e desiguais e, assim, possibilitar o rompimento de padrões de masculinidades aceitos, naturalizados e perpetuados.

Se há essa preocupação com o enfrentamento da violência de gênero, por que focamos somente nas vítimas? Por que invisibilizamos os HAV? Eles não fazem parte das famílias que acompanhamos? É necessário refletir sobre os HAV se, na prática, estamos comprometidos com o enfrentamento da violência de gênero.

Cabe reforçar o caráter emergencial da temática. Assim, o presente estudo poderá incentivar a criação de novos grupos para HAV contra mulheres, bem como incentivará a participação dos homens nesses espaços. Nesse sentido, demonstro a importância de fomentar o trabalho reflexivo e de responsabilização com o HAV, na medida em que se oportuniza enfrentar a cultura machista, romper ciclos de violência e criar uma nova cultura da não violação dos direitos das mulheres.

CAPÍTULO I

GÊNERO, MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA

Neste capítulo são analisadas as principais vertentes teóricas relativas ao conceito de gênero, bem como é contextualizado historicamente o conceito de masculinidades, para utilizar a perspectiva de gênero e de masculinidades como categorias analíticas e históricas. Por fim, aproximo tais conceitos ao de violência contra as mulheres, tendo em vista que a ênfase na violência é umas das características das masculinidades. Nesse sentido, discute-se as categorias gênero e masculinidades e a questão da violência, considerando gênero uma categoria relacional que incorpora homens e mulheres numa relação assimétrica e hierárquica de poder.

Com esse capítulo, entende-se que é imprescindível repensar o espaço que esses homens veem ocupando na sociedade, tendo em vista que padrões de masculinidades os colocam expostos a modelos de comportamentos violentos. Assim, a discussão proposta irá demonstrar a necessidade de incluir os homens no enfrentamento da violência contra as mulheres, entendendo que estes são a parte fundamental desse processo, por serem os que mais a cometem. Como será observado no estudo desse capítulo, masculinidades são construídas social e culturalmente, assim podem ser repensadas, desconstruídas e problematizadas, buscando novas relações sociais menos desiguais.

1.1 Conceito de gênero

O estudo de gênero subsidia o entendimento que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas biológicas mas estão ligadas diretamente a questões culturais. Ou seja, uma construção de valores e normas de comportamentos atribuídos pela sociedade. De acordo com Thomas Lacqueur (2001),

> A visão dominante desde o século XIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis no gênero, são de certa forma baseados nesses "fatos" (LACQUEUR, 2001, p.18).

Acreditava-se no ocidente, até por volta do século XIII, em um modelo de sexo único, dimórfico, no qual os homens e as mulheres teriam o mesmo sexo biológico. A mulher era considerada um macho incompleto, um ser invertido, inferior, homem imperfeito que teria falta de calor vital acarretando na não evolução do corpo, onde seus órgãos seriam iguais aos dos homens, porém voltados para dentro do corpo. Os ovários seriam os testículos, a vagina o pênis, e a vulva o prepúcio. Foi a partir do século XVIII que se considerou a diferença e, assim, as relações de gênero, segundo o autor, constituíram o sexo (LACQUEUR, 2001).

Simone de Beauvoir (1967, p. 9) foi precursora ao pensar gênero como construção cultural. Sua frase celebre, "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher!" (1967, p. 9), direciona a compreensão da distinção entre sexo e gênero, considerando o primeiro pela condição biológica e o segundo determinado na sociabilidade entre homens e mulheres e absorvido culturalmente.

Foi nos últimos 40 anos que houve uma consolidação dos estudos de gênero no ocidente. Conforme Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008),

> no âmbito dos movimentos sociais que se constituem e de desenvolvem a partir dos anos 1960, os movimentos de mulheres e feministas são considerados relevantes devido ao impacto que geraram sobre a conformação das instituições. Tanto no plano internacional como no plano brasileiro, a movimentação das mulheres em prol de uma sociedade mais justa tem levado a propostas de mudanças nas condições de vida de homens e mulheres. Ao mesmo tempo, essa movimentação vem constituindo novos sujeitos (mais complexos) e gerando também uma revisão dos fundamentos que têm orientado as ciências, particularmente humanas e sociais, e cada vez mais as ciências da natureza e da saúde (MEDRADO e LYRA, 2008, p. 812-813).

Para Raewyn Connell (2014), atualmente esta não é uma preocupação influente, tanto no plano da política, quanto nos estudos de gênero nas universidades. Para a autora,

> Hoje em dia o quadro mais influente para as políticas públicas a nível mundial é o neoliberalismo, seja aplicado de forma mais flexível ou mais enfática. O pensamento neoliberal não tem lugar para o gênero além de garantias vagas, de que a igualdade de oportunidade no mercado irá resolver todos os problemas relativos à questão. Se o neoliberalismo tem qualquer teoria social, esta é baseada na economia de mercado, que simplesmente exclui temas como gênero de seu quadro de interesse (CONNELL, 2014, p. 12).

A autora aponta que os estudos de gênero, principalmente os atuais, dão pouca atenção à questão de justiça social, uma vez que "a teoria de gênero, como a

conhecemos atualmente, advém principalmente do Norte" (CONNELL, 2014, p. 13). Já na "perspectiva do Sul global, o mundo parece diferente e os problemas relevantes são diferentes" (CONNELL, 2014, p. 13). Nesse sentido, concordo com a autora ao pensar na realidade local, em seus determinantes, suas particularidades e especificidades. Connell (2014) pontua ainda, que:

> Consideramos, por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio adotados pelas Nações Unidas – que deveriam ser alcançados no próximo ano, 2015. Os Objetivos incluem questões de gênero, mas não se tratam de questões sobre identidade. Tais metas são sobre educação, saúde, assistência médica, desigualdade econômica e poder. De fato: problemas sociais. Podemos acrescentar a violência de gênero como um problema massivo em grande parte do Sul global. É a partir da análise social de gênero que temos que abordar essas questões, sendo que às ciências sociais cabe fornecer uma base de conhecimento relevante (CONNELL, 2014, p. 13).

Para Connell (2014), "uma vez que gênero é entendido como uma estrutura de relações sociais, o pensamento feminista *é* uma reivindicação por justiça social" (CONNELL, 2014, p. 14). Para a autora, "a justiça social é uma reivindicação de reparação da desigualdade, que acaba por trazer tanto vantagens quanto desvantagens enquanto características institucionalizadas da vida social" (CONNELL, 2014, p. 14). Assim, essas vantagens e desvantagens apresentam-se de diferentes modos.

Raewyn Connell[2] e Rebecca Pearse (2015), ao buscarem a definição do gênero, trazem como a gramática sugere distinções de significados entre as culturas, algumas apresentando termos genereficados, e outras, os substantivos adjetivos e pronomes se diferenciando entre feminino e masculino. Em sua maioria, as discussões sobre gênero ressaltam uma dicotomia, principalmente da divisão biológica de homens e mulheres. Assim,

> Em seu uso mais comum, então, o termo "gênero" significa a diferença cultural entre mulheres e homens, baseada na divisão entre fêmeas e machos. A dicotomia e a diferença são a substância dessa ideia. Os homens são de Marte e as Mulheres são de Vênus (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 46).

As autoras, todavia, argumentam que a vida não pode ser dividida em duas esferas, e para essa definição, onde não se vê diferença não se tem gênero. Dessa

---

[2] "Robert Connell submeteu-se à cirurgia de 'mudança de sexo' e, mais recentemente, vem publicando ou reeditando suas produções com assinatura de Rayween (seu nome atual) ou simplesmente R. W. Connell" (MEDRADO e LYRA, 2008, p. 810, nota de rodapé). Assim, refiro-me à autora nessa pesquisa como Raewyn Connell.

maneira, "não poderíamos reconhecer o caráter genereficado do desejo lésbico ou homossexual [...]" (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 46). Para resolver a questão da diferença e da dicotomia, deve-se considerar as relações sociais dos indivíduos, nesse sentido:

> o gênero deve ser entendido como uma estrutura social. Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no carácter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 47).

Há um grande esforço social para canalizar o comportamento das pessoas, em manter a naturalidade dos padrões, "ideias sobre comportamento adequados a cada gênero circulam constantemente, não apenas pelas mãos de legisladores, mas também nas atitudes de padres, pais, mães, professores, publicitários, donos de pontas de estoques, apresentadores" (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 38). Assim, tornar-se homem ou tornar-se mulher não é algo natural; é uma condição que está constantemente em construção, uma vez que

> não podemos pensar o ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza. Mas também não podemos pensá-los apenas como uma imposição externa realizada por meio de normas sociais ou da pressão de autoridades. As pessoas *constroem a si mesmas* como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem de gênero - ou respondemos ao lugar que nos é dado-, na maneira como nos conduzimos na vida cotidiana (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 39).

A sociedade historicamente determinou padrões sociais que ditaram as regras dos papéis sociais de cada gênero. Connell e Pearse (2015) buscam definir gênero a partir das novas construções teóricas e políticas após as discussões feministas dos anos 1970. No Brasil, foram nos anos 1970[3] que os movimentos feministas também ganharam força, principalmente pela realidade de luta pela redemocratização que o país apresentava (ALFLEN BANIN e BEIRAS, 2016). De acordo com Connell e Pearse (2015),

> Em toda a história, os movimentos feminista e gay dos anos 1960 a 1970 foram cruciais. Não atingiram todos os seus objetivos políticos, mas tiveram um impacto cultural intenso. Chamaram a atenção para todo um campo da

[3] "Na década de 1970, apesar de avanços jurídicos em diversos âmbitos, a posição da mulher ainda era vista como subalterna perante o homem. Em 1988, com a redemocratização do Brasil, entra em vigor a Constituição Federal que estabelece a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres em todas as esferas" (BANIN e BEIRAS, 2016, p. 526).

> realidade humana que era até então muito pouco compreendido, criando, assim, uma demanda por conhecimento, mas também por ação. Esse foi o trampolim histórico para as atuais pesquisas sobre gênero (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 44).

Os padrões culturais aparecem como importante fragmento de justiça de gênero, pois, "onde reina o sexismo, onde a difamação do feminino ou da mulher é endêmica, a injustiça está presente, resultando ou não em desigualdades materiais. O reconhecimento de igualdade é negado" (CONNEL, 2014, p. 15). A autora pontua a justiça como um reconhecimento importante para mulheres transexuais, pois além de ser um assunto de difícil abordagem, constantemente é negado pelo Estado como em serviços de segurança e saúde.

A violência é igualmente uma questão que envolve a justiça de gênero, ela "[...] *é* uma pratica de inclusão social, numa ação que ou destrói ou danifica corpos" (CONNELL, 2014, p. 16). Tais ações são constituídas socialmente, e em grande parte estabelecida pela dinâmica social.

A preocupação é dar conta dos corpos, dos processos reprodutivos e das diferenças corporais. Assim, uma definição de gênero é possível se pensada na resolução dos paradoxos das diferenças. Connell e Pearse (2015) observam, nesse sentido, que "o gênero é a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais" (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 48). Gênero tem a ver, nesse sentido, com o pensar sobre como as sociedades lidam com os corpos e com isso, quais são suas consequências na vida das pessoas e nas relações coletivas. Assim, gênero seria uma estrutura fluida nas relações sociais. As autoras constroem assim uma definição de gênero mais fluida, negando a visão dicotômica, que se centra nas diferenças entre homens e mulheres. Também alertam que a questão de gênero não pode enfocar apenas na identidade do indivíduo. Para elas, é necessário pensar nas relações e não apenas nas diferenças.

Joan W. Scott (1995), em artigo amplamente conhecido intitulado "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", possibilitou a contextualização do caráter histórico da diferença sexual entre homens e mulheres e das relações sociais entre os sexos. Para a historiadora, qualquer informação sobre mulheres é indispensavelmente uma informação sobre homens. Para a autora, gênero é uma categoria de análise, como as categorias classe, raça e geração, e está constituída no interior das relações de poder,

que se estabelecem social e culturalmente a partir das diferenças percebidas entre os sexos. No gênero, as relações de poder são sempre assimétricas, desiguais e hierarquizadas/verticalizadas. Assim, ela utiliza o termo gênero como um operador teórico-metodológico para a análise histórica:

> o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres [...] "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p.75).

Para a autora, a definição de gênero possui várias partes e subpartes, todavia o núcleo principal respalda-se na ligação total dessas duas proposições: "(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1995, p. 86). Nesse sentido, Scott (1995) oferece um entendimento de que as questões de gênero estão arraigadas na sociedade em todos os sentidos, como a forma da compreender o ser homem e ser mulher, seja das masculinidades ou feminilidades. Normas sociais e familiares conceituam, normatizam o significado desses símbolos. O conceito de gênero vai além de reduções a relações conjugais ou familiares, compreende toda a estrutura simbólica, subjetiva, social, cultural e relacional. Assim gênero implica necessariamente uma relação em uma sociabilidade.

São inúmeras as reflexões sobre a desigualdade de gênero, em relação à erotização do corpo da mulher, sobre a falta de mulheres na pesquisa, na desigualdade de acesso as tecnologias, no campo da política. Connell e Pearse (2015) observam que, "em 2013, estatísticas recentes da União Interparlamentar mostraram que os homens eram 79,1% dos membros dos parlamentos em todo o mundo" (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 31). A desvalorização do emprego e precarização do trabalho feminino é outro fator na desigualdade entre os homens e as mulheres, onde a mulher, nesse ínterim, está ligada aos estereótipos de frágil, maternal e aos cuidados da casa, ou seja, ligadas ao ambiente privado:

> Por trás do trabalho remunerado, há um outro tipo de trabalho – o doméstico e de cuidados, que não é pago. Em todas as sociedades contemporâneas sobre as quais temos estatísticas, as mulheres realizam a maioria das tarefas domésticas de limpeza, cozinha, costura, cuidado com crianças e

> praticamente todo o trabalho de cuidado com bebês (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 33).

Em 1988 o Papa João Paulo II divulgou uma encíclica intitulada "[...] Sobre a dignidade e a vocação da mulher" (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 40) com o documento o papa lembra a todos que a função da mulher é a maternidade e que não deve ser confundida com as funções do homem. Cabe ressaltar que a instituição igreja exerce uma influência grande na vida de seus devotos. No pronunciamento de Natal em 2012, o Papa Bento XVI utiliza o momento para criticar a teoria de gênero:

> Manifesta-se o fundamento daquilo que hoje, sob o vocábulo "gender-gênero", é apresentado como nova filosofia da sexualidade. De acordo com tal filosofia, o sexo já não é um dado originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de significado, mas uma função social que cada qual decide automaticamente, enquanto até agora era a sociedade quem a decidia. Salta aos olhos a profunda falsidade dessa teoria e da revolução antropológica que lhe esta subjacente. O homem contesta o fato de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o ser humano. Nega sua própria natureza, decidindo que esta não lhe é dada como um fato pré-constituído, mas é ele próprio quem a cria (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 40-41).

A crítica que o papa busca fazer acaba colocando o que realmente a teoria de gênero quer dizer, porém ele estava argumentando contra isso, querendo dizer que é a natureza essencial da biologia que deve determinar a vida social e pública. É um esforço contínuo de "manter ideias essencialistas sobre a inflexibilidade do ser mulher e do ser homem são uma evidência forte de que suas fronteiras não são lá muito estáveis." (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 41). O que se percebe são as desigualdades: os homens estão à frente, em sua maioria, de igrejas, da política, da riqueza corporativa, da liderança de instituições de ciência e tecnologia, [...] dados recentes do analfabetismo na Índia mostram que 75% dos homens aprendem a ler, enquanto apenas 51% das mulheres tiveram acesso à alfabetização; na Nigéria, os dados indicam 72% de homens e 50% das mulheres (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 41).

Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade, de Judith Butler, foi lançado no início da década de 1990 nos Estados Unidos e somente em 2013 no Brasil. Na obra, Butler (2018) desconstruiu o conceito de gênero que estava fixado na teoria feminista, repensou teoricamente a "identidade definida" das mulheres, como uma categoria a ser redefinida e emancipada no movimento feminista. A filósofa

problematiza a dualidade sexo e gênero, onde na teoria tradicional, considera o primeiro natural e o segundo, culturalmente construído. Para Butler (2018),

> Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre dai que a construção de "homens" se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo "mulheres" interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição [...] não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário de gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimétrica entre gênero e sexo, na qual gênero reflete o sexo ou é por ele restrito (BUTLER, 2018, p. 26).

Para ela, o sujeito que o feminismo quis representar não existe, assim, Butler (2018) radicaliza o que a teoria feminista já problematizava. Para a autora o sexo também é uma construção social e cultural, resultando assim em questionamentos sobre a heteronormatividade com a homossexualidade. A ideia é retirar da noção de gênero, que este seria decorrente do sexo. Esse não deve ser considerado em apenas dois, podendo assim, medir em que ponto essa dualidade sexo/gênero é arbitrária,

> [...] Se o caráter imutável do sexo é contável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (BUTLER, 2018, p. 27).

Butler (2018) informa, assim, que o sexo não é algo dado naturalmente, mas também é discursivo e cultural como o gênero. A autora estabelece interlocuções com diferentes autoras, entre elas Simone de Beauvoir, onde vem a indicar os limites das analises de gênero estabelecidos por Beauvoir, partindo da sua frase emblemática, "[...] Não há nada em sua explicação que garanta que o 'ser' que se torna mulher seja necessariamente fêmea" (BUTLER, 2018, p. 27).

Butler (2018) problematiza o conceito da categoria mulher,[4] considerando-o insuficiente para falar em nome da mulher universal, devido a diversidade que existe dentro da categoria. E ainda problematizou o conceito, mesmo que no plural

[4] "O emprego no singular ou no plural não é teoricamente irrelevante, posto que mulher faz referência a uma essência feminina única (o termo feminino), a-histórica, fundamentada em concepções biológicas e metafísicas. Por outro lado, mulheres expressa diversidade e historicidade de situações em que se encontram as mulheres" (BARBIERI, 1992, p. 113, nota de rodapé 5, tradução nossa apud MEDRADO; LYRA, 2008, p. 815, nota de rodapé).

“mulheres”, na tentativa de abarcar outros cruzamentos como raça, etnia, idade, classe, entre outros, pois para ela, mesmo que no plural, o conceito emprega normatizações, onde “[...] O próprio sujeito mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2018, p. 18).

Para Guacira de Oliveira (2007),

> *un gran desafío para nuestro movimiento es transponer los límites del pensamiento político más allá de las identidades y abarcar la angustia de ser negra, ser indígena, ser lesbiana, sobre explotada en el mercado laboral o excluida de él. Tenemos que afirmar y valorar las diversas perspectivas que se construyeron a partir de la elaboración y de la acumulación traída por las mujeres en sus diferentes inserciones políticas* (OLIVEIRA, 2007, p. 4).

nesse sentido, sem transformar a categoria mulher em um sujeito único, onde o feminismo deve se preocupar com a análise de gênero em sua dimensão relacional do poder.

A partir dos conceitos trazidos na pesquisa, é possível compreender que não há nem homem nem mulher enquanto categorias universais. As mulheres ou homens aprendem e desempenham papéis femininos ou masculinos, de acordo com normas, regras, tradições em um contexto cultural de cada sociedade. Cada sociedade possui a construção de sua cultura. Assim a construção das feminilidades e masculinidades são dinâmicas, se constroem e se modificam em contextos e épocas, e ainda a categoria gênero perpassa todos os aspectos que constituem as relações sociais, como ideias, estruturas, normas, regras, entre outros. Neste sentido, é imprescindível estudar as relações entre mulheres e homens, entre feminilidades e masculinidades.

1.2 Homens e masculinidades

Que ser um homem feminino
não fere o meu lado masculino
se Deus é menina e menino
sou masculino e feminino

Pepeu Gomes

A canção de Pepeu Gomes intitulada “Masculino e Feminino” defende a vivência de homens sem a preocupação de encaixarem-se em estereótipos preestabelecidos, que ser homem feminino, não fere o lado masculino.

Historicamente pensou-se o corpo feminino e masculino através da dicotomia masculinidade/feminilidade, classificados pela presença ou ausência da capacidade viril. Laqueur (2001) mostrou que a diferença entre os sexos se apresentou no século XVIII onde até por volta do século XIII havia apenas o registro do sexo masculino, onde a mulher era considerada um "macho incompleto". Segundo o dicionário crítico do feminismo,

> A virilidade se reveste de um duplo sentido: 1) os atributos sociais associados aos homens e ao masculino: a força, a coragem, a capacidade de combater, o "direito" à violência e aos privilégios associados à dominação daquelas e daqueles que não são – e não podem ser – viris: mulheres, crianças; 2) a forma erétil e penetrante da sexualidade masculina. A virilidade, nas duas acepções do termo, é aprendida e imposta aos meninos pelo grupo dos homens durante sua socialização, para que eles se distingam hierarquicamente das mulheres. A virilidade é a expressão coletiva e individualizada da dominação masculina" (HIRATA et al., 2004, p. 101-102).

Ao considerarmos a categoria gênero e masculinidades enquanto categorias analíticas e históricas, passamos a problematizar o ser homem e ser mulher - ser feminino e ser masculino – considerando que a categoria gênero e a categoria masculinidades são integrantes das relações sociais pautadas nas diferenças entre os sexos, bem como, nas relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres.

Ao buscar a diferenciação dos sexos, considera-se a masculinidade. Entende-se que a construção das masculinidades passa pela sexualidade e pela definição dos papéis socialmente construídos. O princípio universal de masculinidade é refutado quando se escuta ou diz "seja homem", colocando o homem em uma posição de afirmação e de necessidade de provar sua masculinidade e sua virilidade. Assim é que a masculinidade não se coloca somente como um valor cultural fruto de um dado natural, ela é um valor social, um objetivo, um ideal a ser conquistado.

> Na Sociologia e Antropologia dos sexos, masculinidade e feminilidade designam as características e as qualidades atribuídas social e culturalmente aos homens e às mulheres. Masculinidade e feminilidade existem e se definem em sua relação e por meio dela. São as relações sociais de sexo, marcadas pela dominação masculina, que determinam o que é considerado "normal" – e em geral interpretado como "natural" – para mulheres e homens (HIRATA et al., 2004, p. 101).

Badinter (1993) inicia o prólogo, na obra "XY: sobre a identidade masculina" questionando "Que é um homem?" e qual seria a sua essência, afirmando que o ser

homem exige um esforço e um trabalho que não é exigido das mulheres. Para a autora "XY é a 'formula' cromossômica do homem. Quando não há acidentes de percurso, esses dois cromossomos desencadeiam todos os mecanismos da diferenciação sexual que fazem um homem não ser uma mulher" (BADINTER, 1993, prólogo). Todavia, o tornar-se homem envolve fatores não só genéticos, bem como sociais, psicológicos e culturais, onde a masculinidade apresenta-se enquanto algo natural e contrario a qualquer feminilidade. Para a autora, os homens constroem suas masculinidades através de símbolos sociais que os afastam das feminilidades:

> Tradicionalmente, a masculinidade se define mais "evitar alguma coisa (...) do que por desejar alguma coisa". Ser homem significa não ser feminino; não ser homossexual; não ser dócil, dependente ou submisso; não ser efeminado na aparência física ou nos gestos, não ter relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; não ser impotente com as mulheres (BADINTER, 1993, p. 117).

Para Rafael Mandressi (2012) a virilidade dependia da combinação de caracteres físicos, morais e do modelo anatômico dos testículos "Nascemos homem, tornamo-nos homem! Pelo calor, que é responsável, na natureza, pela produção da diferença" (MANDRESSI, 2012, p. 292), assim o corpo teria humores corporais, onde o calor do homem daria origem a força e a capacidade de engendrar, o calor seria o responsável pela produção da diferença dos corpos. Mandressi (2012), concordando com Laqueur (2001), afirmou que as mulheres são homens imperfeitos, inacabados. Para o autor existe um tipo de corpo e um tipo de sexo, o que mudaria seria o calor vital, que somente os homens possuíam.

Arnaud Baubérot (2013) retoma Beauvoir (1972) que entendeu que sua frase celebre demandava complemento por seu semelhante "Não se nasce homem; torna-se homem'. A virilidade tampouco é dada logo de início (BEAUVOIR, 1972 *apud* BAUBÉROT, 2013, p. 189). A constatação nos faz refletir como esta questão está intimamente relacionada com o contexto cultural, social e político que os homens estão inseridos. Para Baubérot (2013) a autora estava denunciando uma situação:

> Já que os traços específicos da virilidade tradicional não eram dados pela natureza, mas produzidos por um contexto cultural, social e político, os homens poderiam, por sua vez, isentar-se dos modelos e dos papéis ligados à sua condição de machos, libertar-se dos imperativos da dominação masculina e entreter com as mulheres novas relações fundadas na igualdade e na compreensão mútua (BAUBÉROT, 2013, p. 189-190).

Durante a maior parte do século XX os caracteres viris foram impostos aos meninos, onde a sociedade introduziu e reforçou comportamentos que seriam considerados como certos para o gênero masculino, aos jovens, aos homens “[...] Lembremos, primeiramente, que a virilidade é antes de tudo um atributo do homem maduro, esposo, pai e chefe de família” (BAUBÉROT, 2013, p. 191).

Foi a partir do patriarcado, considerado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, que o sexo masculino foi definido enquanto um ser humano privilegiado, superior às mulheres, onde o homem "[...] se julga *mais* forte, *mais* inteligente, mais corajoso, *mais* responsável, *mais* criativo ou *mais* racional. Esse *mais* justifica sua relação hierárquica com as mulheres, ou pelo menos com a sua" (BADINTER, 1993, p. 6). Segundo Laqueur (2001) somente demonstrou-se interesse em considerar os dois sexos distintos, quando essas diferenças demonstraram sua importância política. Várias transformações políticas e ideológicas ocorreram nas sociedades ocidentais, que para o autor, tais mudanças estiveram imbricadas com a construção do corpo. A virilidade aparece como sendo um atributo essencial no percurso de tornar-se homem.

A história mostra que a construção desse padrão social de homem, de masculinidade tradicional, de homem viril, deu-se calcadas em algumas etapas e rituais da vida, como a família, os bandos, os movimentos da juventude, o ensino escolar, o trabalho e o quartel. A família é pioneira nesse processo de socialização e de imposição e ensinamentos destinados a cada sexo. Conforme traz Baubérot (2013), pesquisas dos anos 1970 mostram as atitudes dos pais em relação ao sexo dos filhos:

> Vinte e quatro horas após o nascimento, os meninos já são mais frequentemente qualificados enquanto ‘maiores’ do que as meninas, que têm exatamente o tamanho e o peso deles. Suas mamadas duram mais, seus desmames e sua aprendizagem de higiene são mais tardios (BAUBÉROT, 2013, p. 192).

Os brinquedos também reproduzem essa função social de direcionar comportamentos considerados aceitos e certos para cada gênero, onde, os que são exclusivos dos meninos buscavam, e ainda buscam, reproduzir o estereótipo destinado, com a intenção de reforçar os comportamentos viris. A Indústria de brinquedos, desde o final do século XIX, os generaliza com forte conotação sexuada. Para as meninas são os itens que apresentam atributos de feminilidade como a maternidade e o cuidado com o lar (como bonecas, enxovais, casas em miniatura). Para os meninos são os objetos e

atividades consideradas masculinas, como brinquedos de guerra, carros, trens, aviões, jogos de bricolagem ou construção, mais tarde os brinquedos que remetiam aventura ou explorações, "[...] o fato é que, mesmo não sendo especificamente concebidos enquanto instrumentos de iniciação à virilidade, os brinquedos para meninos contribuem fortemente para a manutenção dos estereótipos dominantes " (BAUBÉROT, 2013, p. 195).

O Ambiente doméstico, espaço de crescimento, socialização e influenciador desses meninos, apresenta-se também como espaço de disputa de poder entre os sexos,

> Se o marido era mais o chefe da família, o território doméstico pertencia a sua esposa. Esta divisão desigual entre esfera pública e esfera privada não impedia que muitos homens experimentassem a necessidade de afirmar também o seu poder em casa. Abordando a gestão da vida doméstica, eles conservavam o controle econômico e financeiro. Compreende-se assim, que o domicílio foi ao mesmo tempo terreno privilegiado, mas também a apostada violência conjugal. "A casa era uma aposta essencial desta guerra de sexos" (VIRGILI, 2013, p. 90).

A divisão normativa de papéis entre homens e mulheres, forja na mulher que esta é responsável pelo ambiente doméstico, diga-se o ambiente privado. Todavia, a ela cabe ser submissa ao seu esposo que além de ser o provedor, o chefe da família, também detém o controle da casa, pois além de ser um divisor de tarefas entre os sexos, reforça a masculinidade hegemônica do homem provedor, via controle econômico, financeiro e também através da violência. Esse lugar de poder e dominação justificou historicamente a violência sobre a própria mulher:

> a brutalidade impõe o poder exclusivo ao homem, quaisquer que sejam finalmente as acusações evocadas. A infidelidade, real ou suposta, da esposa constituía muito frequentemente uma desculpa para o comportamento masculino, um pretexto para o exercício violento da sua dominação. O dinheiro, o álcool e a casa constituíam o triangulo da submissão" (VIRGILI, 2013, p.89).

E assim sustenta-se a ideia de família ideal burguesa, com a diferenciação exacerbada entre os sexos, da glorificação da função materna da mulher e sua subordinação em relação aos homens, e a expectativa que esses homens sejam viris, e sustentassem as esposas e as crianças. Do século XX ao início do século XXI, os homens violentaram as mulheres por considerarem normal e necessário a condição de homem. Considera-se neste ponto a relação da provação da virilidade masculina por meio da violência, onde ser homem era combater, adotar comportamentos desafiadores

e fazer a demonstração da sua força ao preço da violência. Uma masculinidade dominadora (VIRGILI, 2013).

Nesse sentido, Melissa Fernández Chagoya (2014) argumenta que as instituições como família, estado e igreja são responsáveis, executoras e perpetuadoras dessa estrutura de dominação, onde a mulher é uma extensão do homem e subordinada a ele. Fernández Chagoya (2014) argumenta a necessidade de acabar com posições assimétricas e vê a mudança a partir dos homens:

> Lo que se busca es pues, cambiar las condiciones de manera estructural, es decir, no sólo intercambiar roles sino derrocarlos; acabar con esas posiciones asimétricas que nutren a las instituciones. Y a propósito de cambiar, invertir o desplazar las asimetrías de género, repasemos el "cambio" en los hombres para tal fin (FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 44).

No final do século XIX e início do século XX, o Estado passa a se organizar de uma nova forma. A partir de mudanças econômicas e sociais resultantes da industrialização e urbanização na Europa e Estados Unidos, as relações familiares também sofrem mudanças, dando origem a um novo sistema sexual, fazendo surgir uma nova mulher. Para Connell (1995), esse momento passa como um divisor de águas no que tange a mudança nas relações de gênero, essa nova consciência é evocada, nos anos 1970, a partir dos Movimentos de Liberação das Mulheres, de Liberação dos Gays e de Liberação dos Homens:

> Para as pessoas estimuladas por esses movimentos, parecia que milênios de patriarcado e opressão poderiam agora ter um fim. Existiam agora condições tecnológicas para a igualdade dos sexos e a mudança de consciência tinha chegado. As mulheres feministas começaram a inventar uma nova linguagem para um mundo pós-patriarcal e uma nova política baseada na "mudança de consciência" e na "irmandade" (CONNELL, 1995, p. 187).

Assim, entende-se que masculinidade e heterossexualidade são construções sociais, e que as masculinidades se apresentam constantemente enquanto a negação do outro, seja das mulheres ou homossexuais. A masculinidade e feminilidade não estão apenas imbricados em processos sociais, bem como em processos psicológicos e subjetivos, pois "da concepção de um XY até a masculinidade adulta, o caminho é cheio de emboscadas" (BADINTER,1993, p. 34).

Até por volta do século XX, à masculinidade tradicional, fundamentou-se em ideais de virilidade que possuíam, em sua maioria, determinações relacionadas à força

física, potência sexual, controle, violência, sejam violências simbólicas ou não, assegurando o domínio masculino em suas relações sociais.

Intensifica-se os estudos sobre masculinidades a partir da década de 1990. Destaco Connell como influência nos estudos sobre masculinidades. A autora corrobora com os estudos de Scott (1995) que a construção das masculinidades acontece através das relações com as referências femininas e com as masculinidades. Para Connell (1995, p. 188), a masculinidade é definida como sendo "uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade", destaca que é uma definição formal, tendo em vista que não existe limite de prática entre os envolvidos. Dois aspectos importantes para pensar sobre a masculinidade é que diferentes masculinidades são construídas em um mesmo contexto social, incluindo vários aspectos sociais como classe, raça, etnia, geração, orientação sexual etc., e que a masculinidade é complexa e contraditória.

A forma de como as masculinidades são construídas irá se relacionar com a cultura estabelecida onde os homens estão inseridos. Essa normatização cultural tem sentimentos e condutas considerados adequados para homens, fazendo com que esses se sintam pressionados a agir e pensarem daquela forma. Invariavelmente ao interiorizar essas normas sociais, meninos, jovens, homens repreendem os próprios sentimentos. (CONNELL, 1995).

Fernández Chagoya (2014) realiza uma pesquisa contemporânea que esboça algumas tendências discursivas de homens no México que objetivam recuperar os "direitos que perderam" ou a "transformação de homens" via a desconstrução da masculinidade hegemônica. A autora, nesse estudo, atenta à tendência discursiva de "transformação dos homens" que busca a reconstrução da masculinidade. Entre as tendências de grupos de homens trazidas pela autora, estão: "mitopoético"; "por los derechos de los hombres"; "fundamentalismo masculino"; "terapias de la masculinidade"; "mediático de la retórica de los nuevos varones" e uma última tendência refere-se ao grupo denominado "profeminista y/o antisexista". Nesse estudo, privilegiamos a discussão da ultima tendência, "profeminista y/o antisexista", que segundo a autora tende a tornar-se um grupo social, sugere ser o aliado que faltava ao feminismo, estando em processo de constituição política, possuem membros no México, na academia e em organizações da sociedade civil que trabalham com homens.

Nos anos de 1980 "[...] A masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas [...] que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse" (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). O conceito está apoiado em modelos tradicionais de homem, como machista, viril, heterossexual, sem emoções.

Em *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*, Connell e Messerschmidt (2013) fazem uma longa retomada sobre o conceito de masculinidade e trazem sobre suas aplicações em diversos estudos. O conceito,

> formulado há duas décadas influenciou consideravelmente o pensamento atual sobre homens, gênero e hierarquia social. Esse conceito possibilitou uma ligação entre o campo em crescimento dos estudos sobre homens (também conhecidos como estudos de masculinidade e estudos críticos dos homens), ansiedades populares sobre homens e meninos, posição feminista sobre o patriarcado e modelos sociais de gênero. Encontrou uso em campos aplicados que variam desde a educação ao trabalho antiviolência até a saúde e o aconselhamento (CONNELL e MESSERSCHIMIDT, 2013, p. 241-242).

A masculinidade hegemônica se apresenta enquanto um padrão de dado momento histórico, de determinado grupo que se coloca como referência. Não se coloca como um modelo fixo, mas resultante de relações. Assim possui dimensão histórica, social, relacional, fluida. Ela atua como um norte, um padrão, um mapa a ser seguido. O conceito de masculinidade hegemônica serviu para favorecer inúmeras pesquisas relacionadas a homens e masculinidades, e substituiu a teoria do papel sexual.

O conceito de papel sexual, para João Manuel de Oliveira e Ligia Amâncio (2002), caracteriza "comportamentos e atitudes consonantes com o sexo do actor que os realiza, exprimindo assim uma dimensão normativa" (OLIVEIRA e AMÂNCIO, 2002, p.45) sendo que esses papéis se diferenciam entre homens e mulheres. Para os homens o universo desses papéis é múltiplo, já para as mulheres é restrito a esfera privada, ao ambiente familiar, aos cuidados.

> O ser mulher é socialmente pensado por forma a direccionar todos os comportamentos para uma única esfera de actividade, a esfera privada, a família [...] Assim, as mulheres acabam por ser representadas como um "segundo sexo" [...], um enorme conjunto de seres humanos cuja diferenciação se resume às funções sociais de "sentir" e de "cuidar" [...] Deste modo, é de esperar que mesmo quando as mulheres saem dessa esfera para trabalhar, as suas actividades sejam socialmente construídas como uma extensão das actividades domésticas e dos comportamentos a elas associados para o mundo do trabalho (OLIVEIRA e AMÂNCIO, 2002, p. 48).

Nessa perspectiva, os papéis sexuais representam um pensamento estruturalista em dividir os papéis sociais, sexuais ou de gênero, em uma intenção binária em dividir aquilo que é fixo em cada sexo, que define lugares de homens e mulheres. Ancoramo-nos nas ideias de Scott e Connell que conceituam masculinidades e feminilidades enquanto relacionais, interdependentes, construídos historicamente, socialmente e culturalmente, onde a presença masculina e feminina coexiste em ambos.

Assim, para Connell e Messerschmidt (2013), "a conceitualização da masculinidade hegemônica deveria explicitamente reconhecer a possibilidade da democratização das relações de gênero e da abolição de desigualdades de poder, e não apenas a reprodução da hierarquia" (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013). Assim, a masculinidade hegemônica baseada na subordinação das mulheres, só faz sentido se buscar descontruir padrões desiguais.

Nesses estudos a masculinidade hegemônica se distinguiu de outros modelos, como das masculinidades subordinadas, que é possível verificar no fragmento que segue:

> A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Por não possuir um caráter fixo, o conceito de masculinidade hegemônica é alvo de críticas por teóricos, pois algumas tentativas de conceituação aparecem falhas. Assim como trazem Connell e Messerschmidt (2013, p. 262-263), é possível compreender que

> Padrões múltiplos de masculinidade têm sido identificados em muitos estudos, em uma variedade de países e em diferentes contextos institucionais e culturais. Também é resultado de pesquisa bastante difundido o fato de que certas masculinidades são socialmente mais centrais ou mais associadas com autoridade e poder social do que outras. O conceito de masculinidade hegemônica presume a subordinação de masculinidades não hegemônicas, e esse é um processo que agora tem sido documentado em muitos contextos, em nível internacional (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 262-263).

Algumas críticas presumem que o conceito seria dispensável tendo em vista que o patriarcado teria condições de masculinidades dominantes. Todavia, Connell (1990) acredita que a teoria do patriarcado não é suficiente e não se apresenta enquanto um

sistema lógico capaz de dar conta do conceito, tendo em vista que não está bem estruturado, não apresentado enquanto uma unidade lógica. Para ela, a masculinidade hegemônica não é fixa e visa além da reprodução cultural.

Sendo assim, não faz sentido tipificar o homem em uma masculinidade hegemônica tendo em vista que padrões são transitórios. Os padrões mudam frequentemente, o que hoje é aceito socialmente e se torna um padrão, amanha pode já não ser.

Na sociedade existe uma pluralidade de masculinidades, "Na sociedade brasileira, por exemplo, o modelo hegemônico pode ser caracterizado como: branco, heterossexual, provedor da família, másculo, racional, controlador da sexualidade feminina, viril" (GUIMARÃES, 2015, p.32). Muito embora o modelo hegemônico seja impossível de considerar um modelo de masculinidade. Neste sentido, é que a crise da masculinidade surge, com a necessidade de identificação de sujeitos que não se viam nesses modelos pré-estabelecidos, buscando outras alternativas e possibilidades.

Fernández Chagoya (2014) argumenta que um grupo de homens profeministas buscam desconstruir a masculinidade tradicional/hegemônica buscando construir masculinidades alternativas que focalizem a igualdade entre homens e mulheres:

> *proponen el activismo social, la investigación académica y la formación de grupos de reflexión de varones para desconstruir el ideal de masculinidad tradicional y construir masculinidades alternativas, romper la complicidad masculina antisexista y practicar la igualdad con las mujeres* (BONINO, 2002, *apud* FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 36).

Fernández Chagoya (2014) destaca também que na Espanha, México e América Latina como um todo, tal tendência é percebida em organizações da sociedade civil que realizam grupos reflexivos com homens buscando desconstruir a masculinidade hegemônica, lutando contra a violência contra as mulheres. Nesses grupos, os homens argumentam que ser homem "*responde a mandatos hegemónicos que inhiben sus emociones y los facultan para ejercer violencia como la forma de demostrar el poder que tienen sobre las mujeres, niños/as u homosexuales*" (FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 38). Os homens se veem a mercê do mundo que as mulheres estão se inserindo, e a partir da mudança delas eles procuram a mudança neles, a autora argumenta que essa dinâmica "*puede conducir a nuevos mecanismos de género mediante una ficción discursiva*" (FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 38).

O homem resultante do patriarcado que tem a virilidade como forma de expressão necessita ser repensado, como também propõe Marcio Ferreira de Souza (2010), em seu texto "Transição de valores e a perspectiva sobre o 'novo homem'". O autor aborda a questão da representação da masculinidade na vida cotidiana, identificando as metamorfoses desta representação na vida contemporânea e identifica a construção da imagem de um 'novo homem'. Esse novo homem é frágil, chora, assume masculinidades diferentes das tradicionais e não consegue sozinho arcar com o peso do modelo tradicional masculino, de provedor e chefe da família (SOUZA, 2010). Nesse sentido, os desdobramentos desses estudos sugerem não mais o emprego de masculinidade e sim de masculinidades:

> A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de "masculinidades" [...] é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas (CONNELL, 1995, p. 188).

Para Badinter (1993), a construção das masculinidades é estabelecida em processos árduos para os homens, pois, a virilidade exige do homem algumas renúncias. Entende-se que a masculinidade é uma construção social, e não é homogênea. Não se valoriza apenas o órgão sexual, mas uma série de atributos como coragem, força física, capacidade para o trabalho, ente outros. "Os esforços exigidos dos homens para se adequar ao ideal masculino provocam angustia, dificuldades afetivas, medo do fracasso e comportamentos compensatórios potencialmente perigosos e destruidores" (BADINTER, 1993, p. 146). Assim, para o homem assegurar o seu poder do macho viril provedor é uma tarefa bastante desafiadora.

Entre essas renúncias, cabe o que Fernández Chagoya (2014) argumenta sobre os privilégios. A tendência discursiva de alguns homens se coloca em renunciar alguns privilégios que historicamente os foram dados. Todavia, Fernández Chagoya (2014) questiona se é possível renunciar algo que é inato. Para ela, esses privilégios entre tantos outros não foram ganhos pelos homens, estão inatos a eles, assim questiona como é possível perder algo que não foi ganho e sim socioculturalmente dado? É possível construir masculinidades alternativas a masculinidade tradicional, a masculinidade hegemônica? Para a autora, a busca pela mudança dos homens ao renunciarem certos privilégios, relaciona-se ao que Butler chama de melancolia de gênero: "*Por un lado la*

melancolía es un vínculo que sustituye a un vínculo que se ha roto, ha desaparecido o es imposible; por otro lado continúa, por así decir, la tradición de imposibilidad inherente al vínculo al cual sustituye" (BUTLER, 2010 *apud* FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 47).

Os homens renunciam certos privilégios, porém, nunca todos. Como destaca Fernández Chagoya (2014), os homens em nossa cultura, nasceram com os privilégios, quer dizer que os privilégios na cultura androcêntirca são pré-discursivos. São diferentes as leituras históricas sobre o corpo de homens e mulheres, para ela o caminho está na desconstrução, desconexão do gênero, re-fazer a masculinidade. Para ela, a luta é "*contra el género toda vez que éste es un aparato de poder, es normativo, es heterodesignación y es naturalizado*" (FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 51). A autora lembra, e bem como consideramos nessa pesquisa a categoria gênero, como nos moldes de Scott, enquanto categoria analítica. Para Alflen Banin e Beiras (2016) a questão dos privilégios também se mostra importante, pois

> É importante para nós, também, pensarmos sobre essa posição de privilégio, os desequilíbrios de poder em que a balança pende, historicamente, para o lado dos homens. O privilégio dos homens é inerente, isso quer dizer que ser privilegiado não depende apenas de ações e escolhas pessoais, mas está ligado à ideia de que alguém se beneficia da estrutura da sociedade, simplesmente pelo fato de ser homem (Nalon, 2015). Entendemos também que nem todos os homens se beneficiam ou são privilegiados da mesma forma ou com a mesma intensidade (Noriega, 2009) e que o privilégio não está ligado apenas a relações de gênero, mas também étnico-raciais, econômicas, sexuais etc. (BANIN e BEIRAS, 2016, p. 526).

É nesse sentido que a masculinidade hegemônica é normativa, na finalidade de exigir posicionamento dos homens e ainda legitima a subordinação das mulheres, e traz uma referência social que pode resultar consequências nocivas tanto para os homens quanto para as mulheres, podendo desencadear na violência de gênero, por exemplo. Souza (2005) pontua que,

> Por outro lado, esse modelo hegemônico de constituição do masculino tem trazido consequências para a saúde e a vida dos homens. Uma delas é a dificuldade diante de medidas preventivas de saúde como o exame contra o câncer de próstata que desperta angústia e medo da homossexualidade e da impotência [...] outra são os riscos à saúde reprodutiva pela falta de proteção contra as doenças sexualmente transmissíveis e/ou por não aceitarem ter problemas de infertilidade, tornando difícil o diagnóstico e o tratamento, tendo em vista que a fertilidade é um componente importante da virilidade [...] Outra consequência é aquela que expõe os homens a agravos acidentais e intencionais fatais e não-fatais [...] em que o corpo masculino aparece como aquele que busca ou se expõe a riscos e pelo qual se desenvolve a violência e

> o enfrentamento como forma de obter respeito. Por conseguinte, morrem primeiro que a mulher e as causas de suas mortes refletem uma exposição deliberada de enfrentar riscos e perigos (SOUZA, 2005, p. 61).

Fernández Chagoya (2014) indica que os reflexos dos homens perante as mudanças sociais e culturais das mulheres, como os direitos conquistados, podem apresentar-se como novas formas de violência, onde a masculinidade encontra suas formas de dominação pela violência, onde demonstra-se poder, "*el enemigo común no son los hombres sino el sexismo que anima a que ellos en particular reproduzcan una lógica de relación assimétrica*" (FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 40). É na violência praticada pelos homens contra as mulheres que é revelado os mecanismos e dispositivos de gênero que os homens possuem pela própria construção de homem. A violência se apresenta nesse cenário como uma ferramenta para o retorno das mulheres a vida tradicional, onde o homem exerce o poder patriarcal, com a proteção e poder do masculino sob o feminino.

Naturalizar a violência é uma construção histórica, social e cultural. O modelo de masculinidade hegemônica a utiliza como um atributo do ser homem, de afirmar-se enquanto homens provedores, agressivos e viris (BEIRAS e CANTERA, 2012):

> *Se espera del hombre determinados comportamientos, pruebas, fuerza, virilidad, valentía, entre otros atributos que no son fijos y si intensamente reiterados y actualizados entre hombres y mujeres en la cotidianeidad. Su construcción está influenciada por diversos factores como la virilidad, la violencia, la paternidad, la globalización, la heteronormatividad* (BEIRAS e CANTERA, 2012, p. 252).

Além da violência explicita, destaca-se a violência sutil e sedutora,

> *Me refiero a aquellos mecanismos de control del tiempo, de dominio de espacios, de nula distribución equitativa del trabajo, entre otros, que operan por medio del neomachismo mismo que por ser sutil, entiéndase como casi indetectable, puede tener atributos seductores por lo que quizá sus propios ejecutores, y víctimas, no la perciben* (FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 41).

Esses homens se veem como novos homens, como homens "desconstruídos" e em muitas vezes não se percebem exercendo violência por meio de mecanismos de opressão. Negam o machismo, se posicionando contra a violência. É o homem que

> *llora, que siente, que puede intercambiar los roles tradicionales dentro de las relaciones de pareja (por ejemplo, "dejarse" mantener) pero desde ese*

> *rol "no machista" sigue siendo el que controla, decide, espera servicios y beneficios y, aún más, porque "ya cambió". El hombre que espera – y sutilmente exige – consideraciones especiales por encargase de sus hijos e hijas, por ir al supermercado, por hacer aseo doméstico, por atender el placer de su pareja, en breve, el que supone que está haciéndole un favor al mundo por aparentemente romper con la división sexual del trabajo. Sutil, una violencia sutil porque performando los roles de género tradicionales, oculta el mecanismo de opresión* (FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 41).

Para Fernández Chagoya (2014) existe certo distanciamento entre esses homens pró feministas, que buscam igualdade e que discursam em renunciar atos violentos. Para ela, estes podem até construir relações mais pacíficas, mas não necessariamente que se tornaram não-violentos e propensos a igualdade:

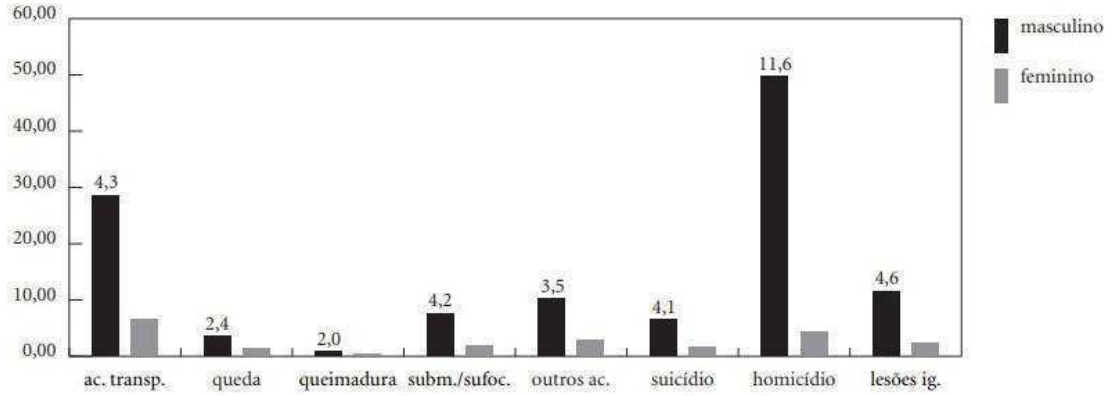
> *Percibo que entre los grupos de varones existe una insistencia en ser hombres, es decir, están convencidos de que el género masculino es lo que viven, es lo que les hace ser y tal pareciera que basta modificar algunos de sus ámbitos – como el de la violencia, por ejemplo – para que se logre la igualdad. Ante esto me pregunto si en el trasfondo de su movilización, bajo un pensamiento feminista, está la posibilidad de cambio o, más bien, la necesidad de rehusar de ser lo que son, de deshacerse…* (FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 44).

No que se refere a violência que os homens são expostos, sobre a realidade brasileira, Souza (2005) realiza uma pesquisa em que traz a relação entre masculinidade e violência no Brasil. Observou que as duas principais causas de mortes de homens são homicídio e acidente de transporte, sendo que os homicídios ocorrem em maior parte com arma de fogo:

> Ora, essas duas causas estão diretamente ligadas aos dois grandes símbolos de masculinidade no mundo atual – as armas e os carros – e exercem uma forte atração sobre os jovens. Os carros simbolizam poder de locomoção, velocidade, liberdade e status social, que são signos de sucesso e de sedução. As armas têm o poder de submeter o outro a seus desejos e interesses, o poder de vida ou morte. Esses objetos são introduzidos desde cedo na vida do menino, na forma de brinquedos, e passam a fazer parte do universo masculino com todos os simbolismos que possuem no contexto capitalista ocidental contemporâneo (SOUZA, 2005, p. 65).

Como é possível observar no gráfico 1:

Gráfico 1: Taxas de mortalidade por causas externas específicas segundo sexo e sobremortalidade masculina. Brasil, 2000.



Fonte: Gráfico apropriado de Souza (2005, p. 64), cuja fonte são os dados do DATASUS.

Visualiza-se no gráfico que as mortes dos homens são em sua maioria frutos dos dois símbolos, que considera símbolos de masculinidade. E ainda, a vulnerabilidade e os riscos que os homens passam em relação a esses episódios é muito superior às mulheres.

Medrado e Lyra (2014) destacam vários casos ocorridos, no que se refere a violências sofridas por homens. Nem recentes e nem restritos ao nordeste ou ao exército, esses relatos da história demonstram como se "produzem homens de verdade" (MEDRADO e LYRA, 2014, p. 58), sob violentas formas, como um dos casos que nos chama atenção, refere-se a uma notícia divulgada na Folha de São Paulo, onde em 1996, Eduardo Ferreira Agostinho, de 19 anos, estudante da Escola Naval, morreu. Segundo a notícia "[...] um mês antes de entrar para a Escola Naval, no Rio de Janeiro, seu pai lhe havia pedido que deixasse a Marinha, Eduardo respondeu: 'Só saio da Marinha Oficial ou Morto'. Cumpriu a sentença. Saiu morto" (MEDRADO e LYRA, 2014, p. 56). No trecho a seguir é possível verificar os sinais de tortura que o jovem Eduardo viveu:

> No dia 23/1/96 [o jovem Eduardo] foi obrigado a fazer exercícios excessivos sob um calor extenuante e morreu em consequência de um choque térmico. Sua temperatura chegou a 42ºC e a hipertermia provocou edema cerebral, coagulação intravascular, insuficiência respiratória e parada cardíaca. No dia em que morreu, já havia dado sinais de que não estava suportando os exercícios. Desmaiou, e o instrutor limitou-se a comentar: "Ele tem mais é que morrer. Um fraco não pode ficar entre a gente" (COSTA, 1996 *apud* MEDRADO e LYRA, 2014, p. 57).

Histórias como a de Eduardo são costumeiras, acontecendo mais do que se pode imaginar. Indicam as diferentes formas violentas de "[...] se produzir "regimes de verdade" sobre o masculino em nossa cultura e de se valorizar certos atributos

considerados masculinos, entre eles a honra e força" (LEAL e BOFF, 1996 *apud* MEDRADO e LYRA, 2014, p. 56). Acontecimentos como esse descrito demonstram a severidade em se fazer um homem conforme a crença dominante, possui técnicas especificas de brutalidade, e, independem o lugar ou ambiente.

A situação vivida pelo jovem acima, demostra a brutalidade que muitos outros jovens viveram ou vivem para constituir-se homem. É a partir dessas situações que devemos pensar quais tem sido os mecanismos, técnicas, crenças, entre tantos outros determinantes, que influenciam a construção do ser homem em nossa sociedade:

> Não podemos nos esquecer de que, nas ultimas décadas, os estudos de gênero se consolidaram na produção acadêmica ocidental, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais, produzindo trabalhos – a maioria por mulheres pesquisadoras – que discutem os homens e o masculino como faces malditas [...] das relações que produzem desigualdades socais e subordinam as mulheres (MEDRADO e LYRA, 2014, p. 59).

Para Medrado e Lyra (2014), partir dessa ideia que coloca o homem e o masculino como faces malditas é ponto fundamental para a leitura de gênero da dimensão relacional, e ainda, para considerar a masculinidade no plural.

A mudança implica em questionar os próprios hábitos, a própria identidade, alterar comportamentos, buscar igualdade, entre tantas outras mudanças necessárias, e mais, destaca-se que a mudança de hábitos de comportamentos, o repensar não garante a continuidade, se fazendo necessário a vigilância continua para se distanciar da masculinidade tradicional, dos hábitos e discurso desiguais:

> *El cambio, de insistir en él, debe ser llevado a la práctica de manera autogestiva, es decir, que los hombres se hagan responsables de su propio cambio. El cambio, si se quiere ver así, debe ser, más que una decisión personal, una serie de prácticas concretas que apunten a la renuncia de privilegios que la cultura de género hegemónica les adscribe a los varones. El cambio, si se persigue, que sea un medio pero nunca el fin* (FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 46).

Apenas reconstruir a masculinidade ou diversificá-la é andar por um caminho que irá perpetuar a desigualdade. Para ela, é necessário abolir a masculinidade, porque de forma ou de outra está imbricado nas masculinidades os privilégios historicamente dados aos homens "*La apuesta desde el pensamiento feminista parece ser la abolición del dualismo sexual y, para el caso que estudio, la abolición de la masculinidad*" (FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 51). Assim, devemos pensar o impensável, se quisermos alcançar alguma mudança,

> *cuáles son las prácticas emancipatorias concretas en los grupos de hombres. Insistir en potenciar formas alternativas de la masculinidad, pensar que se viven "las masculinidades" es creer que hay tantas masculinidades como hombres en el mundo. Más allá de la intensión de flexibilizar el modelo de masculinidad, diversificándolo ¿cuál es la apuesta? Responder al para qué aludir a las masculinidades radica justo en ello, en las apuestas desestabilizantes del sistema sexo/género permeado, construido y perpetuado en la matriz heteronormativa* (FERNÁNDEZ CHAGOYA, 2014, p. 52).

Entende-se que os homens, na maioria das vezes, são colocados em uma situação onde a virilidade e a masculinidade devem ser reafirmadas. Assim, se faz necessário repensar o espaço que esses homens veem ocupando na sociedade, como se veem e se esse padrão de masculinidade os coloca expostos a certo tipo de comportamentos violentos. Badinter (1993, p. 146) indica que:

> a vida de um homem vale menos que a vida de uma mulher (as mulheres e as crianças primeiro!), que ele serve de bucha de canhão em tempo de guerra e que a representação da sua morte (no cinema e na televisão) tornou-se simples rotina, um clichê da virilidade, boas razões para olhar a masculinidade tradicional como uma ameaça à vida (BADINTER, 1993, p. 146).

Não é a intenção de colocar o homem na situação de vítima, mas de buscar rediscutir as relações de gênero e das possibilidades de proporcionar que esses homens e meninos ressignifiquem seus lugares e papéis na sociedade, que repensem as masculinidades construídas, no sentido de "ensinar aos meninos outro modelo viril, que deixe espaço para o reconhecimento da vulnerabilidade" (BADINTER, 1993, p. 146), devem por exemplo apreender a desconstruir conceitos pré-estabelecidos e agirem de forma a demonstrar suas emoções, buscar ações não violentas. Baubérot (2013) observa que

> os valores e as atitudes viris não desapareceram do campo social. Cotidianamente, através do espetáculo esportivo, do cinema ou dos inúmeros lazeres, a cultura de massa veicula ícones que simbolizam esses valores e exercem seu poder de fascínio junto aos adolescentes (BAUBÉROT, 2013, p. 220).

Assim como bem indica Baubérot (2013), é necessário repensar como os homens tem reagido a todas essas transformações, como eles estão vivendo os novos modelos e os novos padrões sociais que redefinem as masculinidades? Se faz necessário

problematizar os padrões socialmente naturalizados de masculinidade, repensando a construção de identidade de gênero desses homens. De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Junior (2010):

> Politizar o corpo masculino significa tomá-lo como um problema a ser discutido, tomá-lo como uma realidade que precisa ser modificada, propor que sejam modificadas as formas de pensar que o definem e o constituem, assim como as práticas que o instituem. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2010, p. 27).

Como trouxe Baubérot (2013), no processo de socialização os meninos possuem uma educação diferenciada das meninas, condição que se faz necessária considerar para entender a posição que os homens ocupam na sociedade, e assim buscar entender a violência de homens contra mulheres:

> Em geral, os homens são educados, desde cedo, para responder a expectativas sociais, de modo proativo, em que o risco e a agressividade não são algo que deve ser evitado, mas experimentado cotidianamente [...] a violência é, muitas vezes, considerada uma manifestação tipicamente masculina para resolução de conflitos. Os homens são, em geral, socializados para reprimir suas emoções, sendo a raiva, e inclusive a violência física, formas socialmente aceitas como expressões masculinas de sentimentos. (MEDRADO e LYRA, 2003, p. 22).

Nesse sentido, apoio-me nas considerações de Medrado e Lira (2008) que acreditam ser possível encontrar inúmeros tipos de abordagens teórico-metodológicas que, eventualmente, convergem entre si. Posto que "Investigar sobre masculinidades significa não apenas apreender e analisar os signos e significados culturais disponíveis sobre o masculino, mas também discutir preconceitos e estereótipos e repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos" (MEDRADO e LIRA, 2008, p. 825).

Com esse estudo, consideramos fundamental incluir os homens no processo de enfrentamento a violência contra a mulher. Entendemos que não iremos modificar relações desiguais de gênero isolando a participação masculina, que é a parte fundamental quando se trata da questão da violência, por ser o lado que a comete. Se as masculinidades são construídas social e culturalmente no processo das relações sociais, elas podem sem dúvida, serem desconstruídas, no sentido de buscar relações sociais não desiguais.

1.3 A violência contra mulheres: de que violência estamos falando?

A violência é entendida enquanto um fenômeno que atravessa o ordenamento social, tanto nas relações sociais como nas relações institucionais. Não obstante, a primeira concepção que se tem de violência, está ligada, seja no plano da academia ou no senso comum, a uma dimensão destrutiva, vinculando-se a constrangimento. (OSTERNE, 2006). Entende-se que a violência é todo e qualquer uso de força sobre o outro que diminua a sua condição humana. Nos anos de 1990 a OMS considera a violência como questão de saúde pública, mais tarde a definindo como:

> O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p. 5).

Safiotti (2004) entende a violência "como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral", sublinhando que apenas a violência moral e a psíquica estão fora do palpável (SAFIOTTI, 2004, p. 17). Todavia, dependendo das circunstâncias que a vítima de violência psíquica é exposta, como em casos de tortura de ordem política ou cárcere privado, essa violência torna-se palpável, resultando em danos irreversíveis a saúde, levando muitos indivíduos a cometerem suicídio.

A violência contra as mulheres foi definida pela Convenção do Belém do Pará, adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 06 de junho de 1994 como "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada" (OEA, 1994), sendo em qualquer relação interpessoal, em âmbito familiar, unidade doméstica ou em ambiente comunitário, cometida por qualquer pessoa.

Ela apresenta-se enquanto uma das principais formas de violação dos direitos humanos, e em grande parte das vezes é praticada por familiares ou companheiros. Estudos apontam que aproximadamente 24% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência, e quando citadas as diferentes formas de violência, essa proporção sobe para 40% (BRASIL, 2011b). De acordo com Toneli *et al.* (2010),

> Segundo levantamento do Banco Mundial (1997) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (1999), um em cada cinco dias de falta de trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas. A estimativa é de que o custo total da agressão doméstica oscile entre 1,6% e 2% do PIB de cada país. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) revelam que uma em cada seis mulheres no mundo sofre violência doméstica. Ainda segundo a pesquisa, até 60% dos casos envolvendo violência física foram cometidos por maridos ou companheiros. (TONELI *et al*, 2010, p. 13).

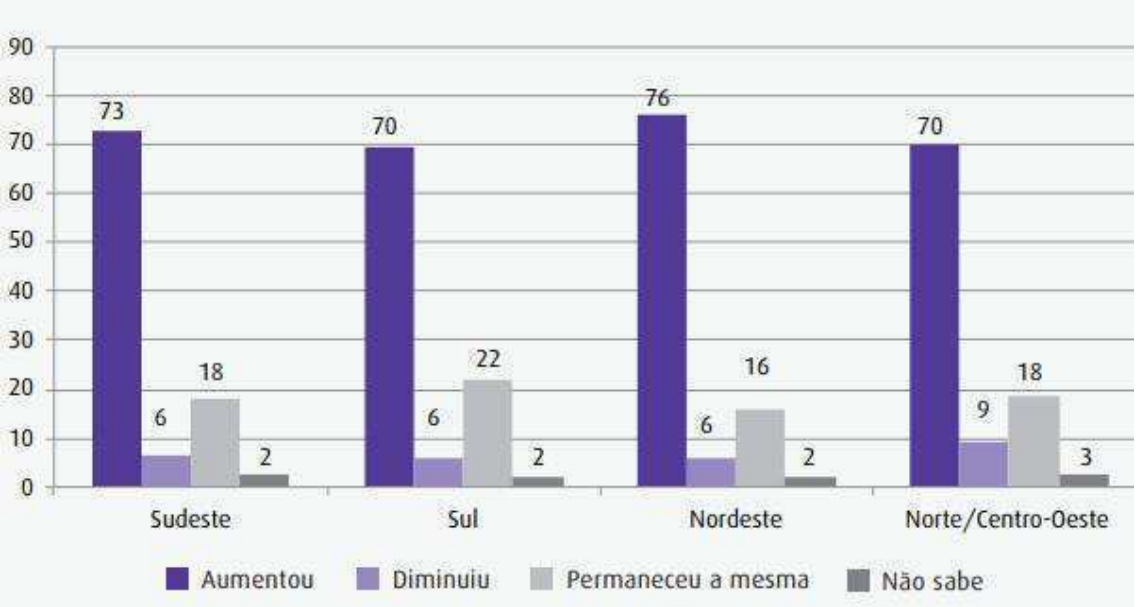
Conforme o Mapa da Violência 2015, o Brasil tem taxa de 4,8 homicídios femininos para cada 100 mil mulheres, fazendo com que ocupe a 5ª colocação de homicídios, em um grupo de 83 países. O Estado do Paraná está na 12ª posição do ranking dos Estados, tendo como taxa de homicídios femininos 5,2 para cada 100 mil mulheres. O município de Guarapuava, conta com a taxa de homicídio de 6,5 para cada 100 mil mulheres, ultrapassando o índice nacional (WAISELFISZ, 2015).

A pesquisa Nacional "Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil", realizada pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) levanta informações sobre a violência contra as mulheres e a vitimização sofrida por alguns tipos de agressão, bem como também traz o perfil da vítima e quais atitudes tomaram frente à violência (DATAFOLHA, 2017):

> Os dados mostram que 28,6% das mulheres entrevistadas, com 16 anos ou mais, disseram ter sofrido algum tipo de violência - verbal, física ou psicológica. Estima-se, portanto, que ao menos 16,1 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência no período de um ano, mas o número pode chegar a 19,9 milhões (teto da margem de erro de 3 pontos percentuais). Sabemos como estes casos são subnotificados e subrelatados pelas mulheres por inúmeras razões (DATAFOLHA, 2017, p. 33).

A pesquisa indica que no Brasil, pelo menos 12 mil mulheres já foram vítimas de agressão física. Ainda coloca que pelo menos 45% de adolescentes e jovens entre 16 e 24 anos já foram vítimas de algum tipo de violência no período de um ano, este dado mostra que praticamente metade das jovens brasileiras já sofreram algum tipo de violência (DATAFOLHA, 2017) (Gráfico 2).

Gráfico 2: Percepção da violência contra as mulheres em nossa sociedade nos últimos 10 anos, por região (%)



Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

O gráfico demonstra que nos últimos 10 anos a percepção sobre violência contra as mulheres aumentou, e esse aumento dá-se em todas as regiões do Brasil. Em pesquisa desenvolvida na Delegacia Especial da Mulher em Guarapuava/PR, evidenciou-se no período de 2005 a 2009 a média de 895 casos por ano, dos quais 64% foram praticados por membros da família, principalmente maridos e companheiros (RAIMONDO, LABRONICI e LAROCCA, 2013). Sobre Guarapuava, trataremos com mais especificidade no Capítulo III.

Ainda que a mulher tenha sua saúde, seu bem-estar e seus direitos ameaçados e violados, a violência poucas vezes é denunciada, por inúmeros motivos, seja por proteção a família, motivos emocionais, vergonha, entre outros.

> As vítimas que optaram por não denunciar alegaram, como principais motivos: a preocupação com a criação dos filhos (24%), o medo de vingança do agressor (21%) e acreditar que seria a última vez (16%). A crença na impunidade do agressor e a vergonha da agressão foram citadas por 10% e 7%, respectivamente (DATASENADO, 2015, p. 9).

Muito embora os números sejam alarmantes, não podemos esquecer que uma grande parcela das situações de violência não é contabilizada, seja por falta de denúncias, seja por equipe técnica não qualificada, ou por ausência de um sistema de dados adequado. Situações que contribuem com a inconsistência dos dados colhidos nas Secretarias de Segurança Pública e de Saúde (TONELI *et al*., 2010).

O aparato legal para proteção dessas mulheres vítimas de violência é a lei conhecida popularmente como Lei Maria da Penha[5], que cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, definindo esse tipo de violência como

> Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...] I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006, art. 5º).

Qualquer pessoa que tenha o gênero feminino independente do sexo biológico, ou seja, que se apresente socialmente como mulher, tem a proteção da Lei Maria da Penha em casos de violência doméstica. A lei especifica os tipos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, sendo elas: *violência física* que venha a ofender a integridade física ou a saúde corporal das mulheres; a *violência psicológica* que é manifestada em qualquer conduta que cause dano emocional, que diminua sua autoestima, que perturbe seu desenvolvimento e ainda que exerça controle sob suas ações ou comportamentos, que exerça qualquer humilhação, manipulação, que a persiga, que a limite do direito de ir e vir, entre outras; *violência sexual* é o uso da força em obrigar a mulher a manter, presenciar ou participar de relação sexual, também

---

[5]"O nome homenageia a cearense Maria da Penha Maia, vítima de duas tentativas de homicídio perpetradas pelo seu então marido, o professor de economia Marco Antonio Herredia Viveros, pai de suas duas filhas. Paraplégica em decorrência do primeiro ataque, ela lutou por quase 20 anos para colocá-lo na cadeia. Com a demora da Justiça Brasileira, Maria da Penha recorreu à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) que, pela primeira vez, acatou denúncia de um crime de violência doméstica. Em 2001, a Comissão responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres" (TONELI *et al.*, 2010, p. 12-13).

quando impedida de utilizar método contraceptivo; *violência patrimonial,* refere-se a retenção, a subtração, destruição parcial ou total dos seus bens; e *violência moral*, bastante confundida com a violência psicológica, refere-se a qualquer ação que configure calunia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006). Madureira (2016) salienta que,

> apesar de a Lei Maria da Penha apresentar essa divisão de formas de violências, elas podem acontecer de maneira Articulada e concomitante. É um mal que acomete uma parcela considerável de mulheres causando às vítimas agravos em vários aspectos de sua vida, e as estatísticas desse fenômeno são apresentadas em estudos nacionais e internacionais (MADUREIRA, 2016, p.22).

A violência doméstica, segue na maioria das vezes um ciclo dividido em três fases. A primeira é a *construção da tensão no relacionamento* onde ocorrem agressões verbais, crise de ciúmes, destruição de objetos e ameaças. A mulher procura acalmar o agressor, evitando discussões, assim a mulher vai tornando-se submissa. A segunda fase é a *explosão da violência – descontrole e destruição*, é marcada por agressões verbais e físicas graves e constantes, provocando ansiedade e medo crescente. Essa etapa é mais aguda e costuma ser mais rápida que a primeira. A terceira fase é *a lua-de-mel – arrependimento do(a) agressor(a)*. Depois da violência física, o agressor costuma se mostrar arrependido, sentindo culpa e remorso. O agressor jura nunca mais agir de forma violenta e se mostra muito apaixonado, fazendo a mulher acreditar que aquilo não vai mais acontecer. É muito comum que esse ciclo se repita, cada vez com maior violência e menor intervalo entre as fases. A experiência mostra que esse ciclo se repete indefinitivamente ou termina em uma lesão física grave ou homicídio. (BRASIL, 2005).

Vimos que a violência contra as mulheres constitui enquanto uma das principais formas de violação dos direitos humanos. Entre os anos de 1920 e 1930 no Brasil, os assassinatos de mulheres realizados por maridos eram considerados crimes de paixão, "A justificativa era sempre a mesma: 'matei por amor'" (BLAY, 2008, p. 38). Nesse ínterim, o movimento feminista vem para se opor a tais situações, todavia em 1940 a realidade de crimes por paixão se mantém. Blay (2008) relembra o caso de Angela Diniz[6], assassinada em 1976 por seu ex-companheiro, réu confesso. O caso foi exemplo

[6] "Doca Street matou Angela Diniz e confessou o crime alguns dias depois. Convivera com ela apenas três meses. Argumentava a Promotoria, auxiliada pelo advogado Evaristo de Morais, contratado pela família de Angela, que ela não suportava mais sustentar o companheiro ciumento, agressivo e violento. Depois de poucos meses de conturbada convivência, durante os quais houve várias tentativas de rompimento, Angela mais uma vez mandou Doca sair de sua casa em Cabo Frio (Estado do Rio de

dos juristas para os advogados, sobre como realizar uma defesa nessas circunstâncias, atestando a honestidade e bom caráter do assassino, lançando sobre a mulher a culpa do crime, concluindo que "a vítima era autora da própria morte" (BLAY, 2008, p. 43).

Esse cenário faz que com que o movimento feminista se manifeste, buscando alterar a forma de como as mulheres eram tratadas. Como Blay (2008) indica, foi uma tentativa de repulsa como lá em 1920, não admitindo crimes por amor: "Cunhou-se o lema '*Quem ama não mata'* que se via escrito por todos os lados, nos muros, na imprensa, em faixas, em cartazes em passeatas" (BLAY, 2008, p. 46, grifos da autora).

As mortes continuaram a acontecer, porém as atitudes dos homens passaram a ser questionadas e refutadas, o movimento feminista fortaleceu esse cenário de mudanças, exigindo a punição dos agressores (BLAY, 2008). Hoje o homicídio de mulheres é categorizado enquanto feminicídio, a partir da Lei nº 13.104, de 9 de Março de 2015.[7]

Com esse capítulo, buscamos discutir a categoria gênero, considerando-a como uma categoria relacional que incorpora homens e mulheres numa relação assimétrica, hierárquica de poder, e assim, compreendendo a violência enquanto resultante de características de masculinidades. Ao entender gênero como uma estrutura de relações sociais, considera-se como a sociedade trata os corpos e quais consequências a partir disso acontecem na vida das pessoas e nas relações pessoais, coletivas, entre outras. Gênero é uma estrutura fluida dentro das relações sociais, então, como é possível padronizar e normatizar corpos? Neste sentido que consideramos a categoria gênero e masculinidades, compreendendo que a partir do conceito de gênero é possível estudar as masculinidades e feminilidades. Para Scott (1995) qualquer informação sobre mulheres é indispensavelmente uma informação sobre homens.

Assim, depreende-se da pesquisa que não existe homem e mulher enquanto categorias universais e fixas. Cada sociedade possui uma estrutura social, e assim as feminilidades e masculinidades são dinâmicas, se constroem e se modificam em contextos e épocas, e ainda a categoria gênero perpassa todos os aspectos que constituem as relações sociais, como ideias, estruturas, normas, regras, entre outros.

Janeiro). Este fingiu se retirar da residência de Angela. Arrumou as malas e colocou-as em seu automóvel; porem, minutos depois, retornou munido de uma Bereta. Perseguiu-a até o banheiro e a matou com vários tiros, especialmente no rosto e no crânio." (BLAY, 2008, p. 39-40)

[7] Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. (BRASIL, 2015b)

Neste sentido, é se faz necessário estudar as relações entre mulheres e homens, entre feminilidades e masculinidades. Pois ao considerar gênero e masculinidades enquanto categorias analíticas e históricas, problematizamos o ser homem e ser mulher, entendendo a categoria gênero e a categoria masculinidades como integrantes das relações sociais e das relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO E OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTOS A HAV NO BRASIL

A partir da discussão sobre violência contra as mulheres, nesse capítulo, iremos direcionar a discussão para os principais marcos históricos em relação ao enfrentamento da violência de gênero. Bem como a evolução legislativa da área no Brasil e sobre Política Pública de Enfrentamento à violência contra as mulheres, buscando identificar suas principais ações e objetivos, problematizando o lugar dos homens nas políticas de enfrentamento à violência de gênero. Nesse sentido, discutiremos em âmbito nacional, como se dão os serviços voltados aos HAV a partir de mapeamento dos serviços que atendem os homens envolvidos em situação de violência contra mulheres.

2.1 Marcos históricos

Com o fim da ditadura militar no Brasil, os movimentos feministas passaram a trilhar as mudanças sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres, e com esse fortalecimento, as lutas ganharam visibilidade "[...] atingindo as esferas governamentais, as legislações, as formas de representação de governos e a sociedade civil" (MORAES e RIBEIRO, 2012, p. 39).

É dentro de um cenário de redemocratização do país, com força do movimento feminista, a partir dos anos 1970 e nos anos 1980 com o apoio do Estado que anulou normatizas que descriminalizavam a violência contra mulher, que as

> políticas de proteção e prevenção contra a violência doméstica e de gênero passam a ser aprovadas. Essas mudanças históricas permitem que possamos pensar em novas alternativas para a categoria homem, para além dos privilégios masculinos (por anos legitimados no próprio código penal) e aproximando-se de uma luta pela igualdade entre homens e mulheres (BANIN e BEIRAS, 2016, p. 526).

De forma geral, foi com a Organização das Nações Unidas (ONU) que as mulheres de fato foram incluídas na agenda internacional, seus direitos foram

institucionalizados e acrescentados na agenda dos direitos humanos. Assim, o movimento feminista ganhou visibilidade com a fundação das Nações Unidas, ainda que desde muito tempo as mulheres se organizem e se movimentem (GUARNIERI, 2010):

> Desde sua fundação, em 1945, até os dias atuais, a ONU vem contribuindo para a evolução das questões de gênero, promovendo os direitos das mulheres como direitos humanos fundamentais, codificando esses direitos em instrumentos legais internacionais e ainda encorajando o reconhecimento do papel das mulheres no desenvolvimento social e econômico dos países (GUARNIERI, 2010, p. 3).

O ano de 1975 é marcado com a Conferência Mundial sobre as Mulheres, que foi realizada na Cidade do México, enquanto um mecanismo de mobilização mundial das mulheres. Teve a intenção de alcançar a igualdade entre mulheres e homens, possibilitando o fortalecimento da ONU com a sociedade civil "a partir da México-75, aqueles três temas – igualdade, desenvolvimento e paz – tornaram-se a base dos trabalhos da organização no tocante às mulheres" (GUARNIERI, 2010, p.8).

Em 1981 entra em vigor o tratado, que surgiu a partir da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, aprovado em 1979. A convenção ficou conhecida como CEDAW. Esse instrumento é o primeiro tratado internacional, assinado por sessenta e quatro países, que ordena de forma ampla os direitos humanos das mulheres. Com a convenção, inicia uma nova fase das políticas públicas para as mulheres, propondo promover os direitos das mulheres na busca pela igualdade, reprimindo quaisquer formas de discriminação. A partir da CEDAW, a violência contra as mulheres passa a ser reconhecida oficialmente como crime contra a humanidade. Segundo Pimentel (2008), até o ano de 2006, 185 países já haviam engajado com a CEDAW:

> A CEDAW é a grande Carta Magna dos direitos das mulheres e simboliza o resultado de inúmeros avanços principiológicos, normativos e políticos construídos nas últimas décadas, em um grande esforço global de edificação de uma ordem internacional de respeito à dignidade de todo e qualquer ser humano. (PIMENTEL, 2008, p. 14).

A Constituição Federal de 1988 garante no art. 226, parágrafo 8º o seguinte: "O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações" (BRASIL,

1988), assim o Estado brasileiro assume o papel de enfrentar todo e qual tipo de violência.

A década de 1990 traz um novo cenário na agenda pública internacional no que tange o combate à violência contra as mulheres. Havendo um maior engajamento e esclarecimento da sociedade sobre a questão, impulsiona-se assim conferências e reuniões mundiais que objetivam organizar instrumentos e implementar políticas que previnam e erradiquem a violência contra as mulheres (MORAES e RIBEIRO, 2012).

Em 1993 foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da resolução 48/104, a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra Mulher, reconhecendo que:

> a violência contra as mulheres constitui uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, que conduziram ao domínio e à discriminação das mulheres por parte dos homens e impediram o progresso pleno das mulheres, e que a violência contra as mulheres constitui um dos mecanismos sociais fundamentais através dos quais as mulheres são forçadas a assumir uma posição de subordinação em relação aos homens (ONU, 1993, preâmbulo).

Foi nesse momento que os Direitos das Mulheres foram incorporados e obtiveram um capítulo específico no setor dos Direitos Humanos da ONU. Esse cenário resultou no movimento feminista efervescente que entre os anos de 1970 e 1980 passaram a orientar as mulheres vítimas de violência, fazendo com que as violências de dentro ou fora de casa passassem a ser denunciadas. Essa iniciativa deve-se a movimentos feministas das organizações não governamentais (ONGs) de vários países (BLAY, 2008):

> Concomitantemente à ação do movimento feminista, iniciaram-se pesquisas acadêmicas sobre esse problema social. A Sociologia, a Antropologia, e logo em seguida o setor de saúde, passaram a diagnosticar o significado da violência contra a mulher (BLAY, 2008, p. 24).

A Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing na China, em 1995, é inscrita enquanto continuidade dos trabalhos e conferências mundiais sobre as mulheres, iniciada com a Conferência realizada no México em 1975, bem como com as conferências mundiais com temas globais promovidas pelas Nações Unidas (GUARNIERI, 2010).

No Brasil, a Convenção de Belém do Pará apresentou um instrumento normativo, com o compromisso de reduzir e eliminar a violência contra a mulher. Promulgada pelo Decreto nº 1.973 de 1º de outubro de 1996, avança na luta contra a violência de gênero, e a reconhece enquanto violação dos direitos humanos, que perpassa, sem distinção, mulheres de várias raças, classes, religiões, idade e outras condições.

> modificar os padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres, inclusive a formulação de programas formais e não formais adequados a todos os níveis do processo educacional, a fim de combater preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher, que legitimem ou exacerbem a violência contra a mulher (BRASIL, 1996, art. 8).

A convenção inova acerca do papel dos homens ao indicar a necessidade de modificar padrões culturais de homens e mulheres, reconhecendo a importância e necessidade de se trabalhar com os dois lados da violência.

Incluir os homens no processo de enfrentamento a violência é fundamental. Neste sentido, buscamos identificar em meio aos avanços históricos e a frente, nos avanços legislativos, qual o papel que esses homens possuem nesse meio.

2.2 Políticas públicas de enfrentamento as violências de gênero no Brasil

Para adentramos no campo das Políticas Públicas de enfrentamento à violência contra mulheres, consideramos importante o esclarecimento do que entendemos por Políticas Públicas. De forma geral, entende-se que são conjuntos de ações, programas e decisões do governo federal, estadual ou municipal, visando assegurar os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, para os cidadãos, grupos, segmentos sociais, culturais, étnicos ou econômicos. A sociedade atua de forma direta ou indireta nas decisões. As Políticas Públicas, refletem as demandas da sociedade em seus diversos segmentos.

> Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus

> propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Neste sentido, buscamos elucidar os principais avanços acerca das Políticas Públicas referentes ao enfrentamento da violência de gênero. A década de 1980 marca um momento de rigidez nas leis brasileiras, porém traz a implementação de delegacias especializadas no atendimento de mulheres vítimas de violência e casas-abrigos. Com a criação da Delegacia de Defesa da Mulher, na cidade de São Paulo em 1985, segundo Blay (2008) o quadro de violência contra as mulheres começou a mudar. Foi um grande salto no que tange a questão de políticas públicas, onde as vítimas começaram a denunciar:

> Na virada para o século XXI, diferentemente dos anteriores, o noticiário sobre a violência contra a mulher se torna cada vez mais numeroso e a mídia revela certa demanda social para a descoberta e punição dos assassinos, embora resistam casos noticiados sob uma ótica conservadora machista (BLAY, 2008, p. 67).

A Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), também se apresenta como um importante marco, visto que possibilitou grandes debates, onde a lei julgava e processava as infrações de "menor potencial ofensivo", na qual a violência contra mulher habitualmente era enquadrada. Essa lei não julgava homicídios e lesões corporais graves (TONELI *et al.*, 2010). E a partir dela é possível identificar a intenção de se trabalhar com os homens, como uma alternativa benéfica:

> Esta legislação não especificava em nenhum lugar que tipo de pena alternativa devia ser indicada, e por se acreditar que a prisão não seria a melhor solução para boa parte dos casos, o atendimento psicossocial desses homens passou a ser considerado uma alternativa viável e positiva. (TONELI; BEIRAS e RIED, 2017, p.180).

O ano de 2003 constitui um marco legal no que se refere a mecanismo de elaboração e execução das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres, tendo em vista a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Embora criada em 2003, a SPM só se equiparou a Ministério em 2010, com a edição da MP nº 483, convertida na Lei nº 12.314, de 2010 (SENADO FEDERAL, 2013):

> Com a elevação de seu status, a SPM passou a ter assento no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, levando mais fortemente a perspectiva de gênero para dentro deste órgão, cuja função é assessorar a Presidência da República no que tange a medidas desenvolvimentistas do país (SENADO FEDERAL, 2013, p.38).

Em 2005 é criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) o **"**Ligue 180"**.** Um serviço gratuito de atendimento telefônico, 24 horas por dia, em que a população brasileira, especialmente as mulheres, podem denunciar casos de violência de gênero, bem como receber orientações, em suas diversas formas. A Lei nº 10.714, de 13/08/2003, sancionada então pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, autorizou o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, um número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra as mulheres.

Ainda em 2005, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) menciona o trabalho com homens, não de forma direta, "porém traz, além do trabalho com as 'vítimas', o apoio à igualdade de gênero, incluindo, aqui, indiretamente, os homens" (BANIN e BEIRAS, 2016, p. 528).

A Lei 11.340/2006 proporcionou grandes avanços no combate e enfrentamento da violência contra as mulheres. Há quase meio século, ações e movimentos vêm sendo desenvolvidos a fim de prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. Em 2006, a lei popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, passa a ser o mais importante instrumento de defesa e enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Com ela "[...] o Brasil passou a ser o 18º país da América Latina a possuir em sua legislação uma lei específica para casos relacionados à violência doméstica contra as mulheres" (TONELI, BEIRAS e RIED, 2017, p.181-182).

No que refere a medidas preventivas, a lei apresenta como ações:

> a promoção de estudos e pesquisas com a perspectiva de gênero relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como a celebração de convênios e parcerias com o objetivo de implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra as mulheres" (TONELI; BEIRAS e RIED, 2017, p.185).

A lei ainda assegura à vítima o atendimento especializado em Delegacias de Atendimento às Mulheres, bem como cria Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres. Destaca-se também, que as punições "ficaram mais severas, com o aumento do tempo máximo de prisão em caso de agressão doméstica, que passou de um para três anos" (TONELI *et al.*, 2010, p. 13).

Entre seus grandes avanços, a lei indica legalmente o trabalho reflexivo e educativo ao homem autor de violência contra mulheres. Assim, subsidia as ações preventivas, considerando que a lei não trata apenas dos meios de reprimir e punir esses homens, ela oferece também meios de prevenção. Como no artigo 35, inciso V, que dispões sobre centros de educação e de reabilitação para agressores, reconhecendo neste sentido o trabalho reflexivo para prevenir a incidência da violência contra as mulheres. Como também em seu artigo 45, que altera o disposto no artigo 152 da Lei de Execução Penal, "[...] nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação" (BRASIL, 2006). Todavia,

> Na Lei Maria da Penha, de 2006 [...] o teor das referências ao masculino está diretamente ligado à punitividade. Há poucas referências aos homens, sendo a primeira no art. 22. Todas as 34 referências utilizam-se do termo agressor e muitas vezes o relacionam às medidas coercitivas cabíveis a cada um dos delitos. Apesar do teor punitivo, é a primeira lei com menção direta ao trabalho reflexivo e educativo com o homem (BANIN e BEIRAS, 2016, p. 528).

Até esse momento, os documentos referem-se à violência de gênero considerando apenas as mulheres, ou para considerar as desigualdades vividas por essas mulheres em relação aos homens, excluindo de seu significado o gênero masculino:

> Podemos inferir que a limitação da categoria homem na Lei Maria da Penha pode acabar por ter efeitos diretos nas políticas públicas derivadas desta lei, as quais devem ser executadas pelo Estado [...] Ainda não há uma política nacional específica para esse setor, exceto algumas leis e normativas pontuais no país (BANIN e BEIRAS, 2016, p. 528).

Em agosto de 2007, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lançou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, com coordenação da SPM. O pacto consistiu em um acordo federativo entre as três esferas do governo, buscando planejar as ações que visassem à consolidação da Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com políticas públicas integradas. Naquele momento, o pacto criou estratégias para a execução das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, garantindo a prevenção e combate a violência, a assistência e o direito das mulheres, foram assim criados quatro grandes eixos/áreas estruturantes. Com quatro anos de implementação, o Pacto foi revisto e avaliado pelas 27 Unidades da Federação pactuadas (BRASIL, 2011c), onde buscou-se

rever os eixos e objetivos visando garantir a aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006. Assim, ampliaram-se e se fortaleceram as propostas, com os seguintes eixos:

> Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha. 2) Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência. 3) Garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça. 4) Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres. 5) Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos (BRASIL 2011c).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de 2011, em consonância com a Lei 11.340/2006, estabelece conceitos, princípios, ações e diretrizes que visem prevenir e combater a violência contra as mulheres. Tendo entre seus princípios norteadores, a busca pela igualdade efetiva entre as mulheres e os homens, em todos os âmbitos, considerando que as práticas patriarcais enraizadas na sociedade devem ser combatidas, buscando a igualdade no enfrentamento das desigualdades de gênero (BRASIL, 2011b):

> além de contextualizar a violência contra as mulheres no Brasil, define a violência e seu enfrentamento, conceitua a rede de atendimento no Brasil, define a violência e seu enfrentamento, conceitua a rede de atendimento, estabelece princípios, diretrizes, objetivos, ações e prioridades. (TONELI, BEIRAS e RIED, 2017, p.182).

Em 30 de agosto de 2013, o governo da Presidenta da República, Dilma Rousseff, sanciona o decreto nº 8.086, que institui o Programa Mulher Viver sem Violência. A SPM-PR era a responsável pela coordenação do Programa, onde o objetivo era

> Integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. (BRASIL, 2015a, p. 11).

Em 2015 a Lei 13.104 foi criada categorizando o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, transformando esse homicídio como crime hediondo, "quando envolve violência doméstica e familiar, e menosprezo ou discriminação à condição de mulher" (CERQUEIRA *et al*., 2017, p. 38).

Outro instrumento importante é a Lei 11.489/2007 que institui o dia 06 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo fim da Violência

contra as Mulheres, e está em vigor desde 2007. Este dia está em calendário nacional, e é conhecido como o "Dia do Laço Branco". Nesse documento,

> podemos perceber uma nova postura em relação ao sujeito homem, compreendendo-o como responsável por suas atitudes perpetradoras de desigualdades e, por isso mesmo, responsável por sua própria transformação. Para além da punição, busca-se integrá-los à luta pela igualdade por meio da conscientização e da participação ativa na prevenção da violência contra mulheres (BANIN e BEIRAS, 2016, p. 529).

Em Guarapuava/PR, o vereador Dognei Aldonei cria o Projeto de Lei Ordinária 30/2018, de 12 de junho de 2018, instituindo, a partir da Lei 11.489/2007, o dia 6 de Dezembro como Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, no âmbito do município:

> Art. 2º - Anualmente, durante o Mês de Dezembro, o Município poderá realizar ações com intuito de informar, esclarecer, conscientizar, envolver e mobilizar a sociedade civil, a respeito da Campanha Laço Branco.
> Art. 3º - As ações da Campanha, terão como símbolo um laço de fita na cor branca (PLO 30/2018).

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com base na Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) considera a violência como uma questão de saúde pública, e ainda reconhece as desigualdades históricas entre homens e mulheres implicando um grande impacto na questão da saúde das mulheres. Ressalta que "as questões de gênero devem ser consideradas como um dos determinantes da saúde na formulação das políticas públicas" (BRASIL, 2004, p. 12).

Com um grande avanço sobre masculinidades, a Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem possui como um dos principais objetivos "[...] promover ações de saúde que contribuam significativamente para a compreensão da realidade singular masculina nos seus diversos contextos socioculturais e político-econômicos" (BRASIL, 2008, p. 3), buscando aumentar a expectativa de vida, reduzindo os índices de morbimortalidade masculina. A política aponta para a não participação dos homens, onde pesquisas qualitativas demonstram a falta de adesão aos serviços por dois determinantes principais: barreiras socioculturais e barreiras institucionais.

A não-adesão está vinculada aos

> estereótipos de gênero, enraizados há séculos em nossa cultura patriarcal, potencializam práticas baseadas em crenças e valores do que é ser masculino. A doença é considerada como um sinal de fragilidade que os homens não

> reconhecem como inerentes à sua própria condição biológica (BRASIL, 2008, p. 5).

Ir ao médico e atestar uma doença colocaria em risco à crença de que nada o abala, de que pode ser vulnerável. Atrelada a essa realidade, a política apresenta uma crítica sobre os serviços ofertados, que em sua maioria são direcionados a saúde das crianças, a saúde dos adolescentes e a saúde das mulheres e idosos. Outra questão observada relaciona-se a posição de provedor, que é um papel historicamente atribuído aos homens, fazendo com que essa carga social os impeça de se colocarem na situação de procura pelos serviços de saúde. Indica também, que os serviços ofertados coincidem com o horário de trabalho, impossibilitando a participação. Todavia, destaca-se o fato de as mulheres também possuírem atividades laborais, e isso não se torna uma barreira para procurarem os serviços de saúde (BRASIL, 2008).

Compreender as barreiras socioculturais e barreiras institucionais é de extrema relevância, para que se criem estratégias de ações e intervenções que atinjam o público masculino. A política define que as masculinidades:

> são construídas historicamente e socioculturalmente, sendo a significação da masculinidade um processo em permanente construção e transformação. O ser homem, assim como o ser mulher é constituído tanto a partir do masculino como do feminino. Masculino e feminino são modelos culturais de gênero que convivem no imaginário dos homens e das mulheres (BRASIL, 2008, p. 6-7).

Assim, a política coloca a necessidade de ações não apenas reparativas, mas também preventivas, pensando nesse homem que se torna mais vulnerável à violência, como autor e como vítima, "essa política encara de forma muito mais completa o homem e seus inúmeros problemas, não se atendo somente ao campo da saúde tradicional, mas integrando diferentes setores da vivência masculina com foco em sua saúde física e mental" (BANIN e BEIRAS, 2016, p. 529).

O Projeto de Lei 5001/2016, está aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC). Tal projeto propõe alterar o artigo 23º da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e acrescentar como medida protetiva de urgência à ofendida, a frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação.

De modo geral, nota-se que avançamos no que se refere às políticas públicas de enfrentamento a violência de gênero, todavia há muito pelo o que lutar. Em relação aos homens, observamos poucas menções nas políticas abordadas, ocorrendo que a Política

Nacional de Saúde do Homem, apresenta-se como a única que de fato utiliza a categoria homem e masculinidades, e as discute com responsabilidade.

Vale destacar que essa reflexão não sugere que os homens sejam vistos como vítimas, mas sim, na ideia de buscarmos, enquanto sociedade, estratégias para o enfrentamento das violências contra as mulheres. Aqui, partindo dessa perspectiva, entendemos que a categoria homem e masculinidades devem ser abordadas nas políticas publicas de enfrentamento de violência de gênero, por um viés que se repensem as masculinidades e busquem estratégias para a superação, enfrentamento e prevenção de violências.

Ademais, Simone de Beauvoir em 1949 lembra que "Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida". Tão atual, essa afirmação nos alerta que, apesar de tantos ganhos acerca do enfrentamento a violência contra mulher, a crise política e econômica no país fragiliza os direitos conquistados. É nesse cenário de instabilidade política que a manutenção da luta, do enfrentamento à violência contra as mulheres, se mostra ainda mais urgente.

2.3 Mapeamento dos serviços que atendem os HAV contra mulheres

A partir da experiência do levantamento bibliográfico, e das leituras realizadas até o momento, foi possível identificar os lugares e institutos, que são referências na discussão de masculinidade e homem autor de violência contra as mulheres. Os programas que apresentam experiências de intervenções com os homens, bem como que realizam pesquisas sobre o tema, são em sua maioria, muito recentes, limitados e pouco explorados no Brasil. O Instituto Noos no Rio de Janeiro é pioneiro nas atividades com os HAV. Trabalhos datam de finais dos anos 90, e deste instituto, destacamos Marcos Nascimento e Adriano Beiras, que utilizamos como referenciais teóricos. Dois outros institutos serão listados tendo em vista seu engajamento com o tema. O Instituto Promundo, também do Rio de Janeiro e o Instituto Papai em Recife/PE, com o pesquisador Benedito Medrado, também utilizado como referência.

Diante da realidade exposta nessa pesquisa, demonstramos a importância de fomentar o trabalho com o autor da violência contra as mulheres. Na medida em que se

oportuniza a reconstrução de valores culturais, aumentando assim as possibilidades de proteção das mulheres:

> A ideia de atender homens autores de agressão baseia-se na aposta de que o sujeito possa reconhecer e responsabilizar-se pela violência que comete, assumir seu compromisso com as formas hegemônicas de masculinidades e procurar alternativas existenciais não violentas, abrindo-se, assim, o espaço para que o sujeito se exerça como tal (TONELI *et al.*, 2010, p.17).

Fernández Chagoya (2014) entende o trabalho com os homens como práticas que devem produzir a reflexão sobre a construção do sexo masculino. Isso inclui processos em que os façam refletir que não existe uma única forma de ser homem, que eles possam desaprender comportamentos assumidos como naturais, assumindo responsabilidade pela própria mudança, no que tange a luta pela igualdade de gêneros.

Os programas direcionados a HAV surgiram em países como os Estados Unidos e Canadá na década de 1980, "no entanto, somente nos últimos anos ganharam espaço mais significativo nas legislações e políticas públicas de cada país" (TONELI *et al.*, 2010, p.17). Madureira (2016) observa que,

> Na Europa, os primeiros programas de intervenção para homens que praticam violência contra as mulheres começaram há aproximadamente 25 anos. Estudo realizado em 2006 e 2007 pesquisou 170 programas distribuídos em 19 países da União Europeia tendo como principal objetivo promover o intercâmbio e o diálogo entre os programas a fim de propiciar a padronização das metodologias, conteúdos e critérios de qualidade (GELDSCHLÄGER *et al.*, 2010 *apud* MADUREIRA, 2016, p. 29).

O Relatório de Mapeamento de Serviço de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres, desenvolvido em 2014, realizado pelo instituto NOOS, tem como pesquisador responsável Adriano Beiras. O objetivo no estudo é conhecer de maneira exploratória e descrever as experiências brasileiras de atenção a HAV. O estudo foi realizado principalmente de forma qualitativa, como destaca Beiras (2014) mesmo se passando anos de criação da Lei Maria da Penha "o contexto brasileiro ainda apresenta de forma incipiente estes serviços, havendo necessidade de criação de muitos outros para contemplar o território nacional e a necessidade da população" (BEIRAS, 2014, p.6).

Segundo a pesquisa, a maioria das intervenções nessa área teve seu início entre 2003 e 2011, todavia, em 1999 o Instituto NOOS destaca-se enquanto pioneiro no Brasil, na cidade de São Gonçalves/RJ (BEIRAS, 2014). Em 2004, a Prefeitura de

Blumenau/SC iniciou suas atividades com os homens, e a partir de parcerias e mobilizações entre ONGs criou-se um Fórum em Defesa das Pessoas em Situação de Violência Doméstica possibilitando a criação da Lei municipal nº 5.825/01 que consolidou o Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar. O programa foi desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social e com financiamento do Fundo Municipal de Assistência Social. Em 2005 o Programa Albam, ONG de Belo Horizonte, começou suas atividades, antes mesmo da Lei Maria da Penha, com ações articuladas com o Juizado Especial Criminal, fortalecendo as ações a partir da Lei 11.340/2006. O Coletivo Feminista em São Paulo iniciou suas intervenções em 2008. O autor também relata algumas intervenções pontuais, que iniciaram a partir de políticas públicas municipais específicas que foram interrompidas com fim de recursos (BEIRAS, 2014).

Beiras (2014) indica os grupos realizados via mecanismos de justiça, que são em sua maioria, mais recentes. Tais grupos iniciaram com mulheres e após estenderam as ações aos homens. Em Linhas gerais, foi a partir da Lei Maria da Penha, que os programas direcionados a HAV tiveram um grande impulso, possibilitando reestruturar as ações. Com a pesquisa foi possível identificar que a maioria dos grupos é de caráter governamental e jurídica, com porcentagem menor as organizações não governamentais, e em uma escala ainda menor, as organizações não governamentais em parceria com as governamentais.

Sobre os objetivos das instituições pesquisadas, os temas ligados a direitos humanos, cidadania e democracia são principais e centrais de atuação. Algumas instituições possuem temas mais amplos, outras centram-se em temas relacionados as mulheres, sobre saúde e essencialmente sobre violência. No que se refere aos objetivos dos programas e intervenções que as instituições desenvolvem,

> em sua maioria, centram-se em grupos reflexivos, que buscam cessar a violência, produzir formas pacíficas de resolução de conflitos e, principalmente, promover a responsabilização dos atos violentos e reflexões relacionadas à identidade masculina e à construção de masculinidades. Buscam promover a desconstrução de um estereótipo masculino ou de uma masculinidade tradicional e hegemônica, em que a violência é legitimada e parte constituinte do ser homem (BEIRAS, 2014, p. 22).

Beiras (2014) aborda na pesquisa questões relacionadas a teorias e fundamentos norteadores dos programas ou das intervenções. E as divide em três categorias: a primeira refere-se aos aspectos epistemológicos, onde observa-se com maior

prevalência: Gênero, Masculinidades, Direitos Humanos, Feminismos, Psicoeducativa, e já com menos prevalência: sistêmica, Múltiplas Integradas, Psicanalítica e clínica comportamental. A segunda categoria refere-se a perspectiva feminista, que trás Joan Scott como autora mais utilizada. O feminismo pós-estruturalista aparece apenas na resposta do Instituto Albam. A terceira categoria é sobre autores de masculinidades, onde é possível perceber que o uso da teoria de Rewyn Connell predomina nas respostas. E cabe destacar que algumas instituições não responderam essa questão, ou se responderam, não utilizaram os estudos de masculinidades.

A pesquisa também elenca quais são os tipos de metodologias utilizadas nos programas ou intervenções, elencando quais os tipos de atendimento, qual o número de sessões, como se dá a coordenação grupal, como é a estruturação do grupo. É possível identificar que, prevalece os atendimentos individuais e grupais, com 68,4%, os apenas grupais são 31,6%. Sobre o número de sessões, 68,4% responderam que existe um número determinado de sessões, dos quais variam entre as instituições, dependendo da necessidade, objetivos e metodologia de cada instituição (BEIRAS, 2014):

> as metodologias são variadas em geral com encontros realizados semanalmente, e em formato de dinâmicas e exposições explicativas de temas diversos, conversas reflexivas tomando por base alguns disparadores como textos de jornais, piadas, vídeos. Apenas uma experiência é realizada de forma mista, ou seja, com homens e mulheres. As demais são grupos de homens e em alguns casos há grupos de mulheres também na mesma instituição. O formato também varia de acordo com o tipo de instituição onde o serviço é realizado, ou seja, tribunais, presidio, CRAS, ONGs (BEIRAS, 2014, p. 38).

Sobre o aporte financeiro, Beiras (2014) identifica na pesquisa que para manter os programas e intervenções, os recursos são em sua grande maioria públicos. Um dos pesquisados respondeu que os serviços são voluntários, outro respondeu que não há captação de recursos tendo em vista que é serviço realizado pelo CRAS, e outro indicou que os serviços são mantidos com recursos de organização internacional.

Outra contribuição importante da pesquisa refere-se ao acesso e encaminhamento realizados para os homens quando se faz necessário. Destaca-se que a forma de inserção dos homens na intervenção ou programa se dá em 36,8% de forma obrigatória, 26,3% de forma espontânea e 36,8% ocorre de ambas as formas. Analisando as formas de encaminhamentos, é possível perceber que sua maioria se dá de forma judicial, algumas por contra referência, outras por encaminhamentos da rede de enfrentamento à violência, por serviços de saúde e por outros serviços de

atendimento do município. Outro questionamento que a pesquisa aborda, é sobre o trabalho em rede. 89,5% responderam realizar trabalho em rede e 10,5% afirmaram não possuir trabalho em rede (BEIRAS, 2014).

Em relação as dificuldades enfrentadas pelas instituições,

> as principais dificuldades se relacionam com a falta de continuidade, mudança de gestão pública que acabam com os serviços, necessidade de políticas públicas federais e questões específicas de funcionamento e melhorias internas do serviço. Também algumas dificuldades relacionadas ao encaminhamento, à necessidade de aprimoramento e melhora no sincronismo institucional do serviço (BEIRAS, 2014, p. 54).

Destaco também o trabalho realizado por universidades, tais como a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, ao desenvolverem ações com HAV (TONELI, BEIRAS e RIED, 2017, p. 186).

Uma produção de 2017, intitulada *Homens e violência contra mulheres – pesquisas e intervenções no contexto brasileiro* conta com a organização de Adriano Beiras e Marcos Nascimento, e foi lançada pelo Instituto Noos, apresenta mapeamento sobre o tema, reunindo a experiência de grupos de homens autores de violência doméstica e apresentando diferentes abordagens. Como referencial teórico institucional para discussão da violência contra as mulheres, os organizadores utilizam a perspectiva sistêmica com viés construcionista social.

Nos artigos selecionados no livro, é possível perceber abordagens teóricas e focos de estudos diversificados, que buscam apresentar ações concretas que passam desde as possibilidades das intervenções com os homens até a promoção e avaliação de políticas públicas que preveem a intervenção com homens autores de violência doméstica. É possível identificar nas iniciativas voltadas para os homens autores de violência apresentadas no livro, a busca por desconstruir a prevalência de padrões violentos e desiguais nas relações interpessoais, as produções também visam promover a criação de novos serviços, bem como fortalecer os já existentes.

A partir de experiências do percurso pessoal, profissional e acadêmico, Marcos Nascimento, em 2001, defendeu a dissertação de mestrado *Desaprendendo o silêncio: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher* (NASCIMENTO, 2001). Na perspectiva do construcionismo social sobre

gênero, masculinidades e violência, o autor problematiza as discussões sobre homens, masculinidades e violência contra a mulher, a partir de grupos de homens. Teoricamente, enfatiza a questão da invisibilidade dos homens e masculinidades ao longo da História, em relação à problemática de gênero, essencialmente no campo da saúde. A partir dessa invisibilidade, o autor indica que o silenciamento da condição masculina traz consequências na construção das narrativas desses homens e também das mulheres. Compartilhando a experiência da pesquisa realizada em uma instituição pública do Rio de Janeiro, mostra que o trabalho com o Grupo e a realização das entrevistas forneceram elementos para a compreensão do exercício das masculinidades destes homens, suas posturas em relação à violência contra a mulher e ao próprio trabalho realizado em cima de reflexões e produção coletiva de conhecimento e de aprendizado de novas possibilidades de relações afetivas e sociais entre homens e mulheres. Destaca, assim, a situação da violência intrafamiliar como questão de saúde pública no Brasil e relaciona a violência praticada pelos homens como a forma de exercer a própria masculinidade.

Homens autores de violência conjugal: modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão é a dissertação de mestrado de Cristiane Gomes Marques (2007). A autora discute o trabalho de um grupo de reflexão para homens autores de violência conjugal que são encaminhados pela justiça como forma de cumprir uma medida alternativa à pena privativa de liberdade. Destaca o movimento feminista como a principal bandeira que motivou as discussões sobre a violência conjugal, e que a partir dos anos de 1980, os debates e pesquisas sobre os homens e as masculinidades se acirram passando a dar ênfase sobre o papel dos homens nestas relações violentas, contribuindo para que os primeiros Grupos de Homens fossem formados. Assim, a autora apresenta os resultados de sua pesquisa, onde analisa a metodologia utilizada no grupo de reflexão e as percepções dos homens participantes. Para ela, o que pode ser observado com a experiência da pesquisa é que o Grupo acaba tendo consequências não intencionais, onde o espaço do grupo passa a funcionar enquanto um ambiente de solidariedade e que constroem uma identidade de "vítima" que os ajuda a negar ou minimizar os atos violentos contra as suas parceiras.

A dissertação de Luiz Henrique Machado de Aguiar intitulada "Gênero e masculinidades: *Follow-up* de uma intervenção com homens autores de violência conjugal" de 2009, busca refletir sobre intervenções psicológicas realizadas com homens autores de violência conjugal. O objetivo é conhecer a percepção dos homens

autores de violência conjugal sobre a intervenção psicológica que passaram via o judiciário, e quais os efeitos dessa intervenção em suas vidas. Bem como, quais as percepções sobre os papéis sociais de gênero, sobre o que entendiam por violência doméstica e de que forma avaliaram a experiência grupal. Deste modo, o autor passa por discussões acerca de gênero, estudos sobre as masculinidades e violência doméstica contra a mulher. Destaco como resultado relevante, que outrora já fora observado em diversas pesquisas, que a experiência do Grupo para esses homens, fornece elementos para a compreensão do exercício da masculinidade, de revisão de suas posturas em relação a violência contra a mulher e de novas possibilidades de relações afetivas e sociais entre eles, os homens e as mulheres. Para o autor, a temática é desafiadora, tendo em vista que o grupo com homens autores de violência conjugal permite promover alternativas para resolução de conflitos, onde podem questionar as próprias visões de mundo, ressignificar seus atos violentos e diversificar suas concepções sobre as identidades de gênero.

Descrevendo experiências dos grupos reflexivos de gênero para homens autores de violência doméstica no estado do Rio de Janeiro, Milena do Carmo Cunha dos Santos, escreve sua dissertação de mestrado *Eu Ser Um Homem Feminino Não Fere Meu Lado Masculino: Percepções E Socializações Nos Grupos Reflexivos De Gênero Para Homens* (2012). Tem por objetivo analisar a eficácia dos mecanismos (res) socializatórios dos grupos reflexivos de gênero na vida dos envolvidos visando compreender as modificações percebidas no comportamento do público alvo, através das percepções dos facilitadores do grupo. Assim, busca identificar a articulação dos grupos reflexivos com a rede de políticas públicas de enfrentamento a violência de gênero e as mudanças ocorridas com os homens vinculados aos programas.

A autora se utiliza da perspectiva teórica que se vincula e é expressa pela Sociologia Psicológica proposta por Bernard Lahire e pelo conceito de *habitus,* na perspectiva de Pierre Bourdieu. Nos resultados da pesquisa, a partir da articulação das falas dos entrevistados e da perspectiva teórica, a autora destaca que a participação desses homens em tais programas traz perspectivas em suas vidas e possibilidades de fazerem escolhas, bem como ampliarem seus olhares. Indica que a eficácia desses grupos reflexivos de gênero ainda não pôde ser efetivamente conclusiva. Tendo em vista que, ao considerarem mudanças de comportamento necessitam de um trabalho de acompanhamento permanente, envolvendo todos os envolvidos no ciclo da violência, concluindo que apesar de existirem monitoramento em alguns grupos, a medição dos

índices de reincidência e das mudanças efetivas na vida dos homens não podem ser confirmadas a longo prazo.

Em *A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher*, tese de doutorado de Paula Licursi Prates (2013), o objetivo é caracterizar o perfil de homens participantes do grupo reflexivo de enfrentamento à violência contra as mulheres e assim analisar alcances e limites do grupo. A autora se utiliza da pesquisa qualitativa com estudo de caso, onde as falas coletadas por entrevistas foram interpretadas por meio da análise temática discursiva, em que a autora se utiliza da literatura sobre gênero, violência e masculinidades. Na pesquisa, inicialmente, os homens sentem-se vitimizados e injustiçados, com andamento das discussões, as questões relacionadas ao uso da violência de gênero, masculinidades, direitos das mulheres e relacionamentos, vão sendo flexibilizadas e ressignificadas. Segundo a autora, em sua maioria, os homens referiram-se a adoção de novas posturas e atitudes frente a situações de conflito, procurando evitar o uso de violência em seus relacionamentos. Assim, destaca que a consolidação desta política pode ser entendida como um avanço na implementação da Lei Maria da Penha e no enfrentamento à violência contra a mulher.

A dissertação de mestrado de Miriam Luciana Freitas Elias, *Centros de educação e reabilitação de agressores na Lei Maria da Penha* (2014), aborda a importância do trabalho terapêutico e multidisciplinar no âmbito dos Centros de Educação e Reabilitação de Agressores, como forma de contribuir com a redução da violência doméstica e familiar contra a mulher. A dissertação aborda, na perspectiva do direito, a importância de implementação das políticas públicas previstas na Lei Maria da Penha, principalmente dos Centros de Educação e Reabilitação de Agressores, como forma de respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e que se apresenta como uma alternativa eficaz para auxiliar a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A autora realiza uma revisão bibliográfica e documental sobre violência de gênero, movimento feminista, criminologia, violência doméstica e familiar contra a mulher, prisão, dignidade da pessoa humana, e de trabalhos em grupo para reflexão e reeducação de agressores.

Autores de Violência Doméstica e Familiar: um estudo sobre um grupo de reflexão no Paranoá/ DF, de Anita Cunha Monteiro, é uma dissertação de mestrado defendida em 2014, que analisou o potencial de um grupo de reflexão exclusivo para os homens autores de violência doméstica e familiar na perspectiva de mudança de valores.

A autora aponta em seu estudo, alguns limites e desafios para o alcance do objetivo geral dos grupos de reflexão enquanto instrumentos de enfrentamento à violência doméstica e familiar. O primeiro é a resistência dos homens ao se reconhecerem enquanto autores de violência, que se apresenta como o primeiro passo para a responsabilização. O segundo ponto é o desafio de ressignificação dos papéis de gênero e da reconstrução de relações mais equânimes entre os homens e as mulheres. O terceiro limite, é a falta de instrumentos para lidar com a diversidade cognitiva de alguns homens, para a racionalização do processo no qual se inserem e consequente reformulação de percepções e atitudes. Observa-se na pesquisa que o objetivo do grupo foi alcançado, uma vez que a hipótese inicial de que o grupo se propunha a enfrentar à violência doméstica e familiar por meio da mudança de valores e percepções dos homens, se mostrou presente nos resultados finais da pesquisa.

Realizando sua pesquisa na Universidade de Coimbra em 2014, Roberto Marinho Amado defendeu a dissertação de mestrado *Os serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres: uma análise de quadros interpretativos, modelos de intervenção e atores*, concentrando-se na análise da trajetória dos serviços de atendimento a homens autores de violência contra a mulher, na atuação dos atores institucionais envolvidos e na recente criação de alguns serviços financiados pelo governo. Identifica quais as principais questões que estruturam esses serviços e quais os pontos convergentes e conflitantes nas dinâmicas de construção desta política no Brasil. O autor destaca que, muito embora ser uma área regulada por convenções internacionais e políticas públicas avançadas e específicas, a violência contra as mulheres permanece apresentando índices alarmantes. E ainda, os serviços destinados aos autores de violência contra mulher não possuem uma regulamentação precisa, permanecendo em uma situação estagnada. Para ele, é necessário maior investimento e comprometimento do governo federal no quese refere às políticas de alternativas penais nessa área.

João Paulo Bernardes Gonçalves (2015) defendeu a dissertação de mestrado *As Intervenções Com Homens Autores De Violência Doméstica Contra As Mulheres Ante Suas Bases Teórico-metodológicas E Perspectivas Políticas: As Experiências No Estado De Minas Gerais*, apresentando investigação das intervenções com os homens no estado de Minas Gerais, bem como analisando a perspectiva política dessas intervenções. Para alcançar seu objetivo, utilizou entrevistas com os gestores institucionais e facilitadores dos grupos, realiza um levantamento dos serviços e, por

sua vez, pressupõe conhecer como os profissionais implicados nessas iniciativas concebem os homens e a violência por eles cometida. Também analisa documentos e faz uma revisão bibliográfica sobre violência masculina e sobre os feminismos. O autor privilegia a perspectiva psicossociológica e interseccional feminista. Os resultados da pesquisa, revelam, diferentes vieses teóricos-argumentativos que agem em distintos pressupostos da ciência para a interpretação da violência contra as mulheres e também nos enfoques de como superá-la. Assim, o autor enfatiza que as reflexões propostas por ele na pesquisa, podem atualizar os debates sobre o tema e contribuir para a melhoria desses grupos de intervenção, e assim, contribuir para a capacidade de mudança dos homens autores de violência.

Vivência de homens autores de violência contra a mulher em Grupo Reflexivo: memórias e significados presentes, dissertação de mestrado de Tales Furtado Mistura (2015), refletiu sobre as contribuições e os significados atribuídos pelas vivências afetivo-conjugais e desconstrução de estereótipos de gênero que os sujeitos da pesquisa relataram frente à participação em um Grupo Reflexivo. O autor utiliza a pesquisa qualitativa, na perspectiva da história oral do tipo temática com sete homens que participaram da reflexão com aporte teórico sobre violência, gênero e masculinidades. Como já observado em outros estudos, nesse Grupo também foi possível levantar que, em sua maioria, ao iniciarem o grupo os homens relatam sentimento de estranhamento e não pertencimento, por não se identificarem como autores de violência. Todavia, com o andamento dos encontros, o autor relata que, todos os homens investigados, independentemente de sua categoria sócio-profissional e nível de escolaridade, mencionaram grande contribuição da participação no grupo, principalmente, para prevenirem situações de conflito, flexibilizando e (re)significando os relacionamentos com as mesmas ou novas companheiras.

Ao concordar com os resultados obtidos pela pesquisa do autor, percebe-se a grande importância que tais grupos exercem na função de propiciar à desconstrução dos estereótipos de gênero e da masculinidade hegemônica. Finalizando, o autor destaca a necessidade de tais grupos obterem um lugar definido na aplicação da Lei e que estejam oficialmente inscritos na política pública de combate à violência contra a mulher.

Saliento a necessidade de pesquisar essa problemática, considerando o trabalho reflexivo com o autor da violência contra mulher estratégia para o enfrentamento desta, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Contribuindo diretamente no desenvolvimento da própria comunidade em que a violência vem se perpetuando.

Entende-se que a mudança é ponto fundamental no processo de desenvolvimento comunitário, e a participação comunitária possibilita que as pessoas envolvidas sejam agentes de mudanças,

> Apesar de haver uma política nacional de enfrentamento à violência contra mulheres (Brasil, 2011), esta apenas menciona a necessidade do trabalho com os homens considerados agressores e também ainda é muito recente, considerando que data de 2011 [...] Trata-se de um setor promissor, em que ainda há pouco trabalho realizado em nível nacional (BEIRAS, 2014, p. 60).

Assim, justifico este estudo na perspectiva de identificar os serviços reflexivos no município, bem como fomentar a importância dos mesmos. Como observa Leite e Lopes (2013),

> estamos diante de uma relação, não apenas de 'um agressor' e de 'uma vítima', os serviços de reflexão com homens autores de violência doméstica podem ser compreendidos não como uma ação destinada somente aos homens, mas a eles, às suas ex e atuais companheiras, filhos e familiares e, de uma perspectiva mais ampla, a toda a sociedade, que pode reconhecer nesses serviços um importante investimento no combate à violência doméstica e de outras formas de opressões de gênero (LEITE; LOPES, 2013, p. 26).

Muito embora haja indicação desses serviços, tanto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulher e na Lei nº 11340/06, a maioria das discussões e serviços referem-se as mulheres que sofreram a violência, sendo raras as intervenções com o autor desta. Em grande parte, a abordagem com o autor é acarretada de um caráter punitivo, deixando de lado reflexões socioeducativas que tenham intenção de realmente romper com o ciclo da violência. Entende-se que somente a pena privativa de liberdade não possibilita que esses homens reflitam sobre suas ações, aumentando a possibilidade de aquela vítima, ou novas vítimas, sofram situações de violência:

> A responsabilização dos homens pelas violências cometidas é um dos eixos metodológicos principais na condução dos grupos. A responsabilização visa quebrar discursos naturalizantes e justificadores para os atos de violência, implicando o sujeito nas escolhas feitas e mostrando que outras possibilidades são sempre possíveis. O caminho da responsabilização, ainda, busca mostrar aos homens a estrutura social de desigualdade, privilégios e dominação, posicionando os sujeitos como atores de suas vidas e responsáveis pela manutenção dessa estrutura hierárquica em seus cotidianos e em suas relações sociais e de intimidade (LATTANZIO; BARBOSA; 2013, p. 95).

No Paraná, Londrina foi a primeira cidade a desenvolver um grupo nesse viés e seus resultados inspiraram a implementação do Programa Basta, constituído pelo Patronato Central do Estado (PRATES e ANDRADE, 2013).

No munícipio de Guarapuava/PR, o serviço reflexivo com o autor de violência contra mulher vem sendo desenvolvido pelo Projeto de Extensão Patroanto/UNICENTRO desde 2014, e apresentando-se como primeira iniciativa no município em trabalhar com a outra face da violência: a pessoa que cometeu a violência contra mulher. Portanto, entende-se que os serviços de responsabilização e educação do agressor devem sem parte integrante e essencial da rede de enfrentamento à violência de gênero, tendo em vista que os homens devem fazer parte do processo de mudança dessa realidade. Esses programas têm a intenção de enfrentar a cultura machista, romper com ciclos de violência contra mulher, e criar uma nova cultura da não violação dos direitos das mulheres:

> num processo de desenvolvimento participativo tem que haver criação de conhecimento. E estas formas de criação de conhecimento deverão ser orientadas em ordem à valorização dos conhecimentos já existentes, mas sem negar que esses mesmos conhecimentos têm que ser transformados para que haja algum tipo de mudança individual e coletiva. No fundo, é das aprendizagens resultantes desta ação educativa que poderão sair as respostas para os problemas concretos que se escolham enfrentar. Só assim a educação pode ajudar as populações a construir sistemas mais adequados à transformação social (FRAGOSO, 2005, p. 42).

Neste capítulo, trouxe os principais marcos históricos em relação ao enfrentamento à violência contra as mulheres e a evolução legislativa do Brasil na área. Identificamos em meio aos avanços históricos e a frente, nos avanços legislativos, qual o papel que esses homens possuem nesse meio. Todavia, observo poucas menções sobre trabalhar com os homens nas políticas abordadas. Considero que as categorias *homem* e *masculinidades* devem ser abordadas nas políticas públicas de enfrentamento de violências de gênero, por um viés que se repensem as masculinidades e busquem estratégias para a superação, enfrentamento e prevenção de violências. Considerando a necessidade de incluir os homens no processo de enfrentamento a violência, fundamental.

Elenco, também, os principais serviços voltados aos HAV no Brasil, salientando a necessidade de se trabalhar com os homens que cometem as violências, para que repensem suas ações e comportamentos, buscando reconstruir relações mais igualitárias, para romper com o ciclo da violência e prevenir a ocorrência de novas relações

violentas e novas vítimas. O trabalho reflexivo com o autor da violência contra mulher se apresenta como uma estratégia para seu enfrentamento. Assim, destaco a necessidade e importância em incluir ações voltadas para os homens, para que se amplie as discussões e se repensem os papéis sociais naturalizados. Com isso, a intenção é conquistar algum tipo de mudança em relação a violência praticada por homens contra as mulheres.

CAPÍTULO III

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AOS HAV CONTRA MULHERES EM GUARAPUAVA

Este capítulo discute e analisa de que forma o atendimento proporcionado para os HAV tem dado respostas à questão de enfrentamento a violência contra as mulheres, tendo como foco de estudo o município de Guarapuava. Buscamos assim, identificar se existe atendimento a esses homens, e quais são os encaminhamentos oferecidos a eles, no que se refere aos organismos de assistência social do município. Nesse sentido, utilizamos os dados coletados durante as entrevistas, a fim de, com base na perspectiva de gênero e de masculinidades como categorias analíticas e históricas, articular as discussões dos serviços e identificar nas falas dos entrevistados como funciona o entendimento ao HAV no município em questão.

3.1 Os procedimentos metodológicos da pesquisa

Para atingirmos o objetivo proposto, destacamos que essa pesquisa se insere na perspectiva interdisciplinar, e utiliza gênero e masculinidades enquanto categorias analíticas, conforme discutidas nos capítulos anteriores.

A interdisciplinaridade possibilita a interação entre as áreas, estabelecendo uma capacidade de diálogo, ultrapassando as barreiras do saber, na intenção de devolver a comunidade que se está intervindo. “Nossa tarefa não deve ser vista como uma eleição entre diversos modos opostos de chegar ao conhecimento, senão como uma integração de alternativas complementares” (LEIS, 2005, p. 9) na intenção de abrir-se a novas possibilidades de entender a realidade que muitas vezes ultrapassam aquele entendimento disciplinar do objeto.

A abordagem teórico-metodológica que se propõe e se considera mais adequada para tratar desse assunto é abordagem qualitativa, pois ao possibilitar desvendar a realidade, trabalha-se com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. (MINAYO, 1994, p. 21-22). O instrumento de coleta de dados utilizado é a entrevista

temática, apresentando-se como estratégia fundamental para o desenvolvimento desta dissertação, uma vez que

> quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, [...] elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo (DUARTE, 2004, p. 215).

A entrevista é utilizada como procedimento metodológico em pesquisa qualitativa para a produção dos dados. A entrevista pode ser entendida como "um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado" (COLOGNESE e MELO, 1998, *apud* CEDRO, 2011, p. 129).

A entrevista temática, que é o método empregado, orienta-se

> pela necessidade de desdobramentos e vínculos entre entrevistados, isto é, ao se entrevistar um ator social de um movimento específico, pode haver a necessidade de se entrevistar outros componentes desse mesmo movimento, agremiação ou grupo sobre o mesmo tema e que possam nortear as características, repercussões ou direcionamentos que estão sendo investigados pelo pesquisador (CEDRO, 2011, p. 133-134).

A alternativa de método para definição dos critérios para a seleção das entrevistadas deu-se a partir do sistema de rede que "busca um "ego" focal que disponha de informações a respeito do segmento social em estudo e que possa "mapear" o campo de investigação, "decodificar" suas regras, indicar pessoas com as quais se relaciona naquele meio e sugerir formas adequadas de abordagem" (DUARTE, 2002, p. 142-143). Assim, as pessoas que são indicadas pelo "ego", indicam as outras que serão sujeitos importantes para a pesquisa, e assim vai incluindo novos participantes informantes. Pois "alguém do meio, a partir do próprio ponto de vista, tem, relativamente, melhores condições de fornecer informações sobre esse meio do que alguém que observa, inicialmente de fora" (DUARTE, 2002, p.143).

Nesse sentido, as participantes selecionadas foram identificadas a partir da entrevista com a Secretária de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava/PR que coordena a Rede de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres e os Profissionais dos serviços da Política de Assistência Social que compõe a Rede de Enfrentamento a

Violência Contra as Mulheres[8], no município de Guarapuava/PR. O critério de seleção estabelecido foi: profissionais que participem da Rede e que trabalhem nos CRAS ou CREAS do município. Para Duarte (2002, p. 141),

> a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado (DUARTE, 2002, p. 141).

Conforme Duarte (2004), para realizar uma entrevista com responsabilidade, é necessário seguir alguns pontos, dos quais destacamos aqueles que consideramos mais importantes. Como: ter os objetivos da pesquisa bem definidos, conhecer a realidade que pretende investigar e a introjeção do roteiro da entrevista. A autora destaca o cuidado com as vestimentas e a pontualidade, visto que

> a escolha de uma roupa neutra (traje formal, sem mensagens escritas ou iconográficas que possam sugerir pontos de vista pessoais ou envolvimentos com movimentos religiosos, políticos, étnicos etc.) e a pontualidade também ajudam a garantir a qualidade do material a ser recolhido em entrevistas (DUARTE, 2004, p. 216).

Nesse sentido, em relação às entrevistas, realizou-se contato com a Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres, que é a coordenadora da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Município de Guarapuava/PR. A partir do aceite da mesma, a entrevista foi realizada e foi possível identificar os profissionais que atuam nos serviços CRAS e CREAS do município e de quem faz parte da rede.

Identifiquei quatro profissionais, sendo três do CRAS e um do CREAS. Após a identificação, a pesquisadora entrou em contato com os mesmos, explicando sobre a pesquisa e os convidando a participar. De todos apenas um profissional optou por não participar, pois segundo ele, não estava mais participando das reuniões da Rede. Assim chegamos a um aceite para a entrevista, de dois profissionais de CRAS e um de CREAS, e somando a esses, a entrevista realizada com a Coordenadora da Rede. Apenas a entrevista de uma participante ocorreu de forma diferenciada, onde a mesma preferiu escrever as respostas. Todas as outras participantes aceitaram responder de forma falada e autorizaram essa pesquisadora a gravar a entrevista. Além da entrevista,

---

[8] Quando nos referirmos a Rede de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres aqui do município, utilizaremos apenas “Rede”.

foi solicitado às participantes o preenchimento de um Formulário de Perfil das Entrevistadas, conforme apêndice C.

Respeitando os procedimentos éticos durante a coleta de dados, desenvolvemos dois modelos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), um com sigilo e outro sem sigilo do nome, que foram apresentados aos participantes no ato da entrevista, foram lidos, explicados e participantes tiveram a liberdade em assinar ou não, optando ou não pelo sigilo de seus nomes na pesquisa. Todas as participantes assinaram o TCLE, conforme apêndice, autorizando a utilização de seus nomes na pesquisa. As entrevistas foram realizadas tendo com base os modelos de entrevistas, conforme apêndice A e apêndice B. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas qualitativamente.

A seguir, um quadro com o perfil das 4 mulheres entrevistadas, trazendo sua identificação, nível de instrução, cargo ou profissão, local onde trabalha, tempo que atua no serviço, tempo que atua na função de formação e tempo que trabalha no enfrentamento a violência de gênero. Das entrevistadas, duas são assistentes sociais, uma psicóloga e outra profissional atua no cargo de Secretária da SPM. São profissionais que estão atuando na área a pelo menos dois anos e meio.

Quadro 1: Informação das participantes da pesquisa

Nome	Nível de Instrução	Cargo/Profissão	Local de Trabalho	Há quanto tempo atua no serviço?	Há quanto tempo atua na função de formação?	Há quanto tempo trabalha no enfrentamento a violência de gênero?
Priscila Scharan de Lima		Secretária da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres	Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres	Assumiu a Secretaria em 2017	*	*
Carine Suder Fernandes	Mestrado	Psicóloga	CREAS	3 anos	*	*
Cibeli Aparecida Tozzi Pereira	Especialização / Mestranda	Assistente Social	CRAS – Unidade IV	4 anos	12 anos	12 anos
Vilma Zanchett Juliani	Especialização	Assistente Social	CRAS – Unidade III	2 anos e 6 meses	13 anos	Não trabalho especificamente com violência de gênero, mas no CRAS há 2,5 anos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: * não entregou o formulário do perfil solicitado pela pesquisadora.

Em seguida, serão apresentados os dados colhidos nas entrevistas, correlacionando-os com as discussões propostas pela pesquisa, analisando os dados pela perspectiva da categoria de análise de gênero e masculinidades.

3.2 De que realidade estamos falando? Guarapuava e suas particularidades

O município de Guarapuava está localizado na região central do Estado do Paraná, e segundo dados do último censo do IBGE (2010), tem uma população de 167.328 habitantes, onde 85.531 são mulheres, e, em 2018 com uma população estimada de 180.334 habitantes. Sua origem localiza-se

> no início do século XIX, e as famílias que lá se instalaram trouxeram consigo a base cultural portuguesa, reproduzindo ali o modelo de Família Patriarcal Rural, estruturada em uma grande família de costumes conservadores, na qual todos os seus membros eram subordinados ao domínio do patriarca e senhor (MARCONDES, 1998 *apud* MADUREIRA, 2016, p. 40).

Luciana R. F. Klanovicz e William F. Peplow (2018) buscam discutir a violência contra as mulheres a partir das notícias veiculadas por um jornal no município de Guarapuava nos anos de 1980. Para eles, Guarapuava "estava inserida em um projeto de modernização idealizado pela elite regional naquele período. Os impressos detinham grande importância na difusão das concepções de progresso partilhadas por essa elite e na visibilidade de uma cidade moderna" (TEMBIL, 2007 *apud* KLANOVICZ e PEPLOW, 2018, p. 39).

É nesse cenário de modernização urbana, atrelado à desigualdade social da localidade, que a imprensa passou a não dar visibilidade a crimes que começaram a aparecer com maior assiduidade na região. A criminalidade possuía vinculação com o passado de atraso que se buscava romper. Essa vinculação poderia afetar na construção da cidade moderna que estava sendo idealizada. Assim, eram noticiados apenas delitos muito graves ou de comoção social, pois o crime era

> o acontecimento "dos outros", e não de Guarapuava/PR. Isso explicaria, por exemplo, as razões de em uma década inteira (anos 1970) serem publicadas apenas 47 notícias ou reportagens sobre violência, criminalidade e assuntos ligados à polícia, de acordo com levantamento de ocorrências elaborado anteriormente (MOREIRA e COSTA, 2016 *apud* KLANOVICZ e PEPLOW, 2018, p. 40).

Segundo a pesquisa, entre 288 edições do jornal, apenas 14 trouxeram alguma alusão a casos de violência contra mulheres. Destaca-se que isso não são os dados reais de casos de violência nesse período, que se apresentavam fortemente marcados pela naturalização "trazendo-os para a esfera do 'corriqueiro', do 'cotidiano', do 'normal" (KLANOVICZ e PEPLOW, 2018, p. 40).

É nesse contexto que a violência contra mulheres começa a aparecer em outro patamar, a agenda do movimento feminista adquire importância exigindo respostas frente a tais demandas. "Foi então, que vieram a ser aprovadas e implementadas leis mais explícitas relacionadas à violência contra as mulheres e a estruturar abrigos e delegacias especializadas no atendimento de mulheres vítimas de violência (TONELI, BEIRAS e RIED, 2017, p. 180).

Segundo Madureira (2016), em 1996 fundou-se a Delegacia da mulher em Guarapuava, instalada inicialmente nas dependências da Delegacia Geral e somente em 2005 passando a ter a própria sede. Um estudo desenvolvido na Delegacia da Mulher de Guarapuava, a partir de Boletins de Ocorrência (BO) e Termos Circunstanciados (TC), de mulheres vítimas de violência em todas as faixas etárias, demonstrou que

> no período de 2005 a 2009 evidenciou o registro de 895 casos/ano, 74 casos/mês, o que equivale a aproximadamente 2 casos/dia; 82,9% das vítimas registraram um único episódio de violência, todavia, 17,1% foram reincidentes e efetuaram de dois a seis registros de violência [...] No que se refere à situação conjugal, 54,2% viviam em união estável; 21,8% eram solteiras; 20,4% separadas e 3,6% viúvas (RAIMONDO, LABRONICI e LAROCCA, 2013, p. 45).

Ademais, o estudo ainda revela que 70,1% dos casos aconteceu em ambiente doméstico. A violência psicológica apresenta 43,9% das ocorrências, a física 38,2% e a moral 13,4% (RAIMONDO, LABRONICI e LAROCCA, 2013). Segundo o Mapa da Violência de 2015, Guarapuava conta com a taxa de homicídio de 6,5 para cada 100 mil mulheres. Ultrapassando o índice nacional que representa taxa de 4,8 homicídios femininos para cada 100 mil mulheres, ocupando a 373ª posição no Mapa da Violência, estando entre os municípios brasileiros que apresentam maior índice de feminicídios (WAISELFISZ, 2015).

A pesquisa de Raimondo, Labronici e Larocca (2013) ainda traz duas tabelas (1 e 2) sobre a violência contra mulheres em Guarapuava. A tabela 1 aborda sobre o tipo de violência perpetrada contra a mulher, segundo o ano de registro da ocorrência entre 2005 e 2009. É possível observar que entre 2007 e 2008 elevou-se o número de casos de violência, prevalecendo mais a violência física, e em 2009, os mesmos baixaram:

Tabela 1: Tipo de violência perpetrada contra a mulher, segundo o ano de registro da ocorrência. Guarapuava, 2005 a 2009.

	TIPO DE VIOLÊNCIA					
Ano de ocorrência	**Física n (%)**	**Psicológica n(%)**	**Sexual n(%)**	**Patrimonial n(%)**	**Moral n(%)**	**Total n(%)**
2005	323(38,9)	358(43,1)	32(3,9)	8(1,0)	110(13,2)	831(18,6)
2006	374 (43,9)	332 (39,0)	30(3,5)	8(0,9)	108(12,7)	852(19,0)
2007	365(37,5)	427(43,8)	20(2,1)	18(1,8)	144(14,8)	974(21,7)
2008	335(35,3)	434(45,7)	36(3,8)	13(1,4)	131(13,8)	949(21,2)
2009	314(36,0)	414(47,5)	25(2,9)	14(1,6)	105(12)	872(19,5)
Total	1711(38,2)	1965(43,9)	143(3,2)	61(1,3)	598(13,4)	4478(100)

Fonte: Raimondo, Labronici e Larocca, 2013, p. 45.

A tabela 2 aborda os motivos manifestados pelas vítimas sobre o desfecho da violência sofrida. É possível observar que a discussão esteve presente em 26,4% dos casos, sendo o motivo mais apontado, logo após vem o comportamento agressivo com 15,5%.

Tabela 2: Motivos que levaram ao desfecho da violência, segundo o tipo de violência sofrida pelas mulheres. Guarapuava, 2005 a 2009.

	TIPO DE VIOLÊNCIA					
Motivos para o desfecho da violência	**Física n (%)**	**Psicológica n(%)**	**Sexual n(%)**	**Patrimonial n(%)**	**Moral n(%)**	**Total n(%)**
Discussão	522(30,5)	508(25,8)	6(4,2)	18(29,5)	129(21,6)	1183(26,4)
Comportamento agressivo	370(21,6)	294(15,0)	7(4,9)	9(14,8)	14(2,3)	694(15,5)
Rompimento da relação	167(9,8)	450(22,9)	4(2,8)	14(22,9)	51(8,5)	686(15,3)
Injúria e/ou difamação	63(3,7)	178(9,1)	1(0,7)	2(3,3)	301(50,3)	545(12,2)
Uso de álcool e/ou drogas	268(15,7)	183(9,3)	3(2,1)	6(9,8)	38(6,4)	498(11,1)
Ciúmes	206(12,0)	206(10,5)	-	3(4,9)	42(7,0)	457(10,2)
Sexual*	100 (5,8)	108(5,5)	112(78,3)	2(3,3)	13(2,2)	335(7,5)
Outros	15(0,9)	38(1,9)	10(7,0)	7(11,5)	10(1,7)	80(1,8)
Total	1711(100)	1965(100)	143(100)	61(100)	598(100)	4478(100)

* Motivo sexual: estupro - tentativa de estupro - atentado violento ao pudor, assédio sexual, recusa da esposa/companheira em manter relação sexual com seu parceiro

Fonte: Raimondo, Labronici e Larocca, 2013, p. 46.

Com base nesse estudo foi possível perceber que a violência sofrida pelas mulheres, foi predominantemente cometida pela própria família, principalmente por maridos ou companheiros. Observa-se número elevado de mulheres vítimas de violência no município que denunciaram os HAV. Todavia, os números não demonstram a real situação do município, tendo em vista que nem todas as mulheres registram as violências sofridas. "[...] Apenas 10% das brasileiras vitimizadas pela violência registram as agressões no sistema judiciário ou de

saúde, resultando em subnotificação estimada de 90%" (RAIMONDO, LABRONICI e LAROCCA, 2013, p. 46).

3.3 Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e a Rede de Enfrentamento à Violência contras as Mulheres em Guarapuava

A partir desses números alarmantes que Guarapuava vinha apresentando, considerando ainda que entre 2009 a 2013, 28 mulheres foram vítimas de feminicídio na cidade (GUARAPUAVA, 2016), o município demandou políticas públicas direcionadas para o enfrentamento a violência contra as mulheres:

> no ano de 2013 foi criada a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SPM), no dia 8 de março, pela Lei 2.091/13. Foi uma criação da Prefeitura e da Câmara Municipal de assumir e enfrentar a violência contra a mulher com politicas públicas efetivas e exclusivas para as mulheres (GUARAPUAVA, 2016, p. 4).

Em 2013, a SPM fez um levantamento referente às situações de violência doméstica e familiar, de acordo com os Boletins de Ocorrência que são enviados semanalmente pelo 16º Batalhão de Polícia Militar de Guarapuava, conforme tabela 3:

Tabela 3: Evolução do número de boletins de ocorrência registrados na polícia militar, nos anos de 2013, 2014 e 2015.

Ano	2013	2014	2015
Jan	55	53	54
Fev	56	35	42
Mar	42	31	42
Abr	43	36	34
Mai	49	34	35
Jun	33	43	36
Jul	27	33	34
Ago	36	48	38
Set	24	31	38
Out	50	53	67
Nov	45	36	51
Dez	51	46	55
TOTAL	511	479	526

Fonte: Secretaria de Políticas da Mulher. Guarapuava (2016, p. 19).

Como já indicado, possivelmente a demanda supera os dados que possuímos nos Boletins de Ocorrência. A partir dos registros do 16º Batalhão, a SPM passou a realizar buscas

ativas, na intenção de aproximar as mulheres para o enfrentamento da violência:"Com as visitas acreditava-se que a mulher passa a conhecer os serviços públicos oferecidos pela Rede de Enfrentamento no sentido de empoderar as mulheres e na busca da superação da situação de violência" (GUARAPUAVA, 2016, p. 19).

Sobre dados atuais da violência contra mulheres, destaco os resultados obtidos através da entrevista realizada para essa pesquisa de mestrado. Segundo Lima (2018), a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres fez

> um levantamento esse ano, agora para o encerramento do ano do CRAM, e nós abrigamos 12 mulheres na casa abrigo. Então a gente tinha um índice de morte de 8/9 mulheres ao ano em Guarapuava, e o ano passado a gente abrigou vinte e poucas mulheres e esse ano [abrigamos] 12 mulheres. É exatamente a média das que teriam talvez sofrido um feminicídio e que só não sofreram um feminicídio porque a Rede atuou rapidamente (LIMA, 2018).

Lima (2018) faz menção ao trabalho eficaz e articulado da Rede, para que a mulher fique em segurança. E adiciona a esses dados, a informação de que no ano de 2018 reduziu de 8, que era a média anual, para 1 caso de feminicídio. E no âmbito dos 22 municípios que compõe a região da delegacia, segundo levantamento realizado pela Secretaria, a redução foi de 52% do número de feminicídios. Para ela, os resultados positivos são resultantes do trabalho articulado e comprometido que a Rede realiza no município,

> eu acredito que a gente consegue gerar a partir da Rede, uma política pública articulada, porque uma política pública articulada ela traz resultados melhores né [...] então quando você consegue articular, reunir na mesma sala [...] a Juíza [...] a delegada, as assistentes sociais [...] as psicólogas, a polícia militar, você consegue enxergar o todo né, então você consegue realmente fazer uma política articulada com uma eficiência muito grande [...]. (LIMA, 2018).

Para Pereira (2019), a criação da Secretaria da Mulher no município, bem como o funcionamento da Rede, foi fundamental para o enfrentamento a violência contra mulher em Guarapuava:

> Então eu vivi o antes da assistência onde tinha um CRAS e ainda não tinha Rede e um CRAS atendia tudo, e que agente via que os índices de violência eram absurdos, e depois da implantação da secretaria da mulher [...] não tem como você comparar [...] antigamente você fazia o atendimento pra mulher porque o delegado fazia um favor [...] pessoal que eu fui lá e pedi para ele, e ele me mandava os casos mais críticos para poder fazer o acompanhamento, mas eu acompanhava isso e tudo o resto sozinha, então não tinha como você atender. Então depois disso a mulher conseguiu se sentir parte do processo "eu sei que se eu for lá, eu vou ficar numa sala fechada eu vou contar com uma pessoa com a psicóloga, uma assistente social, um advogado, e se eu dizer que eu não quero representar eles vão aceitar, vão respeitar". Então foi muito muito importante, até mesmo nós tivemos várias discussões até com

> o pessoal da Rede mesmo em reunião, como que como que nós iríamos trabalhar futuramente para fazer um trabalho diferenciado com o homem também (PEREIRA, 2019).

Corroboramos com a ideia de que uma política pública comprometida e articulada traz resultados importantes no que refere-se ao fenômeno complexo que é a violência contra mulheres. E ainda, a preocupação em se trabalhar com o outro lado da violência, com o HAV. Para ela, os dados são relevantes, todavia "essas mulheres romperam com o ciclo, mas e esse homem? Ele continua fazendo vítima, ele continua sendo uma vítima né, e continua fazendo vítima (PEREIRA, 2019).

Para Fernandes (2019), o resultado da diminuição do índice de violência contra mulheres é importante. Entretanto, ressalta que gostaria que fosse mais eficaz, que os índices zerassem, pois se

> a gente conseguisse encontrar meios de realmente romper os ciclos dessas violências [...] eu penso até a questão de prevenção mesmo assim que a gente conseguir construir uma cultura menos violenta em relação às mulheres, e em relação aos homens e a eles mesmos, pra que assim, que as situações nem chegassem em situação de violência [...] porque a gente sabe que os desentendimentos existem né, entre as pessoas, mas que esses desentendimentos não precisassem ser permeados por violência de nível nenhum, nem daqueles mais sutis escondidos quem dirá dos mais explícitos (FERNANDES, 2019).

O município possui uma Rede articulada que organiza o enfrentamento à violência contra mulheres. A Rede foi criada pela Lei Nº 1777/2008 e alterada pela Lei Nº 2195/2013 e passa a constar "Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Município de Guarapuava" e a Coordenação fica a cargo da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava, orientada pelas dimensões de: prevenção, atenção, proteção e acompanhamento, tendo como função:

> promover a aproximação efetiva de organizações governamentais, organizações não governamentais, além da sociedade civil organizada, na busca de soluções à prevenção e erradicação da violência contra a mulher; identificar e retratar a situação da violência no município de Guarapuava; criar e reforçar estratégias voltadas ao enfrentamento do grave problema da violência contra a mulher; dirimir o impacto emocional e físico das vítimas e seus familiares (GUARAPUAVA, 2016, p. 20).

Sobre as participações das Instituições, a Secretária afirma que está aberta para as instituições que demonstrem interesse, que acredita no enfrentamento a violência contra mulher e que vai contribuir de alguma forma. Destaca que as reuniões são mensais, buscando trabalhar o aperfeiçoamento dos atendimentos e das políticas de enfrentamento a violência.

Nesse sentido, destaca que as instituições trazem as demandas, e a Rede busca articular meios para que o atendimento seja cada vez mais aperfeiçoado. Destaca ainda, que buscam capacitação dos profissionais que trabalham com as mulheres, pra promover uma atendimento humanizado (LIMA, 2018).

Segundo Lima (2018) a maioria dos profissionais são assistente sociais, e de algumas Instituições é o profissional da psicologia. De acordo com Pienegonga (2018, p. 49) fazem parte da Rede variadas instituições, entre elas:

> SPM; Delegacia da Mulher; 14ª SDP Polícia Civil; 16º Batalhão da Policia Militar; Instituto Médico Legal (IML); órgãos da Secretaria de Saúde como Unidades Básicas de Saúde/UPA/Urgência/ Emergência/Hospitais, 5ª Regional de Saúde e o Serviço de Atendimento Especializado (SAE); da Secretaria de Assistência Social, CRAS e CREAS; Conselho Tutelar; Casa Abrigo; Defensoria Pública; Ministério Público da Comarca de Guarapuava; Poder Judiciário; Poder Legislativo; Núcleo de Estudos dos Direitos e Defesa da Infância e Juventude - NEDDIJ - Unicentro; Programa Patronato - Unicentro; Faculdades e Universidades e Movimentos de Mulheres (LIMA, 2018).

A rede de atendimento a mulher é fundamental para acompanhar de maneira mais eficaz as vítimas. Bem como no intuito de prevenção de violências, com sua ampliação e aprimoramento, é possível que a rede forneça ações e possibilidades reais para que as mulheres saiam do ciclo de violência. (CERQUEIRA *et al*., 2017). Dessa forma,

> esse ano por exemplo, nós tivemos um único caso de feminicídio que infelizmente foi o caso da Tatiane[9], e, que foi uma mulher que acabou não passando por nenhum serviço da Rede [...] a mulher quando ela chega em qualquer serviço da Rede, a Rede age da forma mais rápida possível pra proteger essa mulher e isso não é só daqui do CRAM [centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência] isso é em tudo né, é na delegacia, é no poder judiciário, é onde for, onde chegar uma mulher que tá percebendo risco de morte né, a ação já é imediata, e isso já tem trazido ótimos resultados (LIMA, 2018).

As profissionais entrevistadas, corroborando com esse apontamento, indicaram grande entusiasmo no que se refere aos serviços realizados em Rede, argumentando que ela é bem estruturada, e conta com profissionais engajados. Segundo a Constituição Federal de 1988, o Distrito Federal, Estados e Municípios tem o papel de prevenir e combater a violência contra a mulher, e ainda, prestar assistência àquelas que necessitarem. É a Rede de Atendimento que desempenha papel fundamental em articular os serviços que buscam a "ampliação e melhora

[9] Caso que ficou nacionalmente conhecido, marcou a cidade de Guarapuava no ano passado (2018). Tatiane Spitzner, de 29 anos, após sofrer diversas agressões oferecidas pelo marido Luís Felipe Mainvailer, de 32 anos, foi arremessada da sacada do 4º andar do apartamento onde o casal morava, em um prédio em Guarapuava, no Paraná.

da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção" (BRASIL, 2011a). Nesse sentido, os serviços da rede devem estar articulados e qualificados no enfrentamento a violência contra a mulher.

Para Juliani (2019), é possível observar de forma efetiva o enfrentamento da violência contra as mulheres através da implementação de políticas voltadas para a prevenção e proteção das mulheres, como: a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, o Conselho Municipal dos diretos da Mulher de Guarapuava, a Patrulha Maria da Penha, o Botão do Pânico, a Casa Abrigo, projetos, capacitações profissionais, campanhas de prevenção e aperfeiçoamentos para profissionais que atuam com a demanda.

Para Lima (2018), a Patrulha Maria da Penha aproximou a Rede da Polícia Militar, muito embora a polícia já fizesse parte da Rede. A Patrulha proporcionou um relacionamento muito mais próximo, onde a Polícia passou a entender que existe todo um apoio jurídico, social e psicológico para as mulheres, e que o atendimento deles na delegacia não se encerra lá. Outra ação importante da Rede para o enfrentamento da violência, foi a participação e organização dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência de gênero. No início de 2018 a Rede desenvolveu o projeto Maria da Penha nas Escolas. E mais um avanço da Rede refere-se ao Núcleo Maria da Penha Guarapuava (NUMAPE), porque não tinha um serviço de assistência jurídica. O CRAM fazia orientações jurídicas, mas não podia ajuizar causas, então o NUMAPE entrou para fazer esse trabalho, possibilitando o acesso a justiça de forma gratuita para as mulheres.

Acredito que o trabalho com o HAV pode ser uma estratégia importante que venha a corroborar com a diminuição dos índices, e quem sabe um dia romper com o ciclo da violência contra mulheres. Nesse viés, adentramos no próximo item, pensando sobre o atendimento aos HAV, entendendo que o munícipio fornece organismos que possuem possibilidades de desenvolver trabalho com esses homens.

3.4 Serviços de atendimento aos Homens autores de Violências (HAV)

Guarapuava tem dois organismos essenciais que acompanham e fornecem subsídios para o enfrentamento da violência de gênero dentro da Política de Assistência Social. São programas e ações para o acompanhamento de famílias, sendo o CRAS que se encontra em territórios de maior vulnerabilidade, visando o fortalecer os vínculos familiares. E o CREAS,

que trabalha com os vínculos familiares já rompidos. Entendemos que ambos fornecem lugares possíveis de se trabalhar com HAV.

A Assistência Social é uma política pública, não contributiva e faz parte da Seguridade Social Brasileira. É assegurada pela Constituição Federal de 1988, nos artigos 203 e 204, bem como pela Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. (BRASIL, 1988; BRASIL, 1993). A Assistência Social tem por objetivo:

> **I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice**;
> II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
> III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
> IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
> V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, art. 203, grifos meus).

A Política Nacional de Assistência Social, direito dos cidadãos e de responsabilidade do Estado, é realizada de forma integrada com políticas setoriais e se configura na perspectiva socioterritorial, exigindo assim o reconhecimento da dinâmica da população. Busca a legitimidade das demandas dos usuários bem como seu protagonismo. O público usuário da PNAS constitui de:

> cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; **diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos**; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p. 33, grifos meus).

Assim, em relação às usuárias e usuários, o instrumento normativo indica que são aqueles que se apresentam em vulnerabilidade ou risco social, produzidos por diversos meios, seja por fragilidade dos vínculos familiares e/ou comunitários ou violações de direitos. Neste sentido, as usuárias e usuários são atendidos pela rede socioassistencial via organismos que estão localizados em níveis diferentes. Sendo: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade, organizados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Nesse estudo iremos nos remeter a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média Complexidade.

A proteção social básica, possui como objetivos prevenir as situações de riscos das usuárias e dos usuários, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. PNAS observa que essas atividades "são executados de forma direta nos CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS" (PNAS, 2004, p.33). Pereira (2019) observa que, nesse segmento, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF/PAEFI) é um dos serviços desenvolvidos de caráter continuado, de atendimento integral à família, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura dos vínculos, promovendo o acesso aos direitos, contribuindo na melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2014). Segundo participante entrevistada o PAIF "é o carro-chefe da Assistência Social" (PEREIRA, 2019).

> A articulação ao PAIF concretiza a matricialidade sociofamiliar[10] do SUAS no âmbito da proteção social básica, ampliando o atendimento às famílias e a seus membros, compreendendo de forma mais abrangente as situações de vulnerabilidade vivenciadas e, portanto, respondendo com maior efetividade a tais situações (BRASIL, 2016b, p. 10).

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social básica. Responsável pela oferta de serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como principal porta de entrada do SUAS. Ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. O CRAS tem o objetivo de contribuir para:

> Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS; - Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS; - Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais; - Melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS (BRASIL, 2014, p. 15).

Guarapuava/PR tem quatro CRAS, com sedes localizadas em territórios de maior vulnerabilidade social do município, e conta com duas equipes de CRAS volante, localizados na área rural (distritos). Segue a abrangência de cada CRAS conforme seus bairros sedes:

[10] Se refere a centralidade da família na Política de Assistência Social.

Quadro 2: Localização e abrangência dos CRAS em Guarapuava/PR

CRAS – Unidade	**Endereço**	**Abrangência de Bairros**
CRAS - Unidade 1	Rua Arlindo Antonelli, 452 – Industrial	Industrial, Primavera, Conradinho, Feroz e Bonsucesso.
CRAS – Unidade 2	Rua Bernardino Roseira de Lacerda, 1447 - Morro Alto	Morro Alto, Vila Santana, Vila São Miguel, Centro, Loteamento Adão Kaminski e Vila São Luís
CRAS - Unidade 3	Rua Jorge Silveira do Amaral, 275 -. Jd. das Américas	Jardim das Américas, Aeroporto, Cascavel, Paz e Bem
CRAS – Unidade 4	Rua Afonso Pena, 183 - Tancredo Neves	Boqueirão, Vila Bela, Tancredo Neves, Mansueto, Vila São João e Campo Velho.
CRAS – Equipe volante – Unidade 1	Rua Vereador Eduardo Horst, s/nº ao lado da UBS do Guará	Guará, Guairacá, Palmeirinha e Rio das Mortes
CRAS – Equipe volante – Unidade 2	Rua Emílio Rodrigues Faustino da Cruz, 62 – Jordão	Jordão e Entre Rios

Fonte: Elaborado pela autora.

A proteção social especial de média complexidade compreende os serviços destinados "às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos" (PNAS, 2014, p.38). Nesse contexto que esse segmento envolve o CREAS, que visa ao atendimento a situações de violação de direitos.

O CREAS tem como objetivo oferecer o trabalho social especializado para famílias que estão em uma situação considerada de risco pessoal ou social por violação de direitos. Objetiva contribuir para "Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; - Proteção social a famílias e indivíduos; - Identificação de situações de violação de direitos; - Redução do número de pessoas em situação de rua." (PNAS, 2014, p. 36). Em Guarapuava, possuímos uma unidade do CREAS, que atende toda a abrangência atendida pelos CRAS.

Nesse segmento é desenvolvido o PAEFI, que, segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, é um de apoio, de orientação e de acompanhamento para as famílias, que possuam em seu núcleo um ou mais indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (BRASIL, 2014).

Segundo Fernandes (2019) que trabalha diretamente no PAEFI,

> é um serviço em que a gente procura identificar né, as necessidades [...] na sua globalidade das famílias que são atendidas, que chegam até o CREAS em situação de violência ou negligência, é, pra identificar as demandas de atendimento né, e ai proporcionar o rompimento da violação de direito que originou o risco social na qual a pessoa vive né, então assim, isso é o ideal, né, do que acontece ali o PAEFI (FERNANDES, 2019).

Dentro da política possuímos a tipificação dos serviços socioassistenciais, que, nos dois ambientes deve promover o atendimento de inúmeras situações, entre elas a violência. Ao atender a violência, entendemos que essa possui dois polos, a pessoa que comete e a pessoa que sofre. Nesse sentido, entendemos que existem, além de todos os aparatos legais listados no capítulo anterior, instrumentos jurídicos que possibilitam intervenções para o enfrentamento da violência contra mulheres, e os serviços ofertados pela Política de Assistência Social, que também oferece instrumentos normativos que consideram a família e o atendimento das situações de violência e fragilidade dos vínculos familiares. Uma das questões levantadas para as profissionais participantes da pesquisa, referiu-se à tipificação dos serviços, e se essa contempla o atendimento aos homens:

> O objetivo é a atenção integral a família, sendo assim são trabalhados aspectos diversos relativos ao fortalecimento dos vínculos, de convivência familiar e os aspectos que os permeiam, tais como: violências, empoderamento, prevenção de riscos, direitos socais, saúde da mulher, auto estima, universo cultural, bem-estar, etc. Os assuntos não são exclusivos a mulher ou homem, mas voltados a família (JULIANI, 2019).

> [...] O que norteia o PAEFI é a Tipificação Nacional. Ela discrimina exatamente como a seguir, então vai muito do profissional, é muito de você identificar nas entrelinhas, de todo esse referencial teórico que nós seguimos, as normas, as diretrizes [...] então vai muito de você conseguir interpretar. O homem não vai vir para o grupo para fazer crochê, pra fazer tricô [...] temos um grande número de idosos homens no grupo de idosos, que veio, "Eu vim junto com a minha esposa gostei demais". Porque? porque o trabalho que a gente começou a desenvolver não é um trabalho voltado para mulher, é um trabalho voltado para o indivíduo, né então, se você conseguir observar nas entrelinhas [...] é cômodo, você pegar e fazer um trabalho amarrado, engessadinho, bonitinho que possa acessar um público feminino, tá você cumpriu tua meta! Mas se você quiser realmente atingir o público família, você tem que desenvolver um trabalho diferenciado, tem que escrever algo diferenciado, se tem que chamar de outra forma. [...]observar o território, quem é o homem que mora ali dentro? você consegue dentro desse processo verificar, "aí esse homem é que tá desempregado, aquele homem que tem de 18 a 30 anos, é aquele homem que mora numa área irregular, é aquele homem que não tem qualidade nenhuma" e conseguir fazer um diagnóstico de quem são esses homens e conseguir aplicar um projeto por exemplo, voltado para isso, eu tenho certeza que tem tudo para dar certo (PEREIRA, 2019).

> [...] nas normas básicas, na tipificação lá dos objetivos [...] ou mesmo nas orientações técnicas [...] se faz uma discussão acerca da violência como resultado

> das desigualdades como o machismo né, e dentro dessa questão das desigualdades também dos aspectos culturais envolvendo violência contra mulher é, mas assim que eu lembre de alguma especificidade de atendimentos a homens, não. Eu sei que na Lei Maria da Penha tem uns dispositivos que falam de encaminhamentos e orientação para programa de acompanhamento e reabilitação desses homens né, mas nas normativas técnicas em especifico não [...] a gente [...] chama pro atendimento, pensando na proposta da política de assistência social que é atender a família como um todo não somente segmentado né, e de entender que o processo ele atinge todas as pessoas da família, ainda que de forma diferentes [...] (FERNANDES, 2019).

Observa-se que em todas as falas, é considerado o trabalho que deve ser direcionado a família, e não um trabalho fragmentado, sendo essa a proposta da política da assistência social. Destacamos da fala de Pereira (2019) a necessidade de se pensar em Política Pública que transpareça melhor suas necessidades. Que ela enquanto profissional observa seu próprio território e buscar articular intervenções que sejam voltadas para o indivíduo. Para ela, é necessário "observar nas entrelinhas". Contudo, será que a política pública não deveria se apresentar de forma mais clara? Como destaca Fernandes (2019), a violência é resultado das desigualdades do machismo, não se faz necessário uma política pública mais clara e objetiva?

O trabalho com o HAV é verificado de forma clara apenas na Lei Maria da Penha. Conforme salienta Fernandes (2019), a promulgação dessa lei foi essencial e "[...] foi grande responsável pela modificação do cenário da violência contra mulher, enfatizando os Artigos 35 e 45" (TONELI, BEIRAS e RIED, 2017, p. 176). Sem embargo, é necessário repensar a forma das Políticas Públicas para que sejam efetivas, bem como é necessário:

> Consolidar o funcionamento de uma rede bem articulada implicada com a demanda da violência e atenta à proteção das vítimas, ações de combate a violência, à promoção e adoção de medidas desta rede em prol da prevenção às situações de risco e da intervenção junto aos homens autores de violência. Convém salientar que profissionais qualificados e que possam aprimorar sua prática no tema da violência são imprescindíveis, pois, são justamente estes profissionais que colocam a política em prática junto à demanda em questão, seja na intervenção junto à sociedade civil, ONGs, ou organizações governamentais (TONELI, BEIRAS e RIED, 2017, p. 185).

Nesse sentido, destacamos que o trabalho na perspectiva do enfrentamento da violência de gênero, deve contar com uma política pública eficaz, uma rede de atendimento bem articulada e profissionais capacitados para desenvolver as intervenções no tema da violência. Observamos pelos relatos que o trabalho em Rede no município tem se mostrado bem articulado e eficaz, e ainda são destacados vários avanços dentro da política de atendimento.

Assim, delimito a pesquisa para esses espaços que tem em suas diretrizes tais tipos de atendimentos, como na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, bem como, possui em sua

equipe técnica, profissionais que estão inseridos na Rede de enfrentamento da violência contra mulheres.

3.5 Os homens são atendidos pelos CRAS e CREAS no município?

A proposta desse estudo é identificar quais são os atendimentos ofertados aos HAV pelos serviços CRAS e CREAS, e quais são os encaminhamentos oferecidos aos homens no que se refere à situação de violência. Nesse momento, também utilizaremos os dados coletados durante as entrevistas, afim de, com base na perspectiva de gênero e de masculinidades como categorias analíticas e históricas, articular os dados levantados.

Para buscar entender a dinâmica dos serviços CRAS e CREAS, questionamos as participantes em relação ao público atendido. Considerando a matricialidade sociofamiliar, colocada na Política de Assistência social (ou seja, considerando a centralidade da família), questionamos quem dos atores da família mais participa das atividades, serviços ou atendimentos proposto no CRAS e CREAS. Nas palavras delas é possível identificar que: "O maior público do PAIF são mulheres" (JULIANI, 2019).

Segundo Pereira (2019), no território de abrangência do CRAS que ela atende, são as mulheres, também, que mais participam, apesar de indicar uma parcela significativa de homens:

> Homem que é ex autor de violência, o homem que é o chefe de família [...] Antigamente era muito cultural, muito histórico, sempre quando se necessitava por exemplo um benefício eventual quem acessava o serviço era mulher, agora não, agora eu tenho até uma planilha no computador porque eu discrimino bem certinho. Quem são os homens que procuram serviços? Quem são as mulheres? [...] Eu consegui observar que lá no CRAS 4 nós conseguimos desenvolver um trabalho aonde o homem se sente confiante [...] geralmente o homem tem vergonha de acessar o serviço, a mulher não! se o teu filho tá passando uma necessidade de alimento por exemplo, você [mulher] vai lá e vai solicitar porque se vê teu filho passando necessidade [...] no CRAS 4, é possível observar que os homens estão acessando, é um processo lento para todos os fins seja qual for até mesmo para fazer uma segunda via de documento [...] (PEREIRA, 2019).

A assistente social do CRAS 4 desenvolveu uma estratégia de atendimento direcionada aos homens, anteriormente já havia destacado que para ela o serviço deve considerar o indivíduo, assim eles sentem-se confiantes em estarem adentrando esse espaço que historicamente, e podemos assim dizer, legalmente destinado as mulheres. A Política de Assistência Social valoriza em alguns programas, como o Programa Bolsa Família - PBF, a

participação da mulher. Destacamos que essa valorização é de extrema importância para seu protagonismo, todavia, nesse processo acaba por reforçar a desigualdade de gênero. Como destacam Freitas, Braga e Barros (2012),

> Se programas como o PBF acabam por reforçar a tradicional associação da mulher com a maternidade e com as tarefas pertencentes à esfera reprodutiva, por outro lado possibilitam a estas mulheres uma entrada e um reconhecimento maior no mundo público. Além disso, estes mesmos paradigmas que sustentam o foco das políticas nas mulheres e crianças, não inserem o homem nesta perspectiva. Essa invisibilidade masculina demonstra que, pelo menos no que tange às políticas assistenciais, há uma clara demarcação que enfoca o papel feminino (FREITAS, BRAGA e BARROS, 2012).

Assim, abstendo os homens de certas responsabilidades, também os afastou desse cenário da Assistência Social. O que é possível perceber sobre a política é que esta não possui intenção de focar nas relações de gênero, muito menos de alterá-las, "o que assistimos é um olhar generificado atuando sobre as políticas ao definir o que é 'coisa' de mulher ou de homem" (FREITAS, BRAGA e BARROS, 2012, p. 118).

Não há preocupação por parte do poder público em discutir a categoria gênero nas políticas públicas. Para Connell (2014), a preocupação nas políticas públicas é o neoliberalismo. A autora argumenta que o pensamento neoliberal não adiciona outra preocupação se não a garantia de vagas no mercado de trabalho, excluindo os temas de gênero.

3.5.1 Os homens no enfrentamento à violência de gênero

Em relação às ações, intervenções, atendimentos, e enfretamento da violência contra mulher, as participantes destacam que seus trabalhos se voltam majoritariamente ao público das mulheres. A profissional do CREAS relata que realiza os atendimentos, visitas domiciliares e um grupo reflexivo com as mulheres em situação de violência, que já existe há mais ou menos dois anos e meio (FERNANDES, 2019):

> Eu atendo mais as mulheres em situação de violência [...] não vou dizer assim que é raro, mas é difícil que os homens se disponham a vir conversar comigo sobre aquela situação de violência, assim, pra eu poder ouvir a versão dele, mesmo que eu vá com muito cuidado [...] são poucos os homens que se dispõe a comparecer ao atendimento e aí a gente poder fazer os encaminhamentos né, então, geralmente são as mulheres mesmo que participam e aí o trabalho vai na via de empoderamento de emancipação dessa mulher, fortalecimento, pra ela não permitir que aconteçam situações de violência. (FERNANDES, 2019).

Já Pereira (2019) relata que:

> Eu atendo mulher vítima de violência, no caso quando ela chega o primeiro atendimento ou quando ela retorna da rede, pra aquele acompanhamento, que daí eu transformo em PAIF, mas o acolhimento da mulher vítima de violência pra iniciar o processo judicial, ou o que seja, o retorno dela pro território, sou eu que faço, eu acompanho, o ministério público, as varas, as interdições, sou eu que faço e o PAEFI (PEREIRA, 2019).

Juliani (2019) descreve que:

> São realizadas palestras, ações reflexivas, orientações e trabalhos socioeducativos nos grupos. Por meio da própria política de Assistência Social, suas diretrizes e objetivos previstos nas normativas, bem como a integração/articulação desta com as demais políticas setoriais (JULIANI, 2019).

Pereira (2019) relata que houve uma tentativa de realizar um grupo com os homens, no intuito de enfrentar a violência contra as mulheres. Entretanto, a dificuldade encontrada foi a necessidade de fazer o grupo a noite, pois a maior justificativa desses homens é que trabalham de dia. Na tentativa de realizar o grupo a noite, a participante revela que não houve adesão, priorizando atualmente nos grupos, a família, mulheres e filhos. Para ela, outro desafio no que se refere à adesão dos homens nos grupos, é que a partir de um estudo que desenvolveram, observaram que onde há assistente social homem, é possível atingir mais os homens para atendimento. Situação também observada na pesquisa de Cardoso e Beiras (2018, p. 44): "Faz parte das narrativas das trabalhadoras o problema encontrado em fazer os homens, sejam quais forem, aderirem aos serviços socioassistenciais" (CARDOSO e BEIRAS, 2018, p. 44), onde, também uma grande parcela do público masculino, não acessa as políticas públicas por dedicarem-se ao trabalho e distanciarem-se da vida doméstica.

Houve uma experiência que um homem participou de dinâmica de grupo. Ele participou não porque queria, mas porque necessitava afirmar sua função na relação do casal. Não aceitando, de certa forma, as saídas da esposa, acabou que por ciúmes participou dos encontros. Pereira (2019) lembra que:

> uma época, fazendo atendimento do casal no grupo, no grupo do PAIF, que ele vinha entre aspas a princípio para sondar a mulher, porque o extremo, situação de ciúme extremo, ele vinha, de repente no final das contas ele participava do grupo normalmente com ela (PEREIRA, 2019).

Para a assistente social do CRAS 3, a política de assistência social tem como um dos eixos estruturantes a matricialidade sociofamiliar, que por sua vez a figura do homem está contemplada. Todavia, frente a realidade do CRAS e das atividades em grupos ofertadas, não há um grupo especifico voltado aos homens. Segundo ela, esse serviço não é realizado devido a questões de falta de recursos humanos e materiais. Esses homens são atendidos quando procuram o serviço, seja de forma espontânea e/ou busca ativa. E assim, a equipe do CRAS realiza os encaminhamentos de acordo com a demanda apresentada (JULIANI, 2019).

Mesmo não havendo atendimento grupal no CRAS 4, após a identificação da situação de violência, Pereira (2019) relata como realiza o atendimento:

> primeira coisa que eu faço é uma escuta qualificada, pego o endereço e o telefone do autor de violência [...] e depois tento um contato, então esse contato já teve N experiências, um deles era uma pessoa extremamente agressiva, extremamente violenta, não tinha como, não tinha como uma assistente social ir lá e fazer uma visita e encarar sozinha, não tinha como, já tava judicializado tudo certinho com medida protetiva então não tinha como [...] tem casos também que eu atendi nesse ano passado, seis homens por exemplo, [...] que ele veio depois de saber que ela compareceu, dois deles eu liguei, falei posso conversar com você, ele compareceu tranquilo, os outros [...] eu percebi que eles vieram porque eles souberam que ela teve no CRAS (PEREIRA, 2019).

Ao relatar um episódio de atendimento, Pereira (2019) conta que, logo após uma denúncia, buscou o homem para verificar se ele gostaria de falar. Na ocasião, ele estava extremamente revoltado com a situação, principalmente com a questão judicial. Para ela, é necessária uma equipe especializada para trabalhar com esse público, com essas necessidades. Assim, percebe-se a preocupação da necessidade de começar a realizar grupos com esses homens,

> Eu procuro eles, assim é, eu observo isso enquanto rede [...] nós ainda não temos preparo pra trabalhar com eles, até a Priscila [secretária] várias vezes ela perguntou: "Gente nós temos que fazer um trabalho que alguém tem que ser referência, enquanto rede, com o trabalho com o homem", mas isso não tá amarrado ainda (PEREIRA, 2019).

Como observado na fala, é necessário o investimento em equipe técnica para trabalhar com a demanda. Bem como capacitações constantes para os profissionais inseridos nos CRAS e CREAS, e de todos os profissionais envolvidos no enfrentamento a violência de gênero. É necessário trabalhar questões de masculinidades e violência contra mulher, pensando na perspectiva do homem que a cometeu. Como observam Beiras, Benvenutti e Toneli, 2016,

devemos buscar estratégias que propiciem a transformação social e a busca pela igualdade de direitos. Posicionamentos que distanciem em posições dicotômicas como vítima e agressor, homem e mulher, desconstruindo bases binárias, que sustentam a violência de gênero.

Nesse sentido, Toneli, Beiras e Ried (2017) observam que:

> Trabalhar com pessoas envolvidas em situação de violência, principalmente ao se abordar a perspectiva do autor de agressão, exige do profissional uma investigação atenta quanto à intencionalidade e à motivação do ato praticado, quanto ao dano consequente do ato, quanto à percepção que o autor tem do resultado dessa violência, e se de fato, o autor vê sua ação como violenta (LIMA, 2004 *apud* TONELI, BEIRAS e RIED, 2017, p. 179).

A psicóloga do CREAS (FERNANDES, 2019) relata que convida os homens para um atendimento quando há a situação de violência e a vítima autoriza o contato com o HAV:

> É raro os homens me procurarem [...] Mas eu sempre faço convite quando é um relacionamento e que a mulher me coloca que eu posso chamar para conversar, porque às vezes elas se sentem com medo, elas não querem que eles saibam que elas estão sendo atendidas ou que seja pela a situação de violência e tudo, porque elas temem que que a situação de violência em casa fique mais grave né, assim, que ele fica enraivecido por ter ido procurar ajuda e tal e que isso possa intensificar situação de violência, então quando existe a possibilidade de ser chamado para conversa tudo se eu sempre chamo [...] não são muitos os que se dispõe a vim [...] (FERNANDES, 2019).

De forma geral, é possível perceber que o público masculino não é atingido, seja em atendimentos, procura espontânea ou busca ativa. Não existem grupos direcionados aos homens, em âmbito da assistência social do município, seja no que tange a prevenção da violência ou para o enfrentamento da violência contra mulheres. A rede possui intervenções eficazes, tem funcionado bem no que refere-se o atendimento a mulher:

> A gente observa que ainda nós não conseguimos atingir o público masculino, então a Rede de proteção à mulher é uma Rede extraordinária, ela funciona muito bem, só que assim, esse homem que viola esse direito? A mulher consegue romper com esse ciclo e ele vai pegar uma próxima mulher. Então essa é a nossa dificuldade, que se pensa muito em rede, tem muito planejamento futuro pra que se possa fazer um trabalho diferenciado com esse homem. Porque se não conseguimos atingir, né, ele não vai, essa não mais, e a próxima? E quantas mulheres um cara pode ter durante uma vida? Nesse processo abusivo né, de relacionamento abusivo né, é muita gente, e são muitas vidas, é criança, é filho, é uma família né, o trabalho com ele direcionado é muito importante (PEREIRA, 2019).

Com base nos relatos apresentados, já foi possível observar vários impasses para que atendimentos ou grupos com HAV sejam realizados. Entre eles, falta de equipe, falta de

capacitações, direcionamento de horários nos atendimentos, e ainda, que existem resistências e estranhamentos quando se pensa em atender homens em geral e HAV:

> O homem que tá procurando atendimento até gera um estranhamento, eu observei [...] nos atendimentos do CRAS, nos atendentes. Você tem o todo condicionado atender mulher mulher mulher mulher, aí de repente, uma atendente falou assim para mim: "nossa que acontece que tem só essa semana tô olhando aqui na minha planilha, só essa semana você entendeu mais de 20 homens" eu falei "Porque? Porque que nós temos que atingir o público masculino", "mas o que que eles queriam?" [...] E eram homens que foram acessar pra beneficio eventual, pra pedir encaminhamento para habitação, a mesma demanda, mas eram homens que começaram acessar o serviço, aí então tá colega diz assim "olha quando vem um homem solicitar uma cesta básica a gente sabe que tá o extremo, porque o homem teve a coragem de vim", mas eu falei "depende muito de nós gerar esse vínculo com a população, dependendo do técnico gerar esse vínculo com o povo" então é muito importante esse trabalho direcionado (PEREIRA, 2019).

Além de existirem limitações de uma política de assistência social moldada para o protagonismo da mulher, a sociedade, de certa forma não está preparada para a procura dos homens em espações que se espera somente a presença da mulher. Esperam dos homens comportamentos de uma masculinidade tradicional que corroboram com aquele homem que não precisa de ajuda, que é provedor, que não fracassa.

Ademais, conforme destacado pela entrevistada, vivemos em uma sociedade que culpabiliza as pessoas. Então realizar atendimentos direcionados a HAV torna-se mais um desafio nesse sentido, de enfrentar esses preconceitos enraizados, e ainda de buscar a desconstrução de experiências que naturalizam a violência. Entende-se que a violência se apresenta enquanto afirmação da masculinidade de homens sobre as mulheres, e até sobre outros homens, em um sentido de afirmação. Assim, "algo permanece: a imagem do homem como evidente agressor, algoz e perigoso, portador de uma violência reforçada. Sim, esta é a realidade de muitos casos" (BEIRAS *et al*., 2012, p. 37). Em momentos diferentes, Fernandes (2019) e Pereira (2019) enfatizam esse ponto:

> Existem algumas resistências às vezes até por parte das mulheres né, assim em entender aquilo como uma situação de violência né, de que é inaceitável e tal, é e conseguir fazer um atendimento aos homens né de proporcionar um espaço de reflexão de ressignificação né do seu papel no relacionamento, do seu papel na sociedade, de que ele se abra para responsabilização [...] muitos homens às vezes resistem admitir que aquilo que eles fazem é uma forma de violência por que essa palavra é ela tá carregada de um significado [...] a gente vive numa sociedade em que culpabiliza as pessoas (FERNANDES, 2019).

> Ainda existe uma resistência [...] a gente descontrói diariamente, o homem autor de violência "que ele é um monstro, que ele não podia ter feito isso", "vamos proteger a mulher" (PEREIRA, 2019).

Constata-se que os homens não possuem os espaços e atendimentos que deveriam e necessitariam ter. Não existe atendimentos direcionados para os homens de forma geral, e tampouco para os HAV. Assim, questionamos as profissionais entrevistadas, de quais respostas, via encaminhamentos, estão sendo dadas às situações de violência no que se refere aos HAV. Buscamos assim, refletir sobre ações e intervenções que possam promover novos olhares no que diz respeito aos HAV, e nas políticas públicas de enfrentamento a violência de gênero.

Pereira (2019), que relatou alguns atendimentos direcionados aos homens, destaca que em algumas situações de violência entre o casal, ela realiza os encaminhamentos dentro de suas possibilidades,

> Um exemplo, um deles, passou a ter um comportamento agressivo e abusivo porque tava desempregado, aí nesse contexto, eu consegui fazer um encaminhamento pra Ripinho (Empressa Reflorestadora Madeiras e Compensados, de Guarapuava). Pedi apoio pra assistente social da Ripinho, falei: preciso encaminhar um homem que precisa trabalhar, não havia sido feito processo judicial, porque a mulher não representou, mas eu sabia que o que angustiava ele, é que ele ficava em casa, a mulher saía trabalhar, voltava do trabalho e ele não se reconhecia como o dono de casa. A questão da masculinidade mesmo né exacerbada "eu preciso trabalhar porque eu sou o chefe de família, aonde que já se viu a minha mulher trabalhar e eu não". Aí ele começou a beber, aí ele começou a ter comportamento agressivo, nunca chegou a agredir a mulher fisicamente, mas psicologicamente ele torturava ela, por que ele descontava nela uma frustação que ele tinha de não acesso a uma política pública de trabalho, depois que ele começou a trabalhar, até hoje ela faz parte do meu grupo de gestante, e quando ela vem pro grupo de gestante eu sempre pergunto nas entrelinhas, como é que tá? Tá uma maravilha, então, quando é acesso a uma política pública de habitação, de trabalho, de educação, beleza, agora um acompanhamento desse homem nós não temos, esse acompanhamento longo, esse acompanhamento assim de quase um ano, um acompanhamento psicológico diferenciado, não tem (PEREIRA, 2019).

Há discursos na fala das entrevistadas que revelam os homens atendidos com homens que se assemelham/aproximam de uma masculinidade tradicional. Acrescentando à fala, compreende-se que esse desespero de buscar o provento da casa, e de não reconhecimento ao espaço doméstico, que resulta em agressões na esposa, não é apenas reflexo da falta de acesso a uma política pública. É fruto também da falta de reconhecimento e pertencimento ao ambiente doméstico, fruto de uma sociedade machista que padroniza o que é ser homem. Que, embasados em uma masculinidade hegemônica, dita as regras e não permite, simbolicamente,

que esse homem possa viver situações de crise financeira por exemplo, sem que isso o atinja enquanto ser homem e atinja a relação conjugal que vive. Beiras (2012) salienta que:

> Desta maneira, faz-se necessário criticar a heteronormatividade, e visibilizar os mecanismos que buscam manter esta ordem e dominação masculina e estar atento às relações de poder. A violência está a serviço de eliminar obstáculos que dificultam o uso do poder neste contexto. Por isso, a violência se manifesta em contexto de desequilíbrio de poder, no qual está definido culturalmente (BEIRAS *et al*., 2012, p. 42).

Assim, compreende-se a violência entre o casal enquanto um fenômeno historicamente construído. Como observa Cantera (2007 apud (BEIRAS, et al, 2012, p. 42), "[...] produzido e reproduzido pelas estruturas sociais de dominação de gênero e reforçado pela ideologia patriarcal. Neste sentido, se faz necessário pensar em políticas públicas que busquem discutir as relações de poder, que "questionem o heteronormativo e promovam integração; atuações que contemplem a complexidade e diversidade do tema, evitando atuações ligeiras, focalizadas sob uma perspectiva de causa e efeito" (BEIRAS *et al*., 2012, p. 41).

A profissional do CREAS relata que existem no município pelo menos dois serviços que são para HAV para onde ela encaminha:

> Ali no CREAS nós não temos grupo de autores de Violência, mas no município tem pelo menos dois para onde eu sempre encaminho, sei que tem um outro né mas como é no fórum e é para os homens que foram indiciados e condenados pela violência doméstica então eu encaminho para dois grupos, que é o grupo do projeto (Re)pensar do Patronato e o grupo dos Círculos Restaurativos para HAV do projeto da Campo real [...] encaminho eles para lá quando eles demonstram abertos essa possibilidade de participar de um grupo, né, de conversar sobre questões de masculinidade, de violência etc para repensar essas relações, mas não são muitos os que aceitam não [...] a gente sempre faz o contato com a rede para monitorar para ver se a pessoa procurou e tudo. Às vezes acontece da gente encaminhar a pessoa não procurar lá, o outro órgão, assim ó aqui ele não apareceu ainda e tal, então é isso eu faço atendimento individualizado então com eles né, uma ou duas vezes conforme a demanda (FERNANDES, 2019).

Sobre os grupos comentados por Fernandes (2019), a Experiência do Centro Universitário Campo Real, de Guarapuava/PR, chama-se Projeto Restaurar. É uma ação de extensão que realiza práticas restaurativas voltadas ao combate à violência doméstica. Possui convênio com a Justiça do Paraná, recendendo HAV encaminhados pela 2ª e 3ª Varas Criminais de Guarapuava. E também é parceira da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, estando aberto a receber HAV encaminhados pela Secretaria. Segundo a secretária Lima (2018), esse não é um serviço da rede:

> Para os homens autores de violência, assim como existe o CRAM, por exemplo, não existe um serviço de referência pro HAV [...] antes do processo de judicialização não existe né. O que existe é um convênio com a Faculdade Campo Real que é o Projeto Restaurar e que a gente encaminha esse homem autor de violência desde que a mulher acredite que é possível fazer um círculo de justiça restaurativa com ele, se ela disser que não, que ela tem medo dele, que ela não quer, a gente não encaminha né [...] então é um projeto piloto que usa a justiça restaurativa nos casos de violência doméstica (LIMA, 2018).

Outro grupo mencionado e executado, é o subprojeto "Basta", intitulado "(Re) Pensar". De maneira semelhante ao projeto executado no mesmo município de Guarapuava/PR pelo Centro Universitário Campo Real, essa proposta também é de extensão universitária e é operacionalizado pela equipe de serviço social do Patronato/UNICENTRO: Práticas Colaborativas Multidisciplinares, por meio do financiamento público estadual oriundo do Programa Universidade sem Fronteiras (USF). Destina-se a homens que cumprem pena por violência doméstica contra mulheres em regime aberto (CAMARGO, BARBOSA e ZADRA, 2018).

Um terceiro projeto destinado a HAV é o "Reconstrução", realizado no Centro Jurídico de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), no Fórum da Comarca de Guarapuava/PR. É destinado a HAV que estejam em suspensão condicional do processo e são atendidos no formato de círculo restaurativo (LINHARES, 2019). Segundo certidão emitida pelo cartório da 2ª Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, de julho de 2016 a março de 2017, 112 HAV participaram do projeto, sem reincidência no delito cometido.

Lima (2019) indica que o trabalho realizado no munícipio é parcial, uma vez que a rede atende apenas as mulheres vítimas, e os grupos ofertados no município são para casos judicializados:

> Eu olho assim hoje, que a gente tem um trabalho que é parcial, porque a gente consegue tá trabalhando somente com o polo que sofreu a violência [...] enquanto Rede nós temo sim, trabalho com os homens autores de violência, mas ele é pra um número limitado de homens, porque [...] nem todas as denuncias de violência se tornam processo judicial, primeiro que nem toda violência se torna um BO e nem todo BO vai se tornar um inquérito e nem todo inquérito vai se tornar lá um processo judicial né, então hoje a gente tem com esses casos judicializados e é muito eficaz porque eles aprendem coisas que [...] eles mesmos dizem né: "ah se eu soubesse disso antes talvez eu nem tivesse cometido essa violência né" então ele é extremamente eficaz porque você consegue acompanhar por um período isso faz parte da pena né, então existe uma participação (LIMA, 2018).

O plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, instrumento de planejamento de ações no que tange à violência contra as mulheres, destaca trabalhos com HAV, estabelecendo como meta a ampliação desse serviço (GUARAPUAVA, 2016). Questionada, a secretária observa que:

> Para cumprir o que diz o Plano né, a gente precisa ir além do Patronato e além do Restaurar né, a gente precisa de uma política pública mesmo que tenha né seus profissionais [...] vimos que em São José dos Pinhais tem um serviço de referência mesmo voltado para HAV, que é desenvolvido no CREAS, então segundo algumas gestoras de políticas paras as mulheres, hoje o serviço principal de referência com HAV no paraná acontece lá em São José dos Pinhais [...] tá programado pra gente ir [...] conhecer e visitar e a gente quem sabe trazer a referência deles pra gente desenvolver esse trabalho junto com o CREAS daqui de Guarapuava [...] tá programado pra que a gente possa realizar isso, se não em 2019 no máximo em 2020 (LIMA, 2018).

É notória a preocupação de todas as entrevistadas e integrantes da rede para que o trabalho com os HAV se torne prioridade, que se busque consolidar um fluxo de atendimento aos HAV assim como acontece com as mulheres vítimas de violências. Para elas é necessário:

> Trabalhar bem sutilmente questões como: o que que é violência? Onde ela está enraizada? E conseguir fazer uma diferença, então é extremamente importante! O que precisa [...] é que seja algo coletivo e que seja algo [...] que ele possa sentir seguro para falar, eles tem muita dúvida, eles tem muita insegurança em todos os quesitos, muitos homens já chegam e dizem assim ó "eu cometi violência contra mulher não foi uma violência sexual, uma violência física, mas a forma de como eu tratava ela é a forma de como eu fui criado", assim, numa escuta qualificada individual, comigo dentro da sala, "eu precisava que alguém me ajudasse me orientasse, você tá errado", então é cultural e eu aprendo uma forma do contexto familiar eu vou reproduzir por toda minha vida, então por que que precisa desse atendimento diferenciado? Por que o homem precisa verificar que ele não é dono do corpo e não é o dono da mulher e é só com essas ações pontuais, não adianta "ah porque vamos fazer uma palestra" não, eles não vão! e tem que partir deles, e tem que tem que saber ter as sutilezas de fazer despertar neles essa curiosidade, essa intenção de fazer caso contrário não vai (PEREIRA, 2019).

É necessária a responsabilização do homem no que tange a violência cometida, desnaturalizar a violência cometida. Contudo, devemos pensar que a prisão nem sempre pode ser a melhor solução. Beiras *et al.* (2012) salientam que, "acreditamos que o trabalho com homens, em conjunto com os trabalhos realizados com as mulheres, seria uma alternativa mais eficaz na redução, contenção e prevenção da violência na conjugalidade" (BEIRAS *et al.*, 2012, p. 39). Pereira (2019) enfatiza que:

> Eu ouvi muitas vezes, muitas vezes, "eu bato na minha esposa porque eu apanhei a vida inteira", "eu bato na minha esposa, porque a forma que meu pai e minha mãe faziam me falar era me batendo", "eu apanhei muito", "eu fui abusado", sabe

> assim?! Então assim, numa conversa de 3 horas, que você fica com o homem autor de violência você consegue observar que todo esse processo histórico da violência que ele tem, alguém construiu nele [...] e não foi da noite pro dia que ele foi autor de violência, então assim é um processo de desconstrução (PEREIRA, 2019).

É primordial partir de uma reflexão que considera os comportamentos violentos dos homens a partir de suas experiências pessoais, contextos de vida, onde no processo de socialização cria os comportamentos masculinos violentos. Assim, "essa perspectiva traz a participação da família e da cultura na produção de homens violentos, e inclui questões sobre a violência estrutural de gênero, como uma construção social que determina uma relação desigual e opressiva entre as pessoas" (TONELI, BEIRAS e RIED, 2017, p. 189).

É necessário que as políticas públicas considerem as questões sociais, históricas e culturais sobre a questão de homens e violência, pensando que determinadas masculinidades implicam em violência e dominação do homem sobre a mulher, pensar na violência enquanto cíclica. Neste sentido, concordamos com Beiras et al. (2012), quando observam que "defendemos a importância do trabalho integrado tanto para aquele/a que sofre violência, quanto com o/a autor/a de violência, contemplando uma intervenção mais completa e efetiva". Pereira (2019) e Fernandes (2019), no contexto de Guarapuava/PR, enfatizam a violência como um ciclo enraizado nos seguintes termos:

> A maioria dos autores de violência que eu já atendi, tanto no conselho da comunidade, no patronato, independente, como na básica ou no CREAS [...] todos eles trazem enraizado uma violência que foi construída, e que foi apreendido e que eu não sei ser diferente, porque me ensinaram assim, nossa e agora, agora eu cometi um crime! E nem precisa chegar ao ponto de ser um assassino [...] é aquele sutil, a violência sutil, que acontece no dia a dia que a gente não vê [...] e nem todo mundo tem esse olhar, sabe assim porque, porque a gente foi atrás de tentar entender um pouquinho sobre a questão da masculinidade, da questão da desigualdade de gênero pra poder tentar entender um pouquinho, porque é mais fácil você dizer não! Cometeu um crime deixe que a justiça trabalhe com ele (PEREIRA, 2019).

> O processo de violência [...] é um ciclo né [...] ninguém dá o que não tem, né, ninguém pede que não precisa né [...] um homem que age com violência ele tá repetindo padrão, que é um padrão naturalizado na nossa sociedade, que é um padrão naturalizado na sua própria história de vida individual enquanto sujeito, né e que, e de dores que ele precisou enterrar fundo e esconder com n camadas né assim para não tocar nelas. Embora a violência seja injustificável ela é reflexo de alguma coisa que não foi devidamente elaborada ou trabalhada (FERNANDES, 2019).

Pensando em desenvolver um trabalho com esses homens, é necessário repensar as bases e normas que instituem a sociedade, que mantém comportamentos excludentes que proporcionam a manutenção da violência de gênero. "Um profissional que tenha conhecimento destas bases pode promover questões reflexivas críticas e questionamentos de

discursos dominantes, de forma a problematizar questões consideradas usualmente como normais ou cotidianas" (BEIRAS, BENVENUTTI e TONELI, 2016, posição Kindle 5851). É importante problematizar os processos de atendimento de homens, ainda mais porque:

> A ideia de atender homens autores de violência contra mulheres baseia-se na aposta de que o sujeito possa reconhecer sua dificuldade e criar instrumentos para lidar com ela. Além disso, baseia-se na perspectiva de que a violência e o gênero são relacionais e é necessário exercer atuações mais amplas com todas as partes envolvidas, rompendo ações dicotômica e lineares (TONELI, BEIRAS e RIED, 2017, p. 179).

A ideia é que grupos com homens podem produzir alterações em questões culturais que estão enraizadas, e ainda os HAV "podem mudar as suas atitudes e aprender formas de relacionamento interpessoal não violentas. Um dos pontos centrais promovidos por estas intervenções é o rompimento do ciclo da violência e as condições geradoras da mesma" (TONELI, BEIRAS e RIED, 2017, p. 188). Assim, questionadas sobre como seria para elas trabalhar com o outro lado da violência, com o homem que a cometeu, ou ainda trabalhar com os dois lados da violência, Pereira (2019), Juliani (2019) e Fernandes (2019) salientam que:

> Já tive a experiência de trabalhar em parceria com o Patronato a muitos anos atrás né, em 2008,2009,2010 [...] Nós trabalhávamos com os grupos, nós tínhamos essa experiência de trabalhar [...] nunca tive dificuldade de trabalhar com o autor de violência [...] independente de qual for o crime que ele possa ter vindo a cometer, não tenho problema pra trabalhar e eu consegui desenvolver essa habilidade (PEREIRA, 2019).
>
> Seria muito desafiador [...] hoje eu me sinto mais à vontade para poder fazer essa conversa individual com os homens né, ou atendimento conjugal mesmo, atendendo e acompanhando a mulher mais de perto, mas eu não sei se eu teria um gabarito para conseguir manter uma imparcialidade [...] se eu [...] por alguma razão eu tivesse que conduzir um grupo de homens autores de violência, talvez tivesse que pensar a possibilidade de alguém assumir o meu o meu papel, meu lugar na condução dos encontros com as mulheres (FERNANDES, 2019).
>
> Conforme a gente vai estudando e vai se despindo de algumas coisas se seria possível fazer esse encontro, mas assim esse trabalho com os dois lados, porque assim, tem um lugar de fala né?! Eu sou mulher né, e assim, e atendendo escutando tantas histórias de Sofrimento, de dor, de situações de violência, é difícil escutar o homem falando da sua versão e tudo, é, e a gente não ficar com uma pulga atrás da orelha, com um pé atrás, assim, "ah o que que ele tá me escondendo" sabe assim "o que e ele não tá me falando", entende, e assim, as vezes eu até me percebo tendo que me controlar numa certa tendência hostil aos homens sabe assim, de não hostilizar eles durante a entrevista quando eu proponho o atendimento individual, porque eu tenho esse olhar da mulher, obviamente que é um olhar parcial porque é só a versão dela (FERNANDES, 2019).
>
> O atendimento é realizado com profissionalismo, imparcialidade e neutralidade. Considerando que o CRAS não absorve demandas de acompanhamento de situações violências e demais violação de direitos, quando a equipe toma conhecimento dessas

> situações são imediatamente referenciadas ao CREAS. As intervenções são realizadas no âmbito da Proteção Social Especial de média complexidade (CREAS) (JULIANI, 2019).

Para Pereira (2019), é essencial trabalhar na prevenção da violência contra mulheres, com os homens. Para ela, é necessário agir antes que a violência aconteça, é necessário trabalhar com os homens, de forma diferenciada. A partir da preocupação para trabalhar a prevenção da violência, o munícipio irá lançar um trabalho voltado ao público masculino:

> E vai ser algo inédito [...] aqui em Guarapuava, ninguém trabalhou com homem ainda. Porque assim, NUMAPE faz um trabalho com as mulheres, nós trabalhamos, a secretaria da mulher trabalha, o CREAS trabalha, sabe todo mundo trabalha. A intenção era o que?! Não judicialização e não só situação de violência [...] então por isso amarrado no CRAS e na assistência social, porque, porque nós temos que trabalhar a prevenção. Então como que nos fazemos à prevenção com a mulher, ah então com a mulher legal, você prepara um material bem legal e discute com ela, só que mulher sempre durante o processo de vida viveu uma violência. Agora homens, assim partindo do princípio do início da adolescência que é aonde se acentua demais esse processo da violência e de violação de direito, é o momento que ninguém tá trabalhando, que é aquele adolescente que tá no colégio, que é aquele jovem que acabou a faculdade, que acabou o ensino médio, que não acabou o ensino médio, que tá perdido, é aquele adolescente que teve acesso a droga ao tráfico, que teve que passar por um educandário, é aquele adolescente, aquele jovem menino, homem que não conseguimos atender sabe, então eles estão pensando até em trabalhar a noite, com outra metodologia, com uma capoeira, com futebol com judô, sabe, com uma dança, com hip hop (PEREIRA, 2019).

Para ela não dá para limitar-se apenas com trabalhos voltados a mulher. Estão convidando pessoas que possam discutir assuntos relacionados a gênero e masculinidades, e será um projeto executado pela Assistência Social do município. Essa preocupação de Pereira (2019) vem de encontro com a situação que Lima (2018) indica:

> O caso da Tatiane que veio dá um alerta, é que as vezes a gente fala tanto que tem que ter um trabalho com os homens autores de violência, com os homens autores de violência, com os homens autores de violência, aquele homem que já faz violência, aquele homem que já tá lá com o BO registrado ou aquele homem que a mulher já veio aqui, então com os homens autores de violência. Quando as vezes você não imagina quem é o que seria o autor de violência né! Então o nosso trabalho é com homens e mulheres no geral né, pra gente prevenir relacionamentos abusivos, desde o namoro, desde pequenas coisas, desde esse excesso de controle, excesso de ciúme né, e nem sempre ele é um autor de violência mas já começa a ter [...] um sentimento de posse de ser dono daquela mulher né, então é necessário falar com os homens, sem dúvida nenhuma né, e assim, de uma maneira geral, não só com os autores de violência (LIMA, 2018).

O trabalho com os HAV é primordial, essencial na prevenção da violência e de novos relacionamentos abusivos e na proteção dos envolvidos:

> No que se refere a grupos interventivos com homens autores de violência, ressaltamos a necessidade de estar atento ao exercer práticas que não dicotomizem ou acabem por fortalecer estas separações entre vítima e agressor/criminoso, masculino/feminino. Em muitas destas práticas, são mantidas visões criminalizantes e patologizantes do agressor (BEIRAS *et al.*, 2012, p. 41).

Reitero a necessidade de trabalhos e grupos reflexivos que busquem estimular o repensar dos modelos tradicionais de masculinidades. Que impliquem em estimular a ressocialização. Ao passo que responsabiliza o HAV, também busca promover mudanças nas relações entre homens e mulheres (BEIRAS *et al.*, 2012). Para Pereira (2019), não se trabalha só um lado da esfera né, tendo em vista que o relacionamento é construído por dois:

> Eu acho de extrema importância o trabalho com o homem [...]eu já cheguei a levantar a questão de que, como tem uma rede muito bem estruturada, o nosso foco tem que ser com o homem, e não tanto com a mulher, porque a mulher tem pra onde correr, aonde ir [...] agora o homem não tem aonde ir, onde o homem vai? é na delegacia, preso. Depois disso ele vai cumprir uma pena e quando ele sair de lá? Taxado! Maria da Penha! [...] isso transforma a vida pra sempre, inclusive piora a violência. Então a prevenção é importantíssima, um trabalho direcionado com o homem em Guarapuava é extremamente importante, é necessário, é urgente (PEREIRA, 2019).

Beiras e Canteira (2014) entendem que é necessário envolver discussões sobre HAV a partir da perspectiva feminista e com as demandas feministas contemporâneas. É necessário olhar além, pensar intervenções diferenciadas, e parafraseando um dos entrevistados da pesquisa, "intervir com a violência de gênero sem um trabalho efetivo com os homens autores dessas agressões é como 'secar o chão com a torneira aberta". E asseveram:

> Os grupos de homens quando tomados como uma oportunidade de produzir reflexão crítica e questionamentos apresentam-se como uma possibilidade de desenvolver novas experiências, práticas e narrativas sobre a construção de masculinidades, relacionamentos e violências. No entanto, enfatizamos que somente com a implicação subjetiva e reflexão crítica dos/ as gestores/ as, profissionais e facilitadores/ as poderá haver possibilidades de ampliar este debate e conexões entre academia, ativismo e intervenção psicossocial (BEIRAS e CANTERA, 2014, posição Kindle 5960).

Para Fernandes (2019), trabalhar com os HAV seria a possibilidade de reumanizar esses autores de violência, "tirar eles no pedestal de monstro ou de deuses" de que podem tudo, e fazem o que quiserem com a mulher, até mesmo "de monstros que não tem sentimentos". Vivemos em uma cultura que polariza os homens autores de violência nesses dois aspectos, e quem é de fato o homem que comete a violência?

Beiras, Benvenutti e Toneli (2016), nos convidam a indagar sobre como seriam as formas possíveis de se pensar na categoria homem. Estamos pensando em uma construção dessa categoria ou estamos generalizando subjetividades masculinas? Estamos colocando a categoria homem em um conjunto que acaba por excluir outras possibilidades? É possível pensar ações para além do sistema heteronormativo? E nas políticas públicas, consideramos além dos corpos biológicos?

Para as profissionais entrevistadas, o trabalho com os homens que cometem violência contra mulheres é fundamental, seria uma parte no processo que faria diferença, na busca de romper o ciclo de violência:

> Se a gente conseguisse encontrar um espaço de poder conversar com eles de fazer com que eles se sintam acolhidos no sentido de escutar a história que ele tem para contar né [...] que eles se sintam abertos assumir a responsabilidade pelos seus atos no sentido de que, "bom que que eu posso fazer para reparar o dano melhor da violência que eu cometi" né e o que que eu posso fazer para não agir com violência novamente né [...] para que isso não aconteça de novo né, seja com a companheira seja com outras né, que eu possa a vir a encontrar nessa vida, até poderia ser assim tipo assim um ponto de mutação processo sabe [...] **A gente fala muito de violência contra mulher como se fosse um problema de mulheres e não é um problema das mulheres, entende assim, é um problema de todos nós, mas sobretudo de homens né.** Eu penso assim de como eles estão acostumados a manejar uma relação, é, em que eles se entendiam como donos da verdade e agora muitas mulheres não estão mais aceitando esse papel (FERNANDES, 2019, grifos meus).
>
> De suma importância considerando que por muitas vezes o homem está reproduzindo ciclos de violência vivenciados ao longo da sua trajetória histórica de vida, e que também está imbuído de muito sofrimento, por sua vez necessitando de intervenções. (JULIANI, 2019).
>
> [...] Eu enxergo o trabalho com os homens autores de violência como a possibilidade de a gente conseguir ter uma superação mesmo da violência, né, não que ela nunca mais vai existir, mas que nessas pessoas que estão sendo atendidas, nesses relacionamentos, ela seja superada [...] não tô dizendo as novas pessoas, os novos relacionamentos, mas nessas que são atendidas (LIMA, 2018).
>
> [...] Porque esses homens também tem questões de saúde que precisam ser vistas, de trabalho que precisam ser vistos né, a gente sempre fala que o machismo mata mulheres, mas mata muitos homens também né, é eu não imagino o que que é você sei lá, carregar a obrigação de você ser a pessoa que vai garantir a segurança e todos os proventos de uma família, e de repente você tá desempregado né, e a pressão tá ali, e dai a sociedade julga [...] "você fica em casa e tua mulher que te sustenta" [...] isso também é um prisão para esses homens né. Então se a gente conseguisse também né se os homens conseguissem também se desamarrar dessas correntes mesmo, dessas prisões, talvez conseguisse ter relacionamentos mais suaves né, então sem falar com os homens fica difícil (LIMA, 2018).

Os homens precisam fazer parte da mudança, precisam ser integrantes na resolução dos problemas. Como já destacado, Fernández Chagoya (2014) chama a atenção para

provocar politicamente os homens, acionando suas responsabilidades na manutenção das relações desiguais de poder, que acabam por naturalizar as violências de gênero. É necessário promover a reflexão sobre masculinidades, os homens devem assumir a responsabilidade pela própria mudança, para a renúncia de privilégios que a cultura de gênero e masculinidade hegemônica instituiu.

Identificamos com essa pesquisa, lacunas nas legislações que buscam o enfrentamento a violência de gênero. O HAV é pouco mencionado, e quando aparece, é no sentido de punição. Concordamos com Beiras *et al.* (2012, p. 39) quando apontam que até mesmo na Lei Maria da Penha, que prevê trabalhos com os HAV, há lacunas:

> a) não fazem nenhuma alusão a trabalhos de prevenção com população masculina; (b) não apresentam uma definição clara sobre a estrutura e organização dos centros de atendimento aos autores de violência, cuja finalidade, conforme a lei seria "educação e reabilitação" (segundo o artigo 35 da Lei) ou "recuperação ou reeducação" (segundo artigo 45 da Lei).

Neste viés de não buscar por punição, concordamos com Beiras e Canteira (2018), que a Assistência Social, diferentes de mecanismos de justiça, se apresenta enquanto um espaço que pode proporcionar um atendimento diferenciado, seja no CRAS ou no CREAS. Visto que, está na arena de uma política pública que visa o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Assim apresenta-se enquanto um espaço que podem ser construídos trabalhos com HAV e promovam "as reflexões e debates necessários para a transformação de uma sociedade sem hierarquias de gênero" (BEIRAS *et al.,* 2012, p. 52).

Nesse sentido, o trabalho em forma de grupo para HAV representa uma estratégia viável no enfrentamento da violência contra as mulheres. Na medida em que contribui na reconstrução de valores culturais, que instiga reflexões que questionam a dicotomização homem/mulher, vítima/agressor, e por meio do rompimento de padrões de masculinidades tradicionais, naturalizados e perpetuados socialmente, a busca por uma sociedade mais justa e igualitária entre homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Guarapuava/PR possui uma rede de enfrentamento à violência contra mulheres bem articulada, e vem realizando ações e intervenções que estão trazendo resultados relevantes no que tange ao enfrentamento da mesma. De forma geral, as entrevistadas indicaram grande entusiasmo no que se refere aos serviços realizados em rede. Onde, após uma estruturação maior em Guarapuava em relação a Políticas Públicas para mulheres, constatou-se resultados positivos, visto que no ano de 2018 o índice de feminicídio diminuiu consideravelmente.

A rede possui intervenções eficazes, tem funcionado bem no que diz respeito ao atendimento à mulher. Entretanto, com a pesquisa, foi possível perceber que o público masculino não é atingido, seja em atendimentos, procura espontânea, busca ativa via a Política de Assistência Social do município ou via os organismos CRAS e CREAS. Em relação às ações, intervenções, atendimentos no que consta o enfretamento da violência contra mulher, a pesquisa demostra que as intervenções estão majoritariamente direcionadas ao público das mulheres. Não existem grupos direcionados aos homens, em âmbito da assistência social do município, seja no que tange a prevenção da violência ou para o enfrentamento da violência contra mulheres. O município compreende de três serviços que estão sendo desenvolvidos com os HAV, todavia as intervenções estão ligadas ao judiciário.

Entendemos que o munícipio fornece organismos, CRAS e CREAS, que possuem possibilidades de desenvolver trabalho com esses homens que cometem violência. Acreditamos que o trabalho com o HAV pode ser uma estratégia importante que venha a colaborar com a diminuição dos índices, e quem sabe um dia romper com o ciclo da violência contra mulheres.

Existe grande preocupação por parte dos profissionais da Rede para que o trabalho com homens comece a ser desenvolvido, que se consolide um fluxo de atendimento a eles assim como existe para as mulheres que sofrem a violência. Essa demanda é suprimida devido a alguns impasses que foram levantados na pesquisa, como a falta de recursos humanos e materiais para o desenvolvimento das intervenções direcionadas, necessidade de capacitações continuadas e direcionadas ao tema, direcionamento de horários nos atendimentos, e ainda, destacamos resistências e estranhamentos quando se pensa em atender homens, e homens autores de violências.

Outro impasse, refere-se à falta de clareza das políticas públicas. Segundo as entrevistadas o trabalho desenvolvido é direcionado a família, conforme a proposta da política da assistência social. Essa generalização acaba abrindo brechas de atendimentos, como uma das entrevistadas destacou, se faz necessário ler nas entrelinhas da legislação. Entendemos ser necessário pensar em Política Pública que transpareça melhor suas necessidades, tendo em vista que o trabalho com o HAV é verificado de forma clara apenas na Lei Maria da Penha. O trabalho na perspectiva do enfrentamento da violência contra as mulheres, deve contar com uma política pública eficaz, clara e comprometida. Uma Rede de atendimento bem articulada e profissionais capacitados para desenvolver as intervenções no tema da violência, que trabalhem questões de masculinidades e violência contra mulher, pensando na perspectiva do homem que a cometeu. Ademais, existem limitações de uma política de assistência social moldada para o protagonismo da mulher. A sociedade, de certa forma, não está preparada para a procura dos homens em espaços que se espera somente a presença da mulher.

Conforme uma das entrevistadas, realizar atendimentos com os HAV apresenta-se enquanto um grande desafio, frente uma sociedade que culpabiliza as pessoas. Assim, enfrentar esses preconceitos enraizados, e ainda, buscar a desconstrução de experiências que naturalizam a violência, se faz urgente. A partir desse estudo, entendemos a violência enquanto afirmação da masculinidade de homens, sobre as mulheres e até sobre outros homens, em um sentido de afirmação.

Faz-se necessário fomentar esclarecimentos, conhecimentos, estudos, pesquisas, capacitações, diálogos sobre o trabalho com HAV, no sentido de contribuir para o enfrentamento da violência de gênero. É necessário pensar em políticas públicas que estejam voltadas a esses homens, pensando na desconstrução de modelos tradicionais de masculinidades. Pretende-se com esse estudo incentivar a criação de novos grupos para Homens Autores de Violência contra mulheres no município, bem como incentivar a participação dos homens nesses espaços. Reconhecemos que as discussões acadêmicas e pesquisas contribuem para instrumentalizar a sociedade para repensar padrões socialmente aceitos. Particularmente, no que refere-se à temática de gênero, masculinidade e violência.

Neste sentido, demonstramos a importância de fomentar o trabalho reflexivo e de responsabilização com o autor da violência de gênero, na medida em que se oportuniza enfrentar a cultura machista, romper com ciclos de violência, e criar uma nova cultura da não violação dos direitos das mulheres. Instigar esses homens a repensarem as normas e bases que instituem a sociedade machista, que instituem masculinidades hegemônicas e que mantém os

comportamentos violentos. É necessário, assim a promoção de conhecimentos que repensem e questionem discursos dominantes e problematizem violências naturalizadas.

Reconhecemos que embora o estudo demonstre avanços nas legislações e políticas públicas sobre o enfrentamento da violência de gênero, a realidade atual demonstra que os desafios à frente são grandes. Ressaltamos a necessidade de políticas públicas especificas, direcionadas aos trabalhos de intervenção com homens que cometem violências contra as mulheres, que possam garantir a visibilidade e viabilidade necessárias, para que de fato possamos realizar trabalhos em Rede que busquem verdadeiramente o enfrentamento da violência de gênero. Que as políticas públicas considerem as questões sociais, históricas e culturais sobre a questão de homens e violência, considerando que determinadas masculinidades implicam em violência e dominação do homem sobre a mulher. Identificamos com essa pesquisa, lacunas nas legislações que buscam o enfrentamento da violência de gênero. O HAV é pouco mencionado, e quando aparece é no sentido de punição.

Consideramos necessário a intervenção com o autor da violência e com a vítima, onde os homens possuam possiblidades em acessar serviços de atendimento assim como as mulheres acessam. Guarapuava mostrou uma Rede muito bem articulada e comprometida com os trabalhos desenvolvidos com as mulheres vítimas de violência.

É notória a preocupação de todas as entrevistadas e integrantes da rede para que o trabalho com os HAV se torne prioridade. Que se busque consolidar um fluxo de atendimento aos HAV assim como acontece com as mulheres vítimas de violências, que se trabalhe na prevenção, antes que a violência aconteça. A partir da preocupação para trabalhar a prevenção da violência, a pesquisa demonstrou que o munícipio, via Secretaria de Assistência Social, possui uma proposta de trabalho voltado ao público masculino. Entendemos que a Assistência Social se apresenta enquanto um espaço que pode proporcionar um atendimento diferenciado, seja no CRAS ou no CREAS, visto que está na arena de uma política pública que visa o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Assim, apresenta-se enquanto um espaço que podem ser construídos trabalhos eficazes com HAV

Neste viés, entendemos que o trabalho em forma de grupos para HAV representam estratégia viável no enfrentamento a violência contra as mulheres, na medida em que contribui na reconstrução de valores culturais, que instiga reflexões que questionam a dicotomização homem/mulher, vítima/agressor, e por meio do rompimento de padrões de masculinidades tradicionais, naturalizados e perpetuados socialmente, a busca por uma sociedade mais justa e igualitária entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. H. M. **Gênero e masculinidades**: Follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal. 2009. 175 f. Dissertação de Mestrado (Psicologia Clinica e Cultura). Instituto de Psicologia; Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, C. J. S., SANTIAGO, I. M. F. L.; NUNES, M. L.S. (orgs.) **Gêneros e práticas culturais:** desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina Grande: Eduepb, 2010.

AMADO, R. M. **Os serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra as mulheres**: uma análise de quadros interpretativos, modelos de intervenção e atores. 2014. 87f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2014.

BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BANIN, S. A.; BEIRAS, A. A categoria homem nas políticas públicas e leis brasileiras. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 21. n.3, p. 523-535, jul./set.2016.

BAUBÉROT, A. Não se nasce viril, torna-se viril. In. COURTINE, Jean-Jacques (org). **História da virilidade 3:** a virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis: Vozes, 2013.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo:** a experiência vivida. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. v.2.

BEIRAS, A. **Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro.** Brasil: Instituto NOOS, 2014. Disponível em: «http://noos.org.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Relatorio-Mapeamento-SHAV_site.pdf» Acesso em: 1 maio 2019.

BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. (orgs.) **Homens e violência contra mulheres**: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

BEIRAS, A. *et al*. Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. **Psicologia & Sociedade.** Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 36-45, 2012.

BEIRAS, A.; BENVENUTTI, M. P.; TONELI, M. J. F. Os feminismos como ferramentas teóricas e epistemológicas no trabalho com homens autores de violência contra mulheres: reflexões e debates no contexto brasileiro e espanhol. In: STREY, M. N.; CÚNICO, S. D. (orgs.) **Teorias de gênero**: feminismos e transgressão. Porto Alegre : Edipucrs, 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei Nº 9.099, de 26 de Setembro de 1995**: Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, DF, 1995. Disponível em: «http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm»

_____. **Decreto Nº 1.973, de 1º de Agosto de 1996**: Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, DF, 01 ago, 1996. Disponível em: «http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm»

_____. **Lei Nº 10.714, de 13 DE Agosto de 2003.** Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher. Brasília, DF, 2003. Disponível em: «http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10714-13-agosto-2003-492023-normaatualizada-pl.html»

_____. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 82 p. Disponível em: «http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf»

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentando a Violência contra a Mulher** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 64p. Disponível em: «https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/enfrentando-a-violencia-contra-a-mulher-orientacoes-praticas-para-profissionais-e-voluntarios»

_____. **Lei n° 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Disponível em: «http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm»

_____. **Política nacional de atenção integral à saúde do homem: princípios e diretrizes**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 40 p. Disponível em: «http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf»

_____. Presidência da República. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2011a. Disponível em: «https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres»

_____. Presidência da República. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, DF. 2011b. Disponível em: «http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional»

_____. Presidência da República. **Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, Coleção Mulheres e Políticas Públicas, 2011c. Disponível em: «http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional»

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014. Disponível em:

«https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf»

_____. Presidência da República. **Programa mulher, viver sem violência casa da mulher brasileira.** Brasília: Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: «http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/diretrizes-gerais-e-protocolo-de-atendimento-cmb.pdf»

_____. **Lei Nº 13.104, de 9 de Março de 2015**: Altera o art. 121 do 8.086-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1o da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 9 mar. 2015. Disponível em: «http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm»

_____. **Projeto de Lei Nº 5.001 de 2016.** Acrescenta inciso V ao art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer, como medida protetiva de urgência à ofendida, a frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação. Brasília, 2016. Disponível em: «http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=205EDFF6F50EB6C577634B099A462B92.proposicoesWebExterno1?codteor=1537355&filename=Avulso+-PL+5001/2016»

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de orientações**: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília, 2016. Disponível em: «https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf»

BLAY, E. A. **Assassinato de mulheres e direitos humanos.** São Paulo: Ed.34, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMARGO, M. V.; BARBOSA, G.; ZADRA, M. A atenção a violência contra a mulher no atendimento através de grupos reflexivos executados pelo programa patronato/Unicentro de Guarapuava/PR. **Anais do 11º Encontro Anual de Extensão e Cultura**, 22 a 26 de outubro de 2018, UNICENTRO.

CARDOSO, D. T.; BEIRAS, A. Política pública de assistência social: um lugar para o trabalho com homens autores de violência. **Revista Estudios de Políticas Publicas.** Santiago, v. 8, p. 42-54, 2018.

CERQUEIRA, D. *et al*. **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

CEDRO, M. Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. **Pelotas**, n. 1, p. 125-135, março/2011.

CONNELL, R.; PEARSE, R. A questão de gênero. In: _____. **Gênero:** uma perspectiva global. 3.ed. São Paulo: nVersos, 2015. p. 29-50.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas.** Florianópolis, n. 1, v. 21, p. 241-282, 2013.

CONNELL, R. Políticas da masculinidade. **Educação e realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

_____. Como teorizar o patriarcado. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 16, n. 2, pp. 85-93, 1990.

_____. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais,** v. 4, n. 2, p. 11-48, jan./jun. 2014.

DATAFOLHA. **Visível e invisível**: a vitimização das mulheres no Brasil. Instituto de Pesquisa Datafolha, Relatório. São Paulo, março de 2017. Disponível em: «http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf»

DATASENADO. Violência doméstica e familiar contra mulher. Pesquisa DataSenado. 2015. Disponível em: «https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2015/08/10/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher»

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**. Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

ELIAS, M. L. F. **Centros de educação e reabilitação de agressores na Lei Maria da Penha**. 2014. 117 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Criminais). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

FERNÁNDEZ CHAGOYA, M. Tendencias discursivas en el activismo de varones profeministas en México: algunas provocaciones a propósito del "cambio" en los hombres. **Conexões Psi**, v.2, n. 1, p.31-56, 2014.

FRAGOSO, A. Desenvolvimento Participatido: Uma Sugestão de Reformulação Conceptual. Braga, Portugal: **Revista Portuguesa de Educação**, v. 18, n. 1, p.23-51, 2005.

IBGE. **Cidades: Guarapuava.** Disponível em: «https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guarapuava/panorama»

FREITAS, R. de C. S.; BRAGA, C. D.; BARROS, N. V. Política social, famílias e gênero – temas em discussão. **Argumentum**. Vitória, v. 4, n.2, p. 111-126, jul./dez. 2012.

LATTANZIO, F. F; BARBOSA, R. R. Grupos de gênero nas intervenções com as violências masculinas: paradoxos da identidade, responsabilização e vias de abertura. In: LOPES, P. V. L.; LEITE, F (orgs). **Atendimento a homens autores de violência doméstica**: desafios à política pública. Rio de Janeiro, 2013. p. 17-46. Disponível em: «http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/homens_miolo_9nov_.pdf»

GUARAPUAVA. Lei n. 2597/2016. **Institui o Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava - (PMPPM).** Guarapuava, 2016.

GUARNIERI, T. H. Os direitos das mulheres no contexto internacional: da criação da onu (1945) à conferência de beijing 1995). **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, Juiz de Fora, n. 8, p.1-28, jan/jun 2010. Disponível em: «http://re.granbery.edu.br/artigos/MzUx.pdf»

GUIMARÃES, F. L. "Ela não precisava chamar a polícia...": anestesias relacionais e duplo-vínculos na perspectiva de homens autores de violência conjugal. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

GRANJA, E.; MEDRADO, B. Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 25-34, 2009.

GONÇALVES, J. P. B. **As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teóricas e políticas**: as experiências de Minas Gerais. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

HIRATA, H. *et al.* (orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

LACQUEUR, T. **Invenção do sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 2001.

LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 73, ago. 2005.

MADUREIRA, A. B. **Representações Sociais sobre violência conjugal por homens acusados no contexto da Lei Maria da Penha**. 2016. 111 f. Tese (Doutorado em Enfermagem). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MANDRESSI, R. O calor dos homens: virilidade e pensamento médico na Europa. In: CORBAIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade no Ocidente**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 264-291.

MARQUES, C. G. **Homens 'autores de violência conjugal'**: modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. Disponível em: «https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf»

MEDRADO, B.; LYRA, J. Nos homens, a violência de gênero. In: SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Programa de prevenção, assistência**

e combate à violência contra a mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero : construindo políticas públicas. Brasília: SPM, 2003.

_____. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos feministas.** Florianópolis, v. 16. n. 3, p. 809-840, 2008.

_____. Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades. In: BLAY, E. A. (org.) **Feminismos e masculinidades**. novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994

MISTURA, T. F. **Vivência de homens autores de violência contra a mulher em grupo reflexivo**: memórias e significados presentes. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MONTEIRO, A. C. **Autores de violência doméstica e familiar**: um estudo sobre um grupo de reflexão no Paranoá/ DF. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

MORAES, A. F.; RIBEIRO, L. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad.** Rio de Janeiro, n. 11, p. 37-58, ago. 2012.

NASCIMENTO, M. **Desaprendendo o silêncio**: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher. 2001. 109 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

OEA. **Convenção interamericana para a prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher** ("Convenção de Belém do Pará"), 1994. Disponível em: «http://www.unfpa.org.br/Arquivos/convencao_belem_do_para.pdf»

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

ONU. Resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993. **Declaração sobre a Eliminação da violência contra as mulheres**. Proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas. 1993. Disponível em: «http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm»

OSTERNE, M. do S. F. O sentido da violência e as especificidades da violência contra a mulher no contexto das relações de gênero.**O público e o privado**: revista do PPG em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, n. 8, p.15-32, jul./dez. 2006. Disponível em: «http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=164»

OLIVEIRA, G. C.de. **O desafio de transformar o mundo enquanto nos transformamos**. Palestra proferida na abertura da terceira edição dos Diálogos Feministas, em janeiro de 2007, às vésperas do VII Fórum Social Mundial, em Nairóbi, Quênia, 2007. Disponível em:«https://cotidianomujer.org.uy/sitio/revistas/29-cotidiano-mujer-no43/274-guacira-cesar-de-oliveira»

PRATES, P. L. **A pena que vale a pena**: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. 2013. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PRATES, P. L; ANDRADE, L. F. Grupos Reflexivos Como Medida Judicial para Homens Autores de Violência Contra a Mulher: o contexto sóciohistórico. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais**. Florianópolis, 2013. Disponível em: «http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386779075_ARQUIVO_PaulaLicursiPrates.pdf»

PIENEGONDA, F. K. **Gênero e políticas públicas**: o atendimento a mulheres vítimas de violência no município de Guarapuava/PR. 2018. 81f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário). Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati, 2018.

PIMENTEL, S. **Experiências e desafios**: Comitê sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW/ONU. Brasília: SPM, 2008.

RAIMONDO, M. L., LABRONICI, L. M., LAROCCA, L. M. Retrospecto de ocorrências de violência contra a mulher registradas em uma delegacia especial. **Cogitare Enfermagem (UFPR)**, Curitiba, v. 18, p. 43-49, 2013.

SANTOS, M. do C. C. dos. **Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino**: percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, 1995. Disponível em: «http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667»

SENADO FEDERAL. **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.** "Com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência". Brasília: 2013. Disponível em:«https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres»

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 16, p.20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, M. F. de. Transição de valores e a perspectiva sobre o “novo homem”. In: _____.(org.). **Desigualdades de gênero no Brasil**: novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte: Argumentum, 2010. p. 239-266.

SOUZA, E. R.de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 59-70, 2005.

TONELI, M. J. F.; BEIRAS, A.; RIED, J. Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 51, n. 1, p.174-193, jun. 2017.

TONELI, M. J.F. *et al.* Por que pesquisar serviços destinados a homens autores de violência contra mulheres? In: ____. **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas.** Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010. p. 248.

VIRGILI, F. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In. COURTINE, J.-J. (org.) **História da virilidade 3:** a virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis: Vozes, 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015:** homicídio de mulher no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em: «http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf»

LISTA DE ENTREVISTAS

LIMA, P. S. de. **Entrevista I**. [Dez. 2018]. Entrevistador: Elis Marina Carraro. Guarapuava, 2018. 1 arquivo .mp3 (27:17 min.).

FERNANDES, C. S. **Entrevista II**. [Jan. 2019]. Entrevistadora: Elis Marina Carraro. Guarapuava, 2019. 1 arquivo .mp3 (26:59 min.).

PEREIRA, C. A. T. **Entrevista III.** [Jan. 2019]. Entrevistador: Elis Marina Carraro. Guarapuava, 2019. 1 arquivo .mp3 (50:33 min.).

JULIANI, V. Z. **Entrevista IV.** [Jan. 2019]. Entrevistador: Elis Marina Carraro. Guarapuava, 2018. 1 arquivo .word (16,3 KB)

APÊNDICES

APÊNDICE A

Entrevista temática modelo 1

Para Secretária de Políticas Públicas para Mulheres de Guarapuava (SPM)

Considerando que a senhora coordena a Rede de Enfrentamento Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Município de Guarapuava,

1. Como você é a Secretária, pode nos falar como funciona a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres aqui do município?
2. Quais os avanços alcançados com a rede?
3. Quais são os profissionais dos órgãos dentro da Politica de Assistência Social do município, que participam da rede?
4. Como você observa o enfrentamento a violência contra mulheres no município de Guarapuava? Você acha que tem sido eficaz as ações?
5. Qual a sua opinião sobre o atendimento a homens autores de violência e seus reflexos no enfrentamento à violência contra a mulher?
6. Tendo em vista que o que prevê o plano municipal de politicas para mulheres no eixo II, como têm sido os atendimentos para os homens autores de violência? Qual é o fluxo de atendimento? Quais serviços do município os atendem?
7. Existem grupos para esses homens envolvidos em situação de violência? Como funcionam?
8. A partir desses serviços, como você observa que tem sido para o enfrentamento a violência de genro, benéfico?

APÊNDICE B

Entrevista temática modelo 2

Para as(os) profissionais dos órgãos dentro da Política de Assistência Social do município

1. Há quanto tempo você trabalha aqui no serviço (CRAS/CREAS)?
2. Como é o trabalho do PAIF/PAEFI aqui no CRAS/CREAS? Qual o maior público do PAIF/PAEFI? Vocês elencam prioridades nas ações? Se sim, quais critérios são considerados?
3. Em relação a participação familiar, quem mais participa das atividades? As mulheres ou os homens?
4. Quais são os objetivos do PAIF/PAEFI? Existem objetivos direcionados em relação às mulheres? E em relação aos homens?
5. Há um lugar para os homens na política/no programa? Se sim, qual(is) ? Se não, por quê?
6. É importante a participação dos homens?
7. Como você observa o enfrentamento a violência contra mulheres no município de Guarapuava? Você acha que tem sido eficaz as ações?
8. Quais ações você realiza aqui (serviço) para o enfrentamento da violência contra as mulheres?
9. Se sim, por meio de qual política/programa? Como? Quais são as diretrizes, orientações e os documentos?
10. E os homens são atendidos?
11. Se sim, como é esse atendimento? São feitos encaminhamentos?
12. Como é para você atender os dois lados da violência?
13. se não, porquê?
14. Qual a sua opinião sobre o atendimento a homens autores de violência e seus reflexos no enfrentamento à violência contra a mulher

APÊNDICE C

Formulário perfil das(os) entrevistadas(os)

1. Nome (facultativo): _____

2. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

3. Qual sua idade: _____

4. Qual a sua cor/raça:
   ( ) Branca
   ( ) Preta
   ( ) Parda
   ( ) Amarela
   ( ) Indígena

5. Possui uma religião? ( ) Sim ( ) Não
   Se sim, qual? _____

6. Qual sua formação: _____

7. Em que ano se formou: _____

8. Instituição de Ensino: _____

9. Há quanto tempo atua? _____

10. Qual seu mais alto nível de instrução? ( ) Ensino médio ( ) Graduação ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) Outro: _____

11. Há quanto tempo trabalha no enfrentamento a violência de gênero? _____
    _____

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada Colaboradora,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa: Trabalho com Homens Autores de Violência Enquanto Estratégia para o Enfrentamento da Violência de Gênero, sob a responsabilidade da mestranda Elis Marina Carraro do Programa de Pós graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus Irati. A pesquisa irá analisar a situação de atendimento dos homens envolvidos em situação de violência de gênero, em especial a participação desses em grupos reflexivos, dentro dos serviços ligados a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que participam da Rede de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres, no município de Guarapuava-PR.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

A coleta das informações se dará por meio da realização de entrevistas temáticas, em que você será solicitada a participar, usando suas palavras e conhecimentos. Para facilitar a análise dos dados, as suas falas serão gravadas e transcritas e a partir desse material serão complementadas as análises.

Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista sem nenhum prejuízo para você.

2. RISCOS E DESCONFORTOS:

O tipo de procedimento apresenta risco mínimo, o qual será reduzido pelo manejo da pesquisadora e possibilidade de desistência da participante a qualquer instante da pesquisa. Se acaso a participante precisar de algum tratamento, orientação ou encaminhamento por se sentir prejudicada por causa da pesquisa, ou sofrer algum dano decorrente da mesma, a pesquisadora se responsabiliza por prestar assistência integral imediata e gratuita, encaminhando aos serviços que se fizerem necessários.

3. BENEFÍCIOS:

Os benefícios esperados com o estudo são no sentido do enfrentamento da violência de gênero, pois destaca-se nesse estudo que esses serviços representam uma estratégia para prevenção e enfrentamento desta violência de gênero. Assim o presente estudo incentivará a criação de novos grupos para Homens Autores de Violência contra mulheres, bem como incentivará a participação dos homens nesses espaços.

4. CONFIDENCIALIDADE:

Todas as informações que a Sra. nos fornecer, que sejam conseguidas por meio das entrevistas serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum dos registros da pesquisa, nem quando os resultados forem apresentados.

5. ESCLARECIMENTOS:

Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento a pesquisadora responsável.

Nome da pesquisadora: Elis Marina Carraro
Telefone: 042 98812-4746
Endereço: Rua Gerânios, 771 – Batel, Guarapuava - PR

6. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso a Sra. aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

7. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se a Sra. estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, em duas vias, sendo que uma via ficará com você.

==========

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sra. _____, portador(a) da cédula de identidade_____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pela pesquisadora, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Irati, _____ de _____ de _____.

_____ _____

Assinatura do participante

Elis Marina Carraro
Pesquisadora/Entrevistadora
RG 10.362.406-1